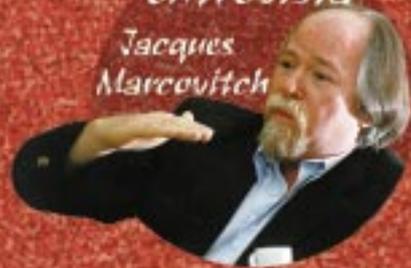


Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Março 2000 - N°19

entrevista
Jacques
Marcovitch



Universidade, Privatização e Sociedade

algumas
questões
para o
próximo
milênio



Wladimir
Pirro e Longo

Francisco
de Oliveira

Paula
Mangolin

Adriano de
Oliveira

Cláudio
Lembo

Qual projeto?

6

Múltiplos impactos sobre a Universidade
Wladimir Pirró e Longo

11

A reforma conservadora e o projeto da resistência
Adriano de Oliveira e Paula Mangolin

16

O futuro da Universidade
Cláudio Lembo

21

Universidade = Igualdade, a equação insubstituível
Francisco de Oliveira

Que pesquisa queremos?

26

Melhorar o ensino médio e aproveitar os talentos
Isaías Raw

30

Desafios na busca do conhecimento
Pedro Paulo Funari

34

O exemplo de Pavan, descobridor incansável
Paulo Marques e Oswaldo Frota-Pessoa

40

Empresa e Universidade: um namoro à brasileira, visto pelos empresários
Rita Freire

Qual docência?

46

O impacto da mercantilização da educação superior
João dos Reis e Valdemar Sguissardi

54

Caminhos e descaminhos da docência
César Minto, Rubens Camargo e Nobuko Kawashita

Como financiar?

62

Opção por uma nação soberana
Ivan Valente

67

Sonegação fiscal, reforma tributária e perdas
das universidades estaduais paulistas
Dernal dos Santos e Juçara Braga

Democracia & Gestão

74

Entrevista: Jacques Marcovitch repele o “pessimismo paralisante”
e defende o atual modelo de gestão da USP

84

A Universidade, o possível futuro e um certo passado
Roberto Romano

Qual extensão?

88

O MST e os sindicatos de trabalhadores urbanos entram em cena
Denise Casatti e Pedro Estevam da Rocha Pomar

Memória

92

Décio de Almeida Prado: antes de tudo, um crítico teatral
Clovis Garcia

95

Carlos Chagas Filho: um homem à frente de seu tempo
Rosa Leal

98

Cartas

DIRETORIA

Marcos Nascimento Magalhães, Márcia Regina Car, Francisco Miraglia Netto,
Norberto Luiz Guarinello, Suzana Salém Vasconcelos, Lighia B. Horodynski-Matsushigue,
Flávio Finardi Filho, Marcos Sorrentino, João Alberto Negrão, Clarice Sumi Kawasaki

Comissão Editorial

Adilson Odair Citelli, Amilton Sinatora, Ciro Teixeira Correia, Flávio Wolff Aguiar,
Jair Borin, Luiz Menna-Barreto, Paulo Elias Mangeon, Renato Queiroz

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Denise Casatti

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Fotolitos: Bureau OESP

Impressão: Copy Service Indústria Gráfica

Tiragem: 5 500 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br>

E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466

Fax: (011) 814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas, desde que os textos, inéditos, sejam entregues em disquete e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

UM DEBATE VITAL

Qual Universidade queremos, às vésperas do terceiro milênio? Qual, dentre os “projetos” de universidade em disputa no Brasil, estará à altura dos desafios criados por velozes, perturbadoras, crescentemente destrutivas transformações comandadas pelo capitalismo triunfante em escala planetária? Devemos ou não *repensar* o ensino superior? Nesse contexto, que papel desempenhará a USP, maior universidade do país?

Nesta edição, pretendemos avançar nesse debate que não é estranho às páginas da *Revista Adusp*, mas cujos delineamentos e parâmetros tornaram-se mais ostensivos do que nunca nos últimos anos. O Conselho Editorial decidiu-se, portanto, pela elaboração de um dossiê que levasse em conta as diferentes e conflitivas visões de universidade. E que tratasse de forma mais ou menos sistemática, sem descuidar dos nexos que as unem, as questões relacionadas à pesquisa, à docência, à extensão, ao financiamento e à gestão.



Para realizar tal intento, o Conselho Editorial julgou relevante incluir a argumentação de diferentes correntes de pensamento, a começar pelos representantes dos governos federal e estadual. Oferecemos ao ministro Paulo Renato de Souza, da Educação, a oportunidade de publicar dois artigos sobre o projeto de universidade defendido pelo governo, em sistema de réplica e tréplica na mesma edição, no qual ele teria a última palavra. O ministro, porém, recusou-se a escrever, alegando a existência de outros compromissos. A decisão foi comunicada por telefone no dia 7.12.99 e formalizada por *e-mail* no dia 21.12.99.

Sua assessoria sugeriu, então, que a solicitação fosse encaminhada ao secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta Neves. No dia 4.1, após contato telefônico, encaminhamos ofício a Baeta Neves formalizando o pedido. No dia 26.1, sua assessoria nos informou que ele não escreveria os artigos.

No plano estadual, repetiu-se a atitude do MEC. O secretário estadual da Fazenda, Yoshiaki Nakano, não aceitou pedido de artigo sobre o financiamento das universidades estaduais paulistas, por excesso de compromissos. Procuramos então, em janeiro do corrente ano, com a mesma finalidade, o secretário estadual da Ciência e Tecnologia, José Aníbal. Sua assessoria prontamente aceitou o convite, com a concordância do secretário, que teria dois meses para redigir o artigo. No entanto, o prazo inicial expirou sem que o texto fosse elaborado. Três novos prazos foram concedidos e superados. Chegou o fechamento da edição, no dia 10.3, e o secretário não cumpriu o compromisso. Em síntese, os homens do poder não querem debater.



A presente edição traz, acreditamos, importantes contribuições ao debate sobre o futuro possível ou desejável da Universidade brasileira. Os textos que abrem essa discussão no presente número contemplam diferentes vertentes e setores da comunidade acadêmica. Wladimir Longo, da UFF, e Francisco Oliveira, da USP, trazem em seus artigos reflexões inovadoras sobre os caminhos possíveis do ensino superior, em íntima conexão com as possibilidades e os problemas colocados pela C&T. Cláudio Lembo, reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, não se furtou ao debate e adverte contra a redução da universidade à condição de mera prestadora de serviços. Adriano Oliveira e Paula Mangolin, dirigentes da UNE, só vêem perspectivas de mudanças profundas se o atual modelo econômico e político for descartado.

A edição conta com textos de Isaias Raw, do Instituto Butantan, e Pedro Paulo Funari, da Unicamp, sobre a questão (e a paixão) da pesquisa; João dos Reis, da PUC-SP, e Valdemar Sguissardi, da Unimep, sobre o impacto da mercantilização da educação; César Minto e Rubens Camargo, da USP, e Nobuko Kawashita, da Ufscar, sobre as ameaças ao exercício da docência; Roberto Romano, da Unicamp, que comenta a sobrevivência do sistema napoleônico de gestão; Ivan Valente, que discorre sobre a questão do financiamento. O dossiê inclui, ainda, entrevista com o reitor da USP e reportagens sobre pesquisa, financiamento e extensão. Juntamo-nos à homenagem aos 80 anos do professor Crodowaldo Pavan, ex-presidente da SBPC, publicando o brilhante texto que sobre ele escreveu o professor Oswaldo Frota-Pessoa.



Nesta edição, fazemos modesto tributo à memória de Décio de Almeida Prado e Carlos Chagas Filho.

O Editor

MÚLTIPLOS IMPACTOS SOBRE A UNIVERSIDADE



O ensino superior passou a ser negócio de bilhões de dólares e é altamente preocupante que a Organização Mundial do Comércio o tenha incluído em sua agenda de “liberalização de barreiras”. Universidades dos países centrais já estão invadindo a periferia do planeta, por meios interativos e em associação com parceiros locais, gerando colonialismo cultural e maior dependência



Wladimir Pirró e Longo

Professor titular da Universidade Federal Fluminense,
assessor do Ministério da Ciência e Tecnologia



Em razão da Terceira Revolução Industrial, a universidade brasileira sofre impactos que afetam o ensino superior em nível mundial e impactos de natureza local. No quadro internacional, talvez o mais preocupante para a universidade brasileira seja o fato de que a educação esteja sendo levada para a área dos serviços e, portanto, a ser regulada como comércio. Ou seja, a Organização Mundial do Comércio (OMC), assim como trouxe para o seu âmbito a propriedade intelectual, cujo foro apropriado era a OMPI e cuja base era o Acordo de Paris, está colocando na sua pauta a liberalização das barreiras à comercialização dos serviços de educação e de treinamento. O ensino, em geral, é considerado, hoje, um negócio de bilhões de dólares

— e os países centrais querem manter a hegemonia, inclusive vendendo educação. Isso é altamente preocupante.

Enquanto a nova ordem não desaba sobre a periferia planetária, despreparada para enfrentar os atuais desafios educacionais e muito menos uma competição oficializada de porte global, as universidades estrangeiras vão invadindo, pacificamente, os seus territórios. A invasão utiliza meios

interativos a partir das suas sedes, através de associação com parceiros locais, ou atua diretamente, através de filiais. Os retardatários pagarão cada vez mais ao exterior pelo que já deveriam ter feito, ou seja, oferecer possibilidades de acesso ao conhecimento a todos que o desejassem, até o mais alto nível que lhes conviesse ou que pudessem atingir. Muito pior do que isso, a periferia aumentará a sua dependência e subordinação aos países hegemônicos, através

mente, fazer alianças educacionais, científicas e tecnológicas na América Latina, a partir do Mercosul, para obter maior poder de barganha frente aos países hegemônicos.

Outra grande ameaça é colocada pela transformação da sociedade em decorrência do progresso das comunicações. A escola perdeu o monopólio do conhecimento. Antigamente o garoto aprendia estruturadamente na escola. Hoje ele aprende caoticamente, de modo não seqüencial. As informações, e mesmo os conhecimentos, estão disponíveis por todos os lados: televisão, revistas do tipo *Galileu*, *Ciência Hoje*, Internet, joguinhos eletrônicos e principalmente CDs educativos. Aprende-se não somente na escola, mas vendo, ouvindo e interagindo com coisas. É outro desafio: mudar o processo educacional. Para a cultura dos alunos modernos, é muito entediante ficar sentado numa sala um atrás

O ethos da ciência mudou brutalmente.

Empresas começaram a investir em ciência. Dez dos pesquisadores dos Bell

Laboratories receberam prêmios Nobel

de física, mais do que o Japão.

Há universidades corporativas e outras, como a Phoenix, dos

EUA, que colocam suas ações na bolsa de valores



do pior tipo de colonialismo: o colonialismo cultural, não só econômico e em ciência e tecnologia, mas, também, na própria maneira de pensar, de ser e de agir.

A experiência mostra que os países hegemônicos sempre ganham na OMC. Então, temos de estar preparados para encarar a educação como comércio e enfrentar a concorrência externa. Precisamos ter força política internacional para fazer face a isso. Devemos, rapida-

do outro, ouvindo alguém falar.

Outro desafio são as profundas, e cada vez mais freqüentes, mudanças sociais resultantes dos avanços da ciência e da tecnologia. Atualmente, empresas são capazes de absorver um conhecimento científico, ou uma invenção tecnológica, e transformá-los em inovação no mercado em menos tempo do que se leva para formar um engenheiro. Como lidar com isso? O jeito é ensinar o jovem a “aprender a aprender”.

Adicionalmente, vê-se uma mudança no *ethos* da ciência. A ciência sempre foi o objeto das universidades, quase privilegiadamente. A partir das tecnologias de base científica, as empresas começaram a investir em ciência. E começaram a ter seus pesquisadores concorrendo ao Prêmio Nobel. Os Bell Laboratories, da ITT, antes de passarem para o controle da Lucent Technologies, publicavam mais artigos de física do que as melhores universidades do mundo. Dez de seus pesquisadores receberam prêmios Nobel de física. Mais do que o Japão, que tem oito prêmios Nobel, cinco dos quais de literatura e da paz.

Mais ainda: como o ensino é um negócio multibilionário, parte crescente da demanda é atendida por universidades corporativas e por universidades “for profit”, para lucro dos seus investidores. Exemplo é a University of Phoenix (EUA), cujo

desempenho, segundo seus “gerentes”, pode ser aferido pela valorização das suas ações na bolsa de valores. Consta que trata-se da universidade que mais tem crescido no mundo. Uma mudança brutal no *ethos* acadêmico.

Entre os impactos locais, desponta a exclusão do ensino superior a que está sujeita uma grande quantidade de jovens, fato inaceitável no mundo moderno. Lembrem-

se, por oportuno, que os EUA têm 30% da força de trabalho com nível superior. No Brasil, toda a expansão do ensino de terceiro grau foi praticamente deixada aos cuidados do setor privado. As escolas públicas estão congeladas: não crescem, não podem admitir gente, etc. Que aconteceu? Expandiu-se o ensino superior privado, através de centenas de, na sua maioria, “escolões de terceiro grau”. Porém estima-se que elas tenham 600 000 vagas não preenchidas. Por quê?

É uma questão de decisão política expandir o ensino público de terceiro grau não necessariamente ampliando a base física, predial, mas introduzindo meios eletrônicos como facilitadores.

Temos que desfazer o preconceito contra o ensino à distância e considerar um feito acadêmico colocar material na rede



Porque quem podia pagar já estava pagando! Um conhecido meu teve dois filhos aprovados numa escola privada de engenharia. A mensalidade é de R\$ 800. A família terá que decidir qual dos dois vai estudar. É um crime um garoto que chegou ao fim do segundo grau não ter acesso a mais estudo! Então, ou expandimos o ensino público neste País, ou aumentaremos o número de excluídos.

Não fomos capazes de utilizar os meios interativos, que estão em uso há mais de cem anos, para expandir o ensino público. O Canadá foi capaz de educar sua população usando correio, rádio e telefone. Hoje temos fax, fitas cassete, Internet, televisão, teleconferência, videoconferência, DVD, CD-ROM, uma miríade de meios interativos, cujo *mix* pode atender a população de cada local deste País. É uma questão de decisão política: expandir o ensino de terceiro grau não necessariamente ampliando a base física, predial etc., mas introduzindo os meios eletrônicos como facilitadores.

Assim como o papel impresso facilitou a comunicação entre o professor e o aluno, assim é com a Internet hoje. Que acontece por exemplo na Open University (Inglaterra), que tem quase 160 000 alunos à distância? Tem 1 800 professores em tempo integral, no *campus*, e pa-

ra tomar conta desses 160 000 tem 13 filiais, 300 salas de estudo e cerca de 8 000 tutores espalhados pela Europa. Para cada 20 alunos há um tutor. Abre-se um novo mercado de trabalho. Na escola tradicional, presencial, numa disciplina para 40 alunos, um professor faz tudo sozinho. Na medida em que tenha 400 alunos, precisará, forçosamente, de 20 auxiliares, ou tutores. O aluno à distância dá

muito trabalho: a interação com o professor é por escrito, e este tem, também, que responder por escrito. Qual universidade presencial tem um tutor para cada 20 alunos, em cada disciplina? Não existe. Mas à distância é mandatório. O aluno não fica totalmente isolado, pois existem as filiais e salas de estudos, onde ele faz provas presenciais e tira dúvidas periodicamente com os tutores.

Em 1968, quando eu fazia doutorado nos EUA, um professor me chamou e disse: “Você vai dar aula de microscopia eletrônica de transmissão na TV Network”. Não havia satélite, não havia Internet, e já estavam usando maciçamente nos EUA o ensino à distância, com televisão via repetidora e rádio. Numa certa manhã, a câmera me focalizou e eu fiz a chamada dos alunos, que eram engenheiros da NASA em Cabo Kennedy, da Martin Marietta em Orlando, enfim, gente do setor aeroespacial dentro das fábricas, dos laboratórios, alguns fazendo seus créditos para o mestrado ou doutorado. Todos me viam, e falavam comigo por rádio. No chão de fábrica era possível estudar sem ter que ir à universidade a não ser para fazer prova. E o professor não acabou, nem o livro.

No ensino presencial, o professor está dando aula, entusiasmado, os olhos dos alunos estão brilhando, de repente toca a campainha. Acabou a aula: só na semana que vem. Na semana que vem, o aluno nem se lembrará mais de onde

parou a aula. Ele terá que “esquentar os motores” de novo, e o professor terá de fazer um grande esforço para, novamente, despertar a atenção. Mas, se o aluno estiver “navegando” a mesma aula disponível na Internet, ou em CD-ROM interativo, e estiver gostando, poderá ficar estudando o tempo que quiser. O aluno presencial quase não pergunta de bate-pronto na aula. Mas se está em casa, estudando, e se houver Internet com o *chat* do professor, ele perguntará.

No Rio de Janeiro, o governador lançou recentemente o Centro Universitário de Ensino à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj), uma coligação das universidades públicas federais e estaduais sedia-

das no Estado: UFF, UFRJ, Uni-Rio, Rural, Cefet, UERJ e UENF. Elas disponibilizarão seu material didático, que terá de ser “empaco-

tado” para ensino à distância (EAD) e “despachado” para os alunos. Essas tarefas é que o governador vai bancar. Haverá centros periféricos, aonde o aluno que não tem equipamento poderá ir, e onde poderá fazer as provas. O município deseja ensino superior? A prefeitura terá que arcar com toda a infra-estrutura material e humana. Quando se oferece o serviço, a sociedade aumenta a demanda. Expande-se o setor público e atinge-se o interior com qualidade.

A Faperj, fundação de amparo à pesquisa, concederá uma bolsa para o professor preparar o material didático. Depois, quando o material dele for ao ar, ele receberá outra bolsa para supervisionar os tutores. O professor terá um incentivo, como ocorre no exterior.

O grande problema do EAD é o preconceito: as experiências no Brasil foram um fracasso. Temos que desfazer isso, e considerar que o professor que coloca seu material no EAD está conquistando um feito acadêmico, para não deixar dúvidas quanto à qualidade. O primeiro curso a ser disponibilizado no Cederj já terá um sistema rigoroso de avaliação.

O Cederj começará utilizando vídeo, Internet e papel. O aluno receberá pelo correio os videocassetes e muito material produzido pelo centro de “empacotamento”. Toda interação com os alunos será por Internet. Serão oferecidos *hyperlinks* para acessar o material didático. Eventualmente será utilizado o CD-ROM.

Quanto à Universidade Virtual Pública do Brasil, a Uni-Rede, es-



tamos partindo quase do zero. A Uni-Rede propõe-se a atender às necessidades globais do País. Quarenta e cinco universidades deram força ao encontro com os ministros da Ciência e Tecnologia e da Educação. O primeiro tem papel fundamental, pois estão sob sua responsabilidade a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), a Internet-2 e a Sociedade da Informação, e financia a produção de *software* educacional e equipamento interativo. Do segundo dependem, evidentemente, recursos e toda a regulamentação e o apoio da Secretaria do Ensino à Distância.

Como funcionaria? Se o material está pronto, e a oferta é oportuna, a Uni-Rede poderá utilizá-lo no âmbito nacional. O produto pode ser fruto coletivo de um grupo de coligadas. O outro caminho é o da indução pela coordenação da Uni-Rede. Esta, como está fazendo agora, capta uma necessidade nacional, em seguida

consulta as 45 universidades coligadas em rede, para levantar o potencial de resposta. Finalmente decide, com os possíveis parceiros de empreitada, quem faz o quê, e quando. Então são dois caminhos, a oferta e a indução.

No momento, o planejamento da Uni-Rede está voltado para a indução. Existe uma demanda nacional do MEC para qualificar 600 000 professores de primeiro e

segundo graus. Impossível trazer esse povo todo para a sala de aula. Então as 45 decidiram enfrentar o desafio. Nem todas participarão, porque poderão não ter competência ou outra razão. Organizar-se-á a grade curricular, o material “empacotado” passará pelos crivos de qualidade e será “despachado”, cada universidade tomando conta das suas disciplinas.

Outra crise interna é a questão do relacionamento com o setor produtivo. Enquanto nos países centrais já é uma rotina que o

tam ter relação com o mundo real. Áreas como a engenharia e medicina atingem a sua plena realização fazendo algum bem ou produto ou serviço. Não é só giz e quadro negro e nem o seu produto final é um belo discurso ou um escrito.

Finalmente, a questão *público versus privado*.

É mais honesta a Phoenix, que coloca ações na bolsa, do que muitas fundações mantenedoras tupiniquins, com toda sorte de desvios bem conhecidos e que dis-

pensam comentários. Por não serem “escolões do terceiro grau”, as universidades públicas são responsáveis pela maior parte da pesquisa do País, pelo debate crítico das coisas da sociedade, pelo suprimento de competências para os altos escalões governamentais etc. São Paulo destaca-se. O Estado coloca praticamente R\$ 2 bilhões nas suas três universidades, e ainda tem a Fapesp

com um aporte mensal de recursos a partir da arrecadação tributária. Isto faz com que o ensino e a pesquisa em São Paulo naveguem placidamente de barco a vela fora da arrebentação, enquanto o sistema federal vai de surfe, equilibrando-se em cima da prancha em ondas de 15 metros!

Alguém já disse, “se errarmos de escola poderemos errar de século”. 

Enquanto nos países centrais já é rotina que o conhecimento gerado dentro dos muros da universidade transborde para fora, aqui ainda somos incipientes nessa “prestação de serviços”. Há uma facção contra, achando que a ligação com as necessidades do setor produtivo alteraria a essência da universidade



A REFORMA CONSERVADORA E O PROJETO DA RESISTÊNCIA



O conjunto da comunidade universitária percebe a cada dia que, sem uma mudança substancial do modelo, é só a resistência o que lhe resta. O projeto de desconstrução do ensino público não será sequer reorientado sem a derrota global deste governo e do projeto neoliberal em nosso país

Adriano de Oliveira

Vice-Presidente da UNE, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas

Paula Mangolin de Barros

Diretora de Políticas Educacionais da UNE, estudante de Pedagogia da USP

Foi durante a ditadura militar que acompanhamos uma expansão até então nunca vista do ensino superior no Brasil. Nos marcos da luta e da mobilização social? Nem tanto. Foi por força do projeto das elites

mesmo. Naquela época as elites tinham um projeto concebido que apresentava-se em nome da modernização, da nação e sua soberania: era o “Brasil Potência”, para se amar ou deixar. Ele até parecia estar dando certo e justificava (na ótica das mesmas elites) exilar, perseguir, prender... Todo mundo

sabe até onde foram. Foi também um momento de expansão gigantesca do Estado brasileiro, atuando nas mais diversas funções e alavancando mais uma modernização conservadora em nosso país.

A universidade? Que tipo de instituição poderia desenvolver-se nos marcos do regime? O que vimos foi

o “melhor” que poderia ser. Uma estrutura estatal concebida para a função estrito senso de aparelho ideológico do Estado, cientificista, burocratizada, tecnicista, antidemocrática. Mas, como a contradição na vida social parece que teima em não deixar extinguir-se por decreto do Estado, esse processo desenvolveu-se com muita resistência e luta por parte de seus setores mais avançados, resistência que virou ofensiva na crise de modelo posterior, dando caráter estratégico à disputa desta e nesta instituição.

A reorganização e mobilização do movimento estudantil, dos professores e dos servidores permitiu conquistas importantes, fundamentalmente no campo da democracia. Administrações de esquerda e do campo progressista, nomeadas por força da mobilização, anunciavam na segunda metade dos anos oitenta a perspectiva de um novo projeto de universidade, no bojo do debate em aberto sobre as possibilidades para o país frente ao impasse do projeto das elites.

O susto foi grande e serviu também para as elites brasileiras repactuarem seu projeto de dominação ao limite de seu projeto de universidade. E como é a universidade que está em pauta, a base para o novo modelo de universidade pública está determinada pela inserção subordinada do Brasil no crescente processo de internacionalização da

economia e a privatização como instrumento de equilíbrio das contas públicas e de abertura de novos mercados para a iniciativa privada.

O projeto do Banco Mundial para as universidades vem sendo implementado no conjunto dos países latino-americanos de forma extremamente acelerada e consiste em ajustá-las à nova dinâmica e à lógica do mercado. Seu núcleo e objetivo fundamental estão alicerçados nas seguintes diretrizes:

1. A manutenção de uma rede

O projeto do Banco Mundial consiste em ajustar as universidades à lógica do mercado, e tem entre suas diretrizes o retorno a um modelo de gestão autoritário, como tivemos durante a ditadura. É o ensino para o mercado, não para formar pessoas críticas.

Por isso prefere que a receita seja aplicada por “governos fortes”



enxuta, composta apenas por alguns “centros de excelência”, mantidos em parte por recursos públicos. O princípio de todo o projeto é a redução drástica dos gastos com ensino superior. Como consequência, haverá uma maior subordinação da produção do conhecimento aos interesses da iniciativa privada, que se tornaria principal financiadora e beneficiária das pesquisas, bem como das outras atividades.

2. O fim do tripé ensino-pesquisa-extensão. Algumas poucas instituições concentrariam a pesquisa e o restante da rede pública se dedicaria exclusivamente ao ensino, precarizando-se a produção do conhecimento, criando-se assim verdadeiros “escolões de terceiro grau”. A extensão seria virtualmente extinta, eliminando-se assim um dos poucos canais de relacionamento entre a universidade e a sociedade.

3. A redução do quadro de pessoal e a precarização das relações de trabalho, com o fim da obrigatoriedade dos concursos públicos e a quebra da estabilidade.

4. O retorno a um modelo de gestão autoritário como o que tivemos durante a época da ditadura militar, revertendo as conquistas democráticas duramente conquistadas.

O que sobrar de ensino superior estatal deve estar sob os parâmetros de flexibilização, adequação ao mercado, fragmentação curricular. Trata-se de formar técnicos qualificados e profissionais de ponta em algumas faculdades e universidades — os tais *centros de excelência*, os quais, em geral localizados nas regiões mais ricas, deverão cada vez mais direcionar-se à lógica empresarial-tecnocrática.

É daí que deve sair a elite de pesquisadores, técnicos e burocratas, bem como os reprodutores da ideologia dominante e das relações

de produção estabelecidas. No restante deve-se formar, a baixo custo, uma mão-de-obra medianamente qualificada, capaz de atender às demandas do setor industrial e de serviços integrados à dinâmica da globalização. Neste caso, que se formem os que puderem pagar, em cursos de qualidade duvidosa e para atuar em alguns setores menos desenvolvidos da economia. É o ensino para o mercado, não para formar pessoas críticas, comprometidas com uma nova sociedade e com valores solidários.

Não é por nada que o mesmo Banco Mundial acha prudente que suas medidas sejam aplicadas por “governos fortes”, fortes o suficiente para golpear a Constituição, reprimir os movimentos sociais, cercear os espaços democráticos duramente conquistados. Não é por nada também que o garoto-propaganda de FHC, Paulo Renato, saiu diretamente do alto escalão

do Banco Mundial para coordenar o programa de governo de FHC e depois para o MEC.

O Brasil implementou várias medidas do receituário do Banco Mundial antes do governo atual, como o incentivo ao desenvolvimento do ensino pago, o corte de verbas de assistência estudantil nas universidades públicas, o achatamento salarial e o corte de verbas de investimento e custeio. Mas

foi com a eleição de FHC que aquela instituição multilateral encontrou o mais fiel seguidor do receituário, completamente coerente com a visão neoliberal-tucanofelista de educação.

Para esta direita, que segue as ordens do Banco Mundial, FMI e dos formuladores do *Consenso de Washington*, educação é mercadoria, que deve ser adquirida por quem pode pagar. O Estado deve se envolver o mínimo com educação, deve descentralizar recursos

significativamente as matrículas no ensino privado — juntamente com as mensalidades e com a queda da qualidade do ensino.

A desresponsabilização do Estado com o ensino público e sua vinculação cada vez maior à iniciativa privada são o norte das reformas educacionais. O governo aprovou uma série de medidas mudando a Constituição e abrindo terreno para a implantação de seu projeto de universidade. Hoje, prepara o mais duro golpe no ensino público superior brasileiro através do que chama de “Projeto de Autonomia”, uma reformulação piorada da PEC-370/A, agora elaborada na forma de projeto de lei, e contra a qual a comunidade universitária construiu uma das maiores greves de resistência já conhecidas.

Apresentado o “Projeto de Autonomia” à “sociedade”, pela primeira vez, em

julho de 1999, o governo recuou de sua perspectiva de ingresso e tramitação de urgência no Congresso, dada a reação da comunidade universitária, uma vez que todas as categorias acenaram com greve como imediata resposta.

Também, pudera. O mesmo governo que chamou de “Real” um plano que se baseava na irrealidade do valor da moeda — até o momento em que se desfez como um

Hoje, o governo prepara o mais duro golpe no ensino público superior brasileiro através do “Projeto de Autonomia”, uma reformulação piorada da PEC-370/A, agora elaborada na forma de projeto de lei, e contra a qual a comunidade universitária construiu uma das maiores greves de resistência já conhecidas



(cada vez mais escassos), deve fazer “parcerias” com a “sociedade civil” para que esta assuma as escolas e universidades públicas.

Na verdade, a reforma educacional implementada pelo MEC, desde o primeiro mandato de FHC, só tem um objetivo: desmontar o sistema público de ensino superior e aumentar o bolo do ensino privado. Não é casual que, nos últimos anos, tenham aumentado

raio caído de um céu azul para a equipe econômica — define como projeto de lei de “Autonomia” uma iniciativa completamente anti-autonômica e que nega totalmente o Artigo 207 da Constituição Federal, duramente conquistado pela sociedade brasileira.

Seus pontos mais graves são a destruição do plano de carreira nacional, num processo de desresponsabilização da União com o pagamento de professores e funcionários técnico-administrativos; dotação orçamentária definida em lei, com base nos gastos de 1997, e sem qualquer mecanismo de correção previsto; poderes absolutos ao Presidente da República para realizar ainda mais cortes; contrato de gestão transformando a Universidade em balcão de negociação com o governo federal e intervenção nas reitorias que não seguirem os ditames de FHC.

A destruição do sistema público de ensino superior — através da privatização e da quebra da autonomia — vem acontecendo de longa data e as últimas ofensivas do governo só vêm acelerar este processo. A privatização não se limita à cobrança de mensalidades, embora até isso já seja uma triste realidade em nosso país. Ela já vem ocorrendo de forma muito sutil e nem por isso menos grave. Dá-se pela cada vez maior dependência das universidades de recursos externos (privados), submetendo o conhecimento produzido na universidade a desígnios particularistas.

Atentou-se contra a autonomia com a Lei 9131/95, que instituiu o Provão, e o Decreto 2026/96, que

impõe as “comissões de especialistas” do MEC, submetendo a universidade a uma avaliação mercantilizada, de quantidade e produto e que desconsidera os processos, seus condicionantes e o caráter qualitativo da avaliação. Limitou-se a autonomia com a Lei 9192/95, que definiu critérios autoritários, excludentes e antidemocráticos para a escolha de reitores e a composição de órgãos colegiados.

Atentou-se novamente contra a autonomia com a Lei 9394/96 (LDB- Darcy Ribeiro), subordinando ainda mais a universidade ao modelo econômico e aos interesses hegemônicos nele expressos no, ou pelo Estado. Foi também com a LDB aprovada que rompeu-se o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ao criar-se outras modalidades de ensino superior extingüindo-se, inclusive, a dedicação exclusiva em alguns casos.

Por fim, atentou-se mais uma vez contra a autonomia com a criação do novo ente jurídico denominado organizações sociais, *peças jurídicas de direito privado*, com a finalidade de acelerar o desmonte do sistema público de ensino superior.

Já as universidades pagas têm passe livre do governo para assaltar o bolso dos estudantes com mensalidades absurdas, expulsar os que não puderem pagar e abrir a cada dia mais e mais cursos que são verdadeiras fábricas de diplomas e dinheiro para os donos de escolas, além de não possuírem as condições mais elementares para um ensino de qualidade e onde

pesquisa e extensão são expressões quase desconhecidas. O recente escândalo do parecer fraudado para abertura de curso de uma conhecida instituição paga, oriundo dos computadores do próprio Conselho Nacional de Educação, nos dá uma idéia do “controle” que se tem sobre a expansão do ensino pago por parte do governo, bem como no que se transformou o atual CNE, espaço de legitimação da reforma educacional conservadora do governo que privilegia a expansão do ensino pago.

Foi justamente no período da abertura e das conquistas democráticas que muitos setores da universidade imaginavam ser possível a construção de um modelo alternativo nos marcos do regime e do sistema. Posteriormente, a impotência frente à reforma neoliberal que se iniciava conclamava os combatentes a “deporem as armas” em nome da “oposição propositiva”. Anos de esforços no conjunto da comunidade educacional brasileira para elaborar-se uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação são colocados por terra em alguns meses por um projeto que o governo encomendou da noite para o dia. Todos os esforços que desembocaram no PNE são secundarizados pelo tal relatório Marchesan.

Esses conhecidos esforços exemplificam movimentos que não foram em vão e que certamente deverão ser seguidos em momentos posteriores, mas o que o conjunto da comunidade universitária percebe a cada dia é que, sem uma mudança substancial do modelo, é só a resistência o que lhe resta. O

projeto de desconstrução do ensino público não será sequer reorientado sem a derrota global deste governo e do projeto neoliberal em nosso país.

Nossa proposta de ensino superior está entrelaçada profundamente às necessárias mudanças que o Brasil exige no curso de um projeto democrático-popular, que democratize radicalmente a propriedade, a renda e a riqueza no país; que inverta o modelo de desenvolvimento na perspectiva do mundo do trabalho, construindo uma nova hegemonia nas forças sociais, centralizada nos interesses dos trabalhadores. O modelo de universidade pública que até agora conhecemos nunca foi o que defendemos, mas nosso modelo incorpora também todos os avanços inscritos na Constituição de 1988, hoje duramente atacados.

Nosso projeto sempre deixou claro o horizonte da universalização do ensino superior e da educação em todos os níveis, mas propõe controle imediato para a abertura de escolas pagas, com redução de mensalidades a um patamar suportável pelos trabalhadores e que o crédito educativo saia imediatamente das mãos dos banqueiros para ser financiado, por exemplo, por recursos compulsórios depositados pelos bancos no Banco Central. Que fique claro: nada de verba pública para o ensino pago. Devem-se garantir planos de carrei-

ra para seus quadros docentes e um padrão de qualidade socialmente determinado como aceitável.

Verba pública é para expandir o ensino público. O horizonte da universalização do ensino deve se completar na perspectiva do público, gratuito, democrático e sob controle social. E é preciso começar com a imediata abertura de vagas com proporcional ampliação do quadro docente por concurso público e das verbas para o conjunto das Instituições Federais de En-

Nossa proposta de ensino superior está profundamente entrelaçada às necessárias mudanças que o Brasil exige no curso de um projeto que democratize radicalmente a propriedade, a renda e a riqueza no país. Nosso projeto de universidade pressupõe democracia em todos os níveis



articulado com nossa concepção de autonomia, na lógica do controle de gestão da universidade pelos trabalhadores da educação, pelo conjunto da comunidade universitária e dos trabalhadores; no eixo da disputa pelo controle do processo de trabalho. Democracia para nós é sinônimo de plena liberdade de condições para a produção do conhecimento, da ciência e da cultura, forjados em um espaço concebido como privilegiado para a crítica que deve ser orientadora de sua destinação social.

A universidade que defendemos exige a sua avaliação. Não através de ridículos mecanismos quantitativos-ranqueadores para a realização de mais cortes, mas a avaliação de si mesma em uma perspectiva verdadeiramente crítica, orientada pela destinação social de sua produção que deve ter padrão único de qualidade, entendido o

processo como a busca de subsídios para aperfeiçoamento e transformação de uma instituição, e não para o seu desmonte.

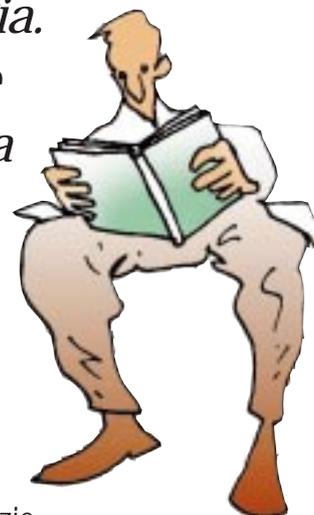
Como se percebe, nosso projeto de universidade implica, para realizar-se, a derrota do assim chamado neoliberalismo, projeto hegemônico do atual pacto de nossas elites. Na disputa para que se reverta a atual correlação de forças na sociedade em prol dos “de baixo”, o caminho da resistência é o único que pode ser trilhado com dignidade. **RA**

O FUTURO DA UNIVERSIDADE



A Universidade, se quiser antever o futuro, terá que captar o mundo exterior e prestar efetivos serviços à comunidade, e retornar à filosofia e à teologia.

A Universidade não pode se transformar, como querem alguns, em mera fábrica de profissões ou singela empresa de consultoria e serviços



Cláudio Lembo

Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie



que é a Universidade? Nestes últimos mil anos, esta pergunta ocorreu por toda a parte, no Ocidente.

As respostas foram inúmeras e se colocaram, nos primeiros tempos, como sendo a Universidade uma mera corporação ora de professores e, vezes outras, de estudantes.

Em Bolonha, esta segunda assertiva mostrou-se vitoriosa, talvez fundamentada no espírito libertário do povo da região, que, em sua ânsia de obter espaços de liberdade pessoal, entendeu que os estudantes deviam acompanhar e exigir dos professores boas aulas, evitando docentes preguiçosos ou dissolutos.

Outros, ainda, indicam as universidades como reunião, em torno de um mesmo objetivo, de titulares de conhecimentos diversos, na busca de transferir a outras pessoas o saber individual acumulado, formar figuras preparadas, particularmente, para as atividades sacerdotais e de governo.

Na verdade, ambos os conceitos se mostram exatos.

A Universidade, até hoje, se apresenta como uma corporação de ofício, onde discípulos e mestres procuram avançar patamares, no intangível desejo de atingir a plenitude do conhecimento.

Certamente, o melhor conceito de Universidade é obtido na análise da própria palavra que indica esta instituição, aplaudida e discriminada através dos séculos.

A Universidade caracteriza a ***diversidade na unidade***.

Sempre foi assim, desde o seu nascimento. Múltiplas áreas de conhecimento convivendo, a partir de um objetivo comum e universalizante.

A Universidade, desde seus primórdios, mostrou-se capaz de agasalar amplo espectro de conhecimentos. Esta Universidade, por unir muitos conhecimentos e pessoas, em espaço limitado, sempre se mostrou sensível ao novo e jamais aceitou passivamente a verdade outorgada. Jamais silenciou



acrescia-se o estudo da medicina, do direito e da teologia.

Constata-se, pois, que diferentemente do que ocorria no interior dos mosteiros e das escolas episcopais, anteriores às universidades, não se ofereciam nestas apenas as teses teológicas, mas sim uma vasta gama de conhecimentos, avançando-se, inclusive, para áreas antes vedadas, como o estudo da medicina e, por via de consequência, da própria anatomia humana.

A Universidade, portanto, desde seus primórdios, mostrou-se capaz de agasalar amplos espectros de conhecimentos, afastando-se, apesar dos incríveis sacrifícios pessoais infringidos a docentes e discentes, em virtude dos dogmas impostos pela religião então dominante, o catolicismo.

É esta Universidade que, por unir muitos co-

Lá, nos seus primórdios, a Universidade ensinava as sete artes liberais: um sistema de noções desenvolvido na Roma tardia e considerado necessário para fazer do homem uma pessoa culta.

As setes artes incluíam a gramática, a lógica, a retórica (as chamadas “três vias”, *trivium*) e a aritmética, a geometria, a astronomia e a música (as chamadas “quatro vias”, *quadrivium*).

A lógica e a filosofia, contudo, tornaram-se, desde logo, dominantes, nos primeiros anos dos cursos e, nos anos posteriores e finais,

nhecimentos e pessoas, em espaço limitado, sempre se mostrou sensível ao novo e jamais aceitou passivamente a verdade outorgada, como axiomática, mas de frágil construção.

Jamais a Universidade silenciou.

A Universidade sempre incomodou a governantes, exigindo repositonamentos filosóficos ou de políticas públicas adotadas, mesmo que, por vezes, as mudanças solicitadas objetivaram os interesses de grupos na procura de maiores espaços no vértice político e não das efetivas necessidades comuns.

Era e sempre foi a movimentação política, no interior das universidades, um fermentar de novos pensamentos e uma positiva gestação de novas lideranças.

A Universidade, por tudo isto, sempre mereceu olhar crítico dos governantes.

Na Restauração francesa, um dos alvos do bonapartismo foi a Universidade. Criaram-se escolas isoladas e a elas dirigiram os filhos da burguesia, a quem no futuro seria oferecida a carreira político-administrativa.

Assim aconteceu na Europa, no decorrer do milênio que se finda.

Não foi diferente na América Espanhola nos últimos quinhentos anos.

No México e no Peru, logo nos primeiros anos da colonização hispânica, universidades se instalaram e desenvolveram, sem des-

continuidade, a tarefa de formar figurantes para o cenário colonial.

Ao norte, as universidades se constituem com a chegada dos primeiros imigrantes ingleses que, na visão de criar uma nova nação, conceberam, de pronto, universidades, destinadas a gerar lideranças, especialmente no campo teológico.

A Universidade norte-americana, imbuída na fé estadunidense pela busca do amanhã, colaborou, desde cedo, na formação de uma comunidade mais justa e igualitária.

Já em 1864, a Universidade de Yale autorizou a criação de uma cá-

tedra de “química agrícola e fisiologia animal e vegetal”. Neste mesmo sentido, importante se afigura a Lei Morrill de 1862, posteriormente chamada a *Lei de Concessão de Terras para os Colégios*, que permitiu o oferecimento de terras federais a cada estado federado e que os lucros provenientes das vendas destas mesmas terras fossem destinados a habilitar as pessoas, por meio das universidades, às atividades agrícolas, dando origem ao que passou a

passaram a chamá-las ironicamente de *colégio de vacas*.

Foram vencidos pela realidade futura.

Dentro desta mesma senda, as universidades estadunidenses sempre se dedicaram a trabalhos comunitários.

Não se isolaram, apesar de alguns núcleos elitistas existentes em determinados centros acadêmicos. As universidades, pelo contrário, sempre se dedicaram às atividades

de caráter social, exigindo de professores e de alunos uma constante inter-relação com a comunidade.

Estes os panoramas europeu, hispano-americano e norte-americano.

Cabe visão retrospectiva sobre o espaço luso-brasileiro.

Em 1209, o Papa Nicolau IV autorizou o funcionamento do Estudo Geral de Lisboa.

Não devem ser omitidos os trágicos acontecimentos de 1609 em Coimbra, quando, sob a acusação de judaísmo e leitura de Erasmo, professores foram presos e Antônio Homem, lente de Cânones, foi garroteado e queimado em Lisboa. Outros professores foram afastados de suas cátedras



denominar-se a revolução agrícola, que conduziu a mecanização da agricultura dos Estados Unidos.

Posteriormente, dando continuidade a esta mesma política dirigida ao campo, a Lei Hatch de 1887 permitiu a criação de estações experimentais agrícolas pelas universidades, levando aos agricultores, pelo aporte de conhecimentos, a idéia da educação como uma função democrática para servir ao bem comum.

Na época, estas experiências foram ridicularizadas. Os adversários das novas universidades agrícolas

Os historiadores costumam oferecer este acontecimento como indicador da criação da primeira Universidade em solo português.

No entanto, há distinção entre as expressões Estudo Geral e Universidade. A primeira indica o próprio edifício onde se encontram mestres e alunos. A Universidade, por sua vez, uma congregação de docentes e discentes com personalidade jurídica própria.

Por despiendo, no caso presente, o tema merece marginalização, mas não se devem omitir os trágicos acontecimentos de 1609 em Coim-

bra, quando, sob a acusação de judaísmo e leitura de Erasmo, professores foram presos e Antônio Homem, lente de Cânones, foi garroteado e queimado em Lisboa. Outros professores foram, também, afastados de suas cátedras.

Em vão os sofrimentos e as mortes: “Foi um espanto reconhecer-se a diversidade das coisas e a relatividade das certezas. O que a consciência dos homens perdeu em orgulho, ganhou-o na abertura do espírito e num sentimento novo de Humanidade”.

Registra-se que, desde 1555 até o período pombalino, a presença da Companhia de Jesus no ensino português foi hegemônica.

O rompimento desta hegemonia, no entanto, não alterou a visão da metrópole sobre a educação nos territórios de além-mar.

Ribeiro Sanches, médico português, tido como personalidade esclarecida, elaborou um projeto para o ensino em Portugal e não se esqueceu de lançar vistas para o ultramar, afirmando em suas **Cartas**: “... uma colônia deve-se considerar, no Estado político, como uma aldeia a respeito da capital”. Aí, apenas deve-se admitir a existência de escolas primárias. “Proíbem-se as escolas de Latim etc. nas colônias, para evitar o sumo prejuízo que causa ao Reino, que nelas os súditos nativos possam adquirir as honras e tal estado que saiam da classe dos lavradores, mercadores e oficiais”.

Esta visão a respeito das colônias foi expressa em 1760. Na última metade, pois, do século XVIII.

Compreende-se, portanto, porque o Brasil desconheceu escolas — primárias de natureza universal ou de outro grau — no decorrer de todo o período colonial português.

Havia uma filosofia vigente e sua política mereceu implacável imposição no espaço brasileiro.

Oportuno torna-se apontar, neste passo, que se tem “... exage-

vam a plasmar como conselheiros de reis, rainhas e cortesãos.

Muito tarde, portanto, surgiram as primeiras escolas superiores no Brasil.

Somente após 1808, graças à invasão de Portugal pelas tropas francesas e fuga de D. João VI e sua corte, implantaram-se escolas destinadas à formação superior nesta margem do Atlântico Sul.

Ora, isto permite compreender por quê a Universidade é produto tardio no processo histórico brasileiro.

Ainda por quê a curiosa luta intelectual entre *liberais* e *positivistas* levou a um atraso ainda maior na constituição de universidades.

Os primeiros, os liberais, desejavam desde logo, uma vez proclamada a República, instalar universidades. Os positivistas, no entanto, fixados no princípio bonapartista da

excelência das escolas isoladas, ainda porque a Universidade teria um ranço clerical, obstaram, o quanto puderam, a criação de universidades no Brasil.

Atrasou-se o Brasil.

Somente em 1934 surgiram as duas primeiras universidades e estas obtiveram êxito e avançaram até este fim de século, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Paraná.

Criadas universidades, no Brasil, estas não fugiram da essência de todas as outras universidades difundidas por toda a parte.

A Universidade brasileira tornou-se desestimulante e as práticas políticas desapareceram de seu interior. Não se trata de nostálgica intenção de ingênuo retorno às lutas ideológicas. Trata-se de querer a volta da boa prática de se lançar a Universidade à tarefa de refletir sobre a sociedade que a envolve



rado muito o alcance dos colégios jesuíticos para a educação no Brasil quinhentista quando, afinal, se destinavam fundamentalmente à preparação de quadros da Companhia para a catequese de índios. Poucos brancos aprenderam nos colégios deste período”.

Os colégios da Companhia de Jesus, na verdade, se encontravam inseridos na política colonial portuguesa, indicada expressamente por Ribeiro Sanches, ainda porque os jesuítas eram braço longo do próprio governo e, portanto, aplicadores de doutrinas que ajuda-

Constituíram-se em *locus* de captação de conhecimento e transferência das experiências acumuladas, sem jamais deixarem de se apresentar como cenário de novas colocações políticas e sociais.

A Universidade, concentradora de múltiplas visões do mundo, permite a seus integrantes, docentes ou discentes, oferecer novas concepções e novas atitudes perante a realidade existente.

Assim sempre foi. Assim sempre deveria ocorrer.

Acontece que a Universidade brasileira, neste último decênio, tornou-se desestimulante e as práticas políticas desapareceram de seu interior.

Não se trata de nostálgica intenção de ingênuo retorno às lutas ideológicas, onde a palavra valia mais do que a essência.

Trata-se, sim, de querer a volta da boa prática de se lançar a Universidade à tarefa de refletir sobre a sociedade que a envolve e da qual participam seus membros.

Há uma letargia em todo o corpo universitário. É possível diagnosticar algumas causas desta situação desalentadora.

O *consumismo* em que se afogam jovens e adultos, incapazes de conviver com o simples, mas sempre almejando o “novo”, tornando-se marionetes de um teatro surrealista, que os leva à fragilidade pessoal e atitudes inconseqüentes.

A *massificação da informação* que, atirando notícias sobre notícias, não permite a reflexão e a formação de opinião própria.

A *tecnologia* apresentada como panacéia geral e capaz de resolver

todos os problemas colocados, quando, na verdade, apenas se trata de coleção de instrumentos capazes de oferecer praticidade ao cotidiano e eventual nível de excelência em algumas atividades.

Ocorre que *consumismo, notícia massificada e tecnologia* conduzem a uma apatia social e a um isolamento individual, passando a ser o outro apenas mais um dado e não uma pessoa, com vida, expectativas e intenções.

Aqui se afigura a necessidade de se repensar a Universidade para torná-la digna de seu passado e apta para enfrentar o desafio presente.

Uma Universidade não pode apenas se manter como mera espectadora dos acontecimentos desenvolvidos além de seus limites.

Não pode, ainda, imaginar que as ciências exatas, por mais exaltadas que possam ser, ofereçam respostas às necessidades subjetivas de cada pessoa.

A Universidade, se quiser antever o futuro, terá que captar o mundo exterior e prestar efetivos serviços à comunidade, sob pena de tornar-se desertora, particularmente nesta América Latina, e no seu espaço interior terá que volver às suas origens e retornar aos *saberes desinteressados*, a filosofia e a teologia.

A Universidade, como querem alguns, não pode se transformar em mera fábrica de profissões ou em uma singela empresa de consultoria e serviços.

O exemplo de muitas Universidades estrangeiras merece citação. Mesmo que laicas, apresentam cursos de teologia e jamais se afastam da filosofia.

E por quê?

A sociedade não resistirá à sua autodestruição, mantidas as linhas do atual processo autofágico a que se lançou.

O homem não será apenas o lobo do homem, como doutrinou Hobbes. O homem será o exterminador do homem. Afastar-se-á do bom convívio e expulsará pela força física o que se encontra ao seu lado.

Dia a dia, em todas as grandes cidades e pequenas urbes, as mortes violentas ocorrem. A droga substitui o hábito de filosofar ou pensar no transcendental. É a violência pela violência.

A Universidade não pode abdicar de sua função de centro de reflexão e atuação efetiva na sociedade, a partir de novas idéias e posicionamentos elevados.

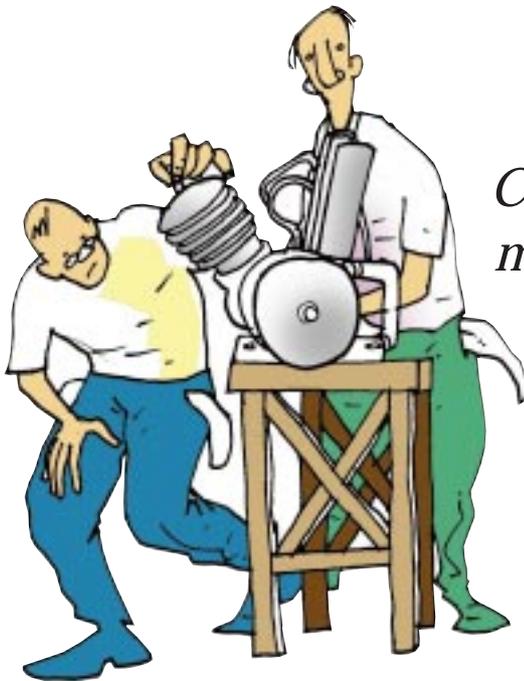
Cabe-lhe o papel de difusora dos princípios éticos e da busca de argumentos que permitam imaginar que há espaços superiores além dos meros limites deste pequeno planeta.

Se agir em contrário, a Universidade continuará em sua insana caminhada para o vazio, suportada em vã soberba, própria dos encastelados em feudos que imaginam inexpugnáveis, mas que desabam, em um átimo, quando as sociedades que os suportam fenecem. RA

Bibliografia

- DOWLEY, Tim. História do Cristianismo. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- BOYER, Ernest L. Una propuesta para la educación superior del futuro. México/Azcapotzalco: Fondo de Cultura Económico e Universidad Autónoma Metropolitana, 1997.
- CARVALHO, Rômulo de. História do Ensino em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- TEIXEIRA, Anísio. Educação e Universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

UNIVERSIDADE = IGUALDADE, A EQUAÇÃO INSUBSTITUÍVEL



Ciência e tecnologia não podem mais ser apenas uma questão de cientistas e tecnólogos. Ou a cidadania interfere ativamente nelas, fecundando-as com o conflito, o diverso, o plural, a autonomia, ou a cidadania será descartável, heterônoma e uma soma de clones.

A inversão somente poderá ser realizada se a universidade se ampliar em democratização e igualdade

Francisco de Oliveira

Professor titular (aposentado) do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e diretor do Centro de Estudos de Cidadania



A universidade tem sido, historicamente, um dos principais fatores no longo caminho da democratização e da igualdade, apesar de que, em alguns momentos e épocas, ela foi, também, a guardiã da censura, da inquisição e da repressão às liberdades. É através da equação democratização-igualdade que a universidade produz conhecimento: desafiando o *status quo*, exercendo a liberdade de duvidar, criando um ambiente em que a liberdade torna-se o princípio ativo da busca de conhecimento; embora este seja considerado, equivocadamente, o objetivo primeiro da universidade, para a maioria dos comentadores.

No longo percurso, conjuntamente percorrido em interação dialética entre a universidade, a liberdade e a democratização, a forma pública-estatal e laica da universidade ganhou lugar crescente, sendo, modernamente, quase uma redundância. O acesso mais ampliado, garantido por sua condição de não-paga, reforçou seu papel na formação da igualdade.

É fácil contestar uma afirmação desse tipo, recorrendo-se, como sempre, ao chamado “modelo” das universidades norte-americanas, que seriam pagas, não-estatais e em alguns casos confes-

sionais, e constituem-se nas maiores produtoras de conhecimento teórico-prático, com suas fantásticas aplicações tecnológicas imediatas. O escândalo recente envolvendo uma dessas universidades norte-americanas que proibia namoros inter-raciais, preferências sexuais livres e vetava o acesso a pessoas de cor, deveria ensinar muito aos arautos da privatização a respeito de universidades privadas, pagas e confessionais.

mente composto pelas “grandes sete”, mantêm-se num regime de autogestão, que não pode ser qualificado de “privado”.

Trabalham com orçamentos ancorados no tripé “grandes fundações-recursos próprios-programas e projetos estatais”, o que lhes permite manter um vasto programa de bolsas e levar adiante seus custosíssimos programas de investigação científica; essa complicada estrutura as está forçando, desde

há muito, a uma crescente publicização, sem que haja, entretanto, abertamente, interferência do Estado em suas administrações, mas a influência estatal se dá sobretudo na contratação e patrocínio de pesquisas básicas e sobretudo nas aplicadas.

Resta, ainda, um caminho a percorrer pela universidade norte-americana no sentido de ampliar a participação da sociedade, principalmente dos

que, aparentemente, nada têm com ela, no planejamento, direção e gestão de suas atividades. Isto está bastante longe, por certo. Mas mesmo a universidade confessional e privada racista, heterófoba e elitista, pivô do recente escândalo, viu-se obrigada a recuar, frente a uma opinião pública afrontada por suas práticas.

O caso brasileiro não podia ser mais eloqüente. Provavelmente somos o país latinoamericano

É através da equação democratização-igualdade que a universidade produz conhecimento: desafiando o status quo, exercendo a liberdade de duvidar, criando um ambiente em que a liberdade torna-se o princípio ativo da busca de conhecimento; embora este seja considerado, equivocadamente, o objetivo primeiro da universidade, para a maioria dos comentadores



mais tardio em matéria de universidades, e a esse respeito não é indiferente o largo predomínio das posições da Igreja Católica sobre a questão educacional, ao lado, evidentemente, da concepção anacrônica das várias classes dominantes ao longo e ao largo da história brasileira, que consideravam a educação um ornamento apropriado para lustrar seus brasões de dominação escravocrata. Mesmo em outros países latinoamericanos nos quais — como em toda a colonização luso-hispânica — a influência da Igreja Católica foi dominante, registraram-se precoces criações de universidades: São Carlos da Guatemala, para citar um país pequeno da constelação latinoamericana, foi fundada no século XVI.

A universidade brasileira é uma criação tardia da terceira década de nosso século, embora algumas grandes escolas isoladas, como as famosas faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, sejam da segunda metade do século XIX, e algumas de medicina e engenharia tenham vindo à luz no final do mesmo século. A universidade brasileira é uma criação do Estado, e desde logo foi pública, laica e gratuita. Seria difícil exagerar o papel verdadeiramente civilizatório da universidade numa sociedade tão carola, conservadora e

abissalmente desigual como a nossa, cujo Estado, como conformação dessa sociedade, formou-se, ao seu estilo, sempre “pelo alto”, recorrendo, sem descontinuidades, às fórmulas autoritárias.

Justamente quando o caminho percorrido até hoje tende a alargar-se, para transformar-se de uma estreita vereda, por onde passaram apenas poucos cidadãos das classes e grupos sociais dominados — no que permanece, ain-

pectro de ensino resume-se, na maioria dos casos, a “administração de empresas, turismo, relações e comércio internacional, hotelaria e processamento de dados”: vale dizer, colégios técnicos, se muito. Quanto ao espectro de pesquisas, uma palavra basta: nada. Enquanto os poderes públicos, em todos os níveis, negam-se a ampliar as vagas nas universidades públicas. Isto é, o processo de privatização já começou e vai bem adiantado.

Um comentário necessita ser feito, para evitar mal-entendidos. As universidades chamadas confessionais no Brasil situam-se no âmbito da Igreja Católica, predominantemente, e de algumas confissões protestantes, como a Luterana e a Metodista. Largos passos na transformação dessas universidades confessionais já foram dados, desde a audaz e histórica decisão de D. Paulo Eva-

risto Arns, quando transferiu para o *corpus* universitário — alunos, professores e funcionários — a escolha do reitor(a) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, inaugurando uma prática democrática antes mesmo das universidades públicas; como novo sinal dos tempos, a doutora Nair Kfoury foi o primeiro dirigente máximo da universidade brasileira a ser eleito pela sua comunidade.

A maioria das universidades

A universidade brasileira é criação do Estado, e desde logo foi pública, laica e gratuita. Seria difícil exagerar o papel verdadeiramente civilizatório da universidade numa sociedade tão carola, conservadora e abissalmente desigual como a nossa, cujo Estado formou-se, ao seu estilo, sempre “pelo alto”



da, uma universidade excludente — para uma ampla avenida democrática, fatora, em conjunto com a ação dos próprios dominados, da virtualidade da igualdade, chegam-nos as ideologias da privatização da universidade, não tão sutilmente apregoada numa fictícia “organização social” pública e não-estatal à la Bresser Pereira, e mais concretamente, nas centenas e provavelmente já no milhar de “universidades” privadas, cujo es-

confessionais vêm seguindo esse exemplo, mas ainda há uma tutela das várias confissões religiosas sobre elas e, sobretudo, dependem muito dos superiores eclesiásticos no poder. A PUC do Rio, por exemplo, mesmo que se notabilize pela excelência do ensino em algumas áreas — na área de economia, infelizmente, sua notabilidade se dá por ter formado os principais czares da economia brasileira nos últimos vinte anos — não teve, como sua co-irmã de São Paulo, um papel tão notável na democratização da universidade e da sociedade. Como a arquidiocese do Rio tradicionalmente é privativa da ala conservadora da Igreja Católica, a PUC do Rio resente-se ainda de uma tutela vigilantemente conservadora e reacionária. As associações de docentes, de funcionários e de alunos têm lutado vigorosamente pela democratização, com conquistas notáveis, mas resta ainda muito por fazer.

O parágrafo anterior vem a propósito de discutir o papel das melhores universidades confessionais na pesquisa acadêmica; este é limitado praticamente à área das ciências humanas, o que não é pouco, onde conta muito a excelente qualidade dos docentes e pesquisadores das confessionais, que em nada se distinguem daqueles da universidade pública, e,

em alguns campos, podem ser até melhores; além disso, o intenso intercâmbio entre elas, propiciado pelos encontros nacionais e internacionais promovidos pelas associações científicas, criaram um universo de relações profícuo e exemplar. Mas, nas áreas das outras ciências, a contribuição das confessionais é modesta. Isto porque, e aqui vem a questão central, dependendo basicamente das anuidades pagas pelos alunos, as

dadãos a respeito da necessidade da incerteza. Mas o deus Mercúrio/Mercado há muito tempo deixou de ser o lugar da incerteza e da autonomia cidadã: a ciência e a tecnologia como atividades produtivas constituem-se numa desesperada tentativa de respostas acabadas.

Voltando ao tema da universidade pública, devido à longa digressão que se fez necessária para não confundir as universidades confessionais com o saco de gatos dos interesses privados espúrios, há duas razões básicas pelas quais a universidade pública se reafirma como fatora da igualdade, caucionada pela vontade cidadã. A universidade é, hoje, talvez mais do que no passado, um lugar por excelência do conflito social, do conflito de classes no sentido preciso de crivo insubstituível por onde passa a estruturação da sociedade. No passado, quando Marx

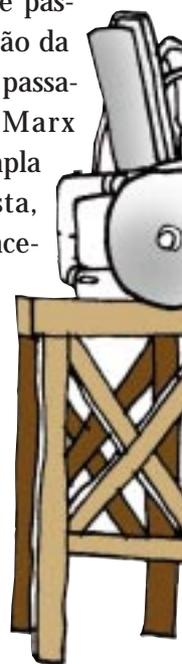
Hoje, ciência e tecnologia não são fatores “auxiliares”: são as próprias forças produtivas. Os laboratórios de pesquisa não são apenas decifradores de enigmas e solucionadores de problemas de que a produção capitalista necessita desesperadamente: eles são as novas fábricas, são o enigma e o problema



confessionais não podem lançar-se a um terreno de pesquisa custoso, incerto, de longo prazo, incompatível com a suposta certeza do deus Mercúrio, mas irascível, vingativo, volúvel, displicente, indiferente, conjuntural, o contrário do Deus eterno que inspira os religiosos de todas as crenças.

Se a ciência é a aventura da incerteza e da dúvida, a única base de certeza da qual ela parte para essa aventura é o consenso dos ci-

formulou a teoria mais ampla sobre o sistema capitalista, ciência e técnica eram concebidas apenas como fatores auxiliares da acumulação de capital, portanto, da exploração da ampla classe proletária — não apenas no sentido fabril estrito. Hoje, como uma tendência que se reafirma desde a máquina a vapor e o tear mecânico, ciência e



tecnologia não são apenas fatores “auxiliares”: elas são as próprias forças produtivas.

Os laboratórios de pesquisa não são apenas decifradores de enigmas e solucionadores de problemas de que a produção capitalista necessita desesperadamente: eles são as novas fábricas, eles são o enigma e eles são o problema. Eles moldam o futuro, como diz a propaganda de um grande grupo alemão de ciência e tecnologia pesada. Toda as relações de produção, a sociabilidade, a cultura, a ética, estão e estarão profundamente afetadas pelo novo lugar da ciência e tecnologia no sistema. Tanto do lado das chamadas reestruturações produtivas, que estão deslocando a centralidade do trabalhador — já que a centralidade do trabalho não pode ser deslocada — da política, privatizando-os como se voltassem ao simples estatuto

de mercadoria, quanto na decodificação do genoma humano, quanto na invasão microsoftiana de qualquer privacidade, o novo lugar da ciência e tecnologia não pode, parafraseando-se Clemenceau, ser apenas questão de cientistas e tecnólogos. Ou a cidadania interfere ativamente nela, fecundando-a com o conflito, com o diverso, com o plural, com a contradição, com a autonomia, ou a cidadania será

descartável, descartada, heterônoma e uma soma de clones.

Essa inversão somente poderá ser realizada se a universidade se ampliar em democratização e igualdade. Isto depende basicamente de um ensino que propicie ao cidadão o domínio da linguagem científica e tecnológica, e mais que isso, não apenas como um instrumental a partir do qual ele está dotado de capacidade receptiva passiva, mas a partir do

Tanto do lado das chamadas reestruturações produtivas, quanto na decodificação do genoma humano, o novo lugar da ciência e tecnologia não pode, parafraseando-se Clemenceau, ser apenas questão de cientistas e tecnólogos. Ou a cidadania interfere ativamente nela, ou será descartável, descartada, heterônoma e uma soma de clones



artista, engenheiro, enfermeiro, trabalhador manual e intelectual ao mesmo tempo, já existe. De seu computador pessoal, muitos hoje desenham, pintam, contemplam a Mona Lisa, imprimem, conversam, escrevem, pesquisam juntos e um grupo muito reduzido... especula de Tóquio a Londres, de São Paulo a Nova York.

Somente a universidade pública será capaz de enfrentar essa promessa. Como o grande economista Keynes formulou em sua teoria, a questão não é eliminar a incerteza, emblema maior da própria liberdade: a questão é aumentar radicalmente os fatores da incerteza. A racionalidade que substituiu o “salto mortal da mercadoria” por uma probabilidade de resultados não está no terreno da lógica, mas da política: apenas a riqueza pública cauciona a incerteza que está no centro da dúvida moderna, e a

transforma numa igualdade de oportunidades. Sem a democratização de todas as linguagens, não pode haver uma política da igualdade. O Admirável Mundo Novo está às portas: apenas escutaremos sua batida às nossas portas, como no famoso movimento da Quinta Sinfonia de Beethoven, ou seremos capazes de virá-lo pelo avesso num Novo Mundo Admirável? Isto tem um nome no léxico clássico: socialismo. RA

Que pesquisa queremos?

MELHORAR O ENSINO MÉDIO

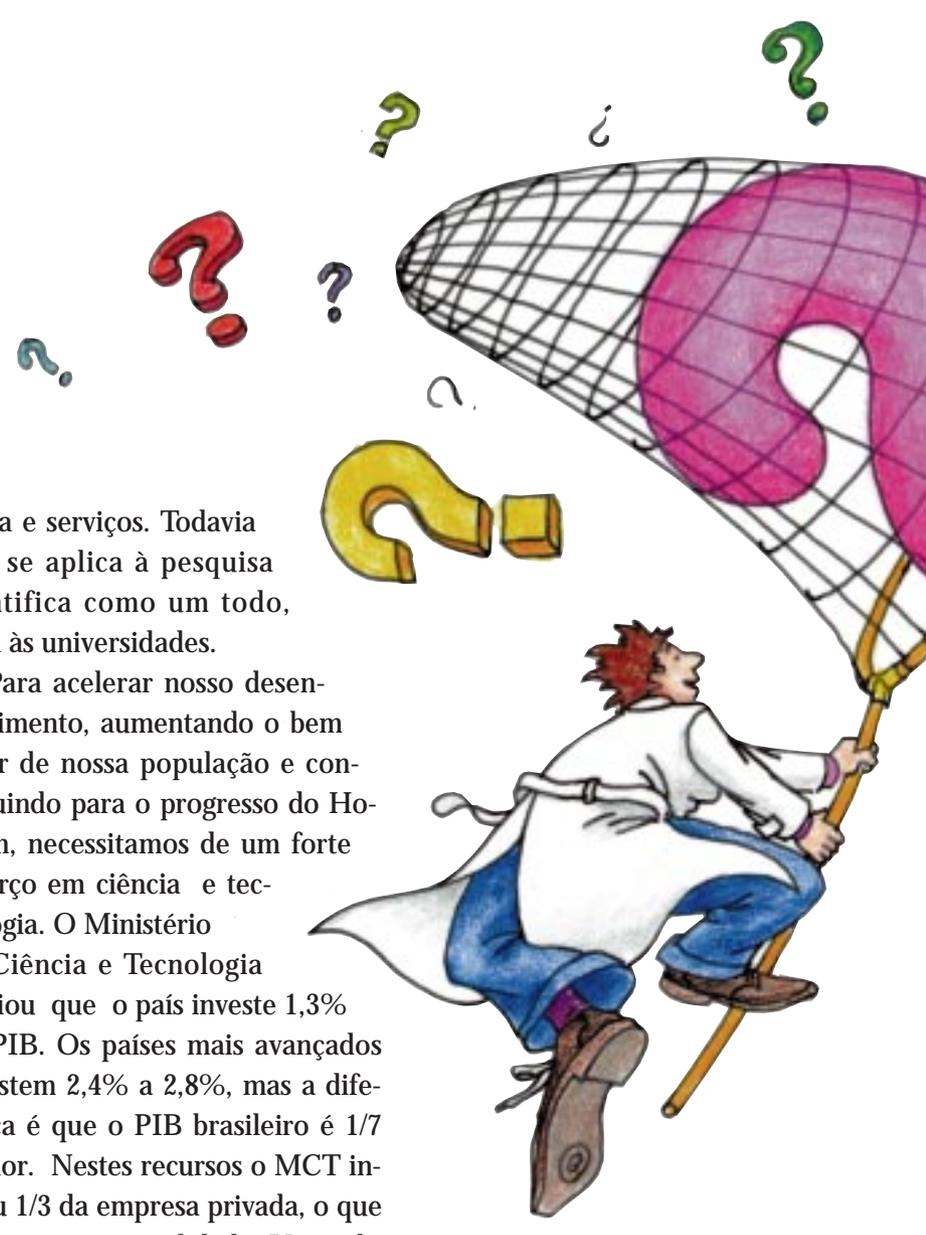
Isaias
Presidente da Fun

Talvez do professor que deu um salto da bioquímica básica para a biotecnologia, dirigido para a recuperação de um instituto público, se espere uma receita de como tornar a pesquisa relevante e uma fonte de produtos capaz de atender prioridades da sociedade. A resposta foi relativamente simples: criar um laboratório que prioriza a solução de problemas reais e importantes, atraindo, pela motivação, doutores e doutorandos de alto nível. Já atendemos a demanda de soros, mais da metade da demanda de vacinas para crianças e idosos e embarcamos em biofármacos, cujo preços de mercado os torna proibitivos para a maioria da população, aumentando a sobrevivência de prematuros, renais e transplantados.

A relevância social é que definiu a criação e deve definir a sobrevivência dos institutos de pesquisa do Estado. Esta relevância exige um equilíbrio entre boa pesquisa básica e aplicada, entre pes-

quisa e serviços. Todavia não se aplica à pesquisa científica como um todo, nem às universidades.

Para acelerar nosso desenvolvimento, aumentando o bem estar de nossa população e contribuindo para o progresso do Homem, necessitamos de um forte esforço em ciência e tecnologia. O Ministério de Ciência e Tecnologia avaliou que o país investe 1,3% do PIB. Os países mais avançados investem 2,4% a 2,8%, mas a diferença é que o PIB brasileiro é 1/7 menor. Nestes recursos o MCT incluiu 1/3 da empresa privada, o que não parece ser realidade. Um indicador de que a indústria não investe



E APROVEITAR OS TALENTOS

Raw

dação Butantan



em pesquisa é o número irrisório de doutores que ela emprega. Mais de 600 das maiores empresas pesquisadas empregam juntas menos doutores do que as universidades privadas. Não investem nem transferem, como poderiam, até 4% do Imposto de Renda devido. Já as Universidades privadas, pressionadas pelo MEC, começam a empregar doutores que disputam recursos da Fapesp.

Cerca de 50% dos recursos federais para pesquisa são absorvidos pelos pesquisadores paulistas, a que se soma outro tanto de recursos da Fapesp. A concentração da pesquisa em São Paulo, responsável por 50% da pesquisa básica realizada, contribui com 0,8% do avanço do conhecimento mundial.

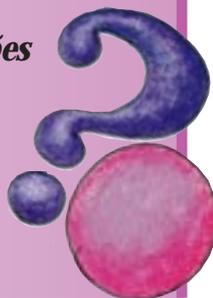
Investir mais, subtraindo os poucos recursos disponíveis para efeitos imediatos em saúde e educação, seria totalmente inviável. Atingimos, em São Paulo, um financiamento extraordinário quan-

A indústria emprega um número irrisório de doutores. Mais de 600 das maiores empresas pesquisadas empregam juntas menos doutores do que as universidades privadas. E não investem na pesquisa, como poderiam, até 4% do Imposto de Renda devido

do comparado com os países do primeiro mundo: todos os projetos propostos por um pesquisador com bom currículo e com nível adequado são financiados, contra apenas 10% dos bons projetos apresentados no Estados Unidos.

A melhoria do nível de nossa ciência depende portanto de um aumento do número de boas propostas, aumentando a competitividade. Para isto precisamos de mais pesquisadores. Não dispomos, como os Estados Unidos, de pós-graduados atraídos de todo o mundo, inclusive do Brasil. Eles são a

As citações dão uma avaliação do impacto universal. É fundamental que os recursos de pesquisa para projetos não sejam financiados pela própria universidade ou instituto de pesquisa, e que estas instituições não mantenham revistas paroquiais sem impacto na literatura mundial



massa que produz ciência trabalhando 300 horas por mês, sendo descartados para ser substituídos por outros jovens dispostos à mesma dedicação. Cada um deles representou o investimento, de outro país, superior a 100.000 dólares. Apesar de disponíveis, jamais fizemos um esforço de atraí-los para acelerar nosso desenvolvimento.

Hoje já é um consenso de que só é possível progredir melhorando o nível educacional médio. O sistema de seleção de vestibulares foi agora complementado com os exames do MEC. Estes exames não são uma aferição do processo de aprender a aprender, que permite a cada um atingir o seu nível máximo de competência. Todos estes exames cobram informações freqüentemente pouco relevantes, ou inúteis a médio prazo. O problema não é aumentar o número de alunos que domina esta informação (o que criou e estimulará os cursinhos), mas a capacitação permanente de identificar problemas, procurar informações e criar novas soluções. O

simples com pilhas e lâmpadas.

Estamos substituindo o velho quadro negro pelo computador, sem qualquer inovação outra a não ser aprender a usar o computador (como nosso avós fizeram com a máquina de escrever, que jamais chegou à escola). Enquanto não retornarmos a investigar o que se deve aprender (não ensinar) na escola média (nos anos 60 o Brasil era considerado um dos principais inovadores do ensino de ciências), continuaremos a desperdiçar nossos talentos.

A formação de pesquisadores exige alunos motivados no momento do ingresso nas universidades e a sua convivência nos laboratórios onde a pesquisa estiver acontecendo. Escolas superiores podem formar técnicos, que necessitam de reciclagem periódica, mas sem uma importante atividade de pesquisa, não formarão cientistas.

A função de uma universidade de alto nível, como as universidades públicas do nosso Estado, é formar cientistas e técnicos capazes

pioneiro vestibular do Ces- cem já havia demonstrado que os melhores alunos nos vestibulares, capazes de resolver no papel problemas de redes elétricas, eram incapazes de medir a corrente ou voltagem num circuito

de buscar novas soluções para os problemas sob sua responsabilidade. Esta é a função das universidades de pesquisa, que devem ter suas vagas reservadas para aqueles com maior potencial criativo. O vestibular deve ser capaz de selecioná-los. O que a sociedade paga, retorna com juros no exercício profissional.

Este processo só pode ser realizado por um corpo docente competente, criativo e motivado pelo direito de propor e realizar as pesquisas que concebeu. Para lograr recursos, apresenta à Fapesp seu projeto, que é julgado por um corpo de especialistas. Sua pesquisa deve resultar não num relatório, mas em manuscritos que são novamente submetidos a um corpo de especialistas, agora internacionais, escolhidos pelos editores das revistas. A avaliação do seu impacto é mensurável pela aceitação do artigo e pela repercussão que obteve ao ser usado como base em novas pesquisas, que a estendem ou contradizem. As citações dão uma avaliação do impacto universal. Não é pesquisador aquele que não busca auxílios para sua pesquisa e publica seus resultados em revistas com um corpo de assessores. É por isto que é fundamental que os recursos de pesquisa para projetos não sejam financiados pela própria instituição (universidade ou instituto de pesquisa) e que estas instituições não mantenham revistas paroquiais sem qualquer impacto na literatura mundial.

A principal compensação que o pesquisador tem é a sua independência de propor pesquisas e ser financiado. A pesquisa deve repre-

sentar um avanço de conhecimento mundial, que neste processo forma novos pesquisadores.

Existe uma pressão da burocracia e da Sociedade leiga para exigir do pesquisador resultados práticos. Começa a existir uma conivência de parte dos pesquisadores (em todo o mundo) que procuram justificar o pedido de recursos fazendo promessas irrealizáveis (curar o câncer ou a moléstia de Chagas, resolver a pseudo-demanda de proteínas). A pesquisa básica é fundamental para o avanço científico e não precisa de falsas justificativas.

Preencher lacunas de competência e estimular pesquisas em áreas estratégicas é uma política óbvia, tanto para países no nosso nível como os mais avançados. Ao enumerar prioridades todos falam em biotecnologia, conservação, estado sólido e produção de energia. A Fapesp foi muito mais inovadora ao criar a rede de laboratórios com equipamentos modernos e competência para sequenciar DNA. Não resolveu o problema do amarelinho, mas abriu com isto um fantástico leque de pesquisas, trazendo para o nível de primeiro mundo pesquisadores que atacam problemas de biologia molecular e aplicações para saúde e agronomia. Os institutos e empresas que faziam pesquisas em agricultura perderam a competitividade, tornando o país totalmente dependente da importação de sementes. O domínio da biologia molecular permitirá recuperar a defasagem. Procedimentos de biologia molecular já permitiram ao Butantan produzir a vacina contra hepatite B e talvez em breve

novas vacinas e biofármacos modernos.

A pesquisa tecnológica é diferente da pesquisa básica, exigindo não um artigo descrevendo como foi realizada a pesquisa e as conclusões, mas um processo que resulta num produto disponível para a sociedade. É preciso saber como fazer o produto em volume, com qualidade, consistência e preço. Quem desenvolve a tecnologia de produção precisa de conhecimentos diferentes dos que caracterizam um pesquisador básico. O processo demanda recursos até cem vezes maior do que a pesquisa básica. Estes investimentos devem sofrer um importante crivo para definir prioridades e viabilidade, bem como a garantia de que o processo uma vez completado será utilizado. Não absorvidos pelas empresas privadas, o esforço se torna inútil.

Na chamada rota 128 (em torno do MIT e Harvard) e no Vale do Silício, foram os pesquisadores que abandonaram os laboratórios, confiando nas pesquisas que realizaram, e montaram microempre-

A pesquisa tecnológica é diferente da pesquisa básica, exigindo não um artigo descrevendo como foi realizada e as conclusões, mas um processo que resulta num produto disponível para a sociedade, e que demanda recursos até cem vezes maior do que a pesquisa básica



sas, transformando pesquisa em produto. São estas pequenas empresas, com pesquisadores-empresários competentes, que são constantemente absorvidas pelas grandes multinacionais, transformando um sucesso comprovado numa imensa indústria lucrativa.

Infelizmente este processo não existe no Brasil, onde empresários nacionais não têm formação para empreendimentos inovadores e onde empresas multinacionais reservam para suas matrizes as inovações. Para corrigir esta situação, depois de uma longa discussão, que durou anos, a Fapesp passou a financiar desenvolvimentos, estimulando a parceria entre laboratórios e pequenas empresas. Certamente os frutos aparecerão nos próximos anos. RA



DESAFIOS NA BUSCA DO CONHECIMENTO

Pedro Paulo A. Funari

Professor do Departamento de História da Unicamp



A

Universidade não pode ser concebida sem a pesquisa, elemento essencial para a sua própria definição.

“Pesquisa” é uma palavra que se liga à noção de “busca aprofundada”, mas busca de quê? Naturalmente, do conhecimento, da ciência que permite compreender o universo, *scientia vinces*, “com o conhecimento se vence a ignorância”, como no lema da USP. Pesquisa é a quintessência da Universidade e, como bem lembrava Marilena Chauí, ela é, por definição, crítica: “por pesquisa entendemos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação, o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito”. Deve concordar-se com Milton Santos que o dever de ofício da Universidade é a crítica, essência da busca compreendida pela pesquisa acadêmica. Nem toda produção intelectual é resultado de pesquisa nem, por isso mesmo, possui um caráter crítico. Pode produzir-se um discurso acadêmico que apenas confirme o senso comum, transcrevendo as idéias correntes em forma de definições científicas. Tanto maior será a possibilidade de aceitação desse discurso quanto mais ele se ativer aos rigores formais da ciência. Já a verdadeira pesquisa, aquela que rompe com a falsa obviedade e com a aparente neutralidade do senso comum acadêmico, sempre

corre o risco de parecer o resultado de um ato arbitrário e ser acusada, até mesmo, de manipular os dados para que justifiquem uma posição prévia, ideologicamente fundamentada.

Na história da ciência os exemplos são muitos, de Copérnico a Galileu, cujas pesquisas contradiziam o senso comum acadêmico de sua época. Em nossa época, talvez o mais célebre exemplo esteja, ao contrário, nos louros conferidos ao biólogo Trofim Lyssenko por dar foros de cientificidade às idéias dominantes na União Soviética à época de Stalin. A verdadeira pesquisa, assim, aquela que deve definir a Universidade e que nos deve preocupar, como cientistas e cidadãos, em geral, é a busca aprofundada e crítica do conhecimento.

Por seu caráter crítico, a pesquisa implica em abnegação. Estamos acostumados a reconhecer no pesquisador um homem de posses modestas, cujos salários são, na melhor das hipóteses, moderados. Isto é verdade tanto no Brasil como no mundo, em geral, pois os pesquisadores universitários em toda parte são pouco remunerados. Um pesquisador britânico, cujo salário anual gira em torno de 17 000 libras, ganha por mês uns R\$ 4.500,00, pouco mais do que um empregado manual. No Brasil, tampouco se ganha dinheiro pesquisando. Um professor de escolas médias privadas pode ganhar de três a quatro vezes mais do que um pesquisador. Além disso, se a verdadeira pesquisa é crítica, ela não será, necessariamente, bem recebida, nem são muito frequentes

Se a verdadeira pesquisa é crítica, ela não será necessariamente bem recebida. No geral, continua válida a observação de Max Weber de que a pesquisa exige paixão intensa, sincera e profunda. Não apenas pela remuneração modesta como, principalmente, pela dedicação que ela exige



oportunidades de ofertas de boas remunerações, com a notável exceção da pesquisa aplicada. No geral, contudo, continua válida a observação do sociólogo alemão Max Weber de que a pesquisa exige paixão intensa, sincera e profunda. Isto não apenas pela remuneração como, principalmente, pela dedicação que ela exige e que só se torna possível com a paixão.

Como estaria, neste caso, o Brasil no quadro internacional? Segundo um estudo recente, na Universidade o interesse prioritário pela pesquisa científica concerne 39% dos docentes, mais do que nos Estados Unidos (37%), México (35%) ou Chile (33%), mas bem menos do que no



*Devemos
questionar a
própria concepção de que
a precariedade é natural.*

*Para que serve um
pesquisador, sem condições
de pesquisar? Haveria que
dar condições mínimas
para que os docentes
pudessem pesquisar*

Japão (72%), Alemanha (66%) ou Israel (62%). Outro indicador relevante para determinar o grau de dedicação à pesquisa refere-se à percentagem de professores universitários que consideram importante a disciplina científica a que se dedicam. Neste caso, os brasileiros destacam-se, pois 95% consideram-na muito importante, em primeiro lugar em um total de 13 países investigados, enquanto na Alemanha (62%), no Japão (69%) e nos Estados Unidos (77%) essa identificação dos investigadores com sua ciência é bem menos marcada. O contraste entre os dados referentes ao interesse pela pesquisa e a importância atribuída à ciência demonstra, no que se refere ao Brasil, que deve haver motivos muito concretos que fazem com que 95% de docentes se interessem por sua ciência, mas apenas 39% dêem prioridade à pesquisa.

Uma explicação deve encontrar-se na precariedade

das condições de apoio à pesquisa. As condições materiais são, muitas vezes, insatisfatórias e precárias, as bibliotecas e os laboratórios pouco equipados, os gabinetes de trabalho, quando existentes, desaparelhados e infensos ao trabalho intelectual. Nas instituições privadas, raramente se paga pela pesquisa e, nas públicas, remunera-se o docente mas, freqüentemente, não há infraestrutura para permitir sua execução minimamente adequada. As autoridades sempre ressaltam que o país é pobre e, por isso, não se poderia dispensar verbas substanciais para pesquisa. Contudo, outros países aplicam em pesquisa, percentualmente, muito mais do que o Brasil. Talvez ainda mais importante seja o questionamento da própria concepção de que a precariedade é natural. Afinal, para que serve um pesquisador, sem condições de pesquisar? Em outros termos, haveria que dar condições mínimas para que os docentes pudessem pesquisar.

Em termos institucionais, as fundações estaduais de amparo à pesquisa têm tido um papel de destaque, à frente a Fapesp, no sentido de financiar a investigação acadêmica a partir de critérios de mérito e com fundos íngenes. No entanto, na maioria dos Estados da federação isso não ocorre, seja pela debilidade da economia local, seja, principalmente, pela não liberação dos recursos orçamentários que deveriam ser destinados à fundação estadual. Os órgãos federais, por sua parte, nem sempre se guiam

por critérios científicos nas concessões e possuem, ainda, políticas muito tímidas naquilo que deveria ser sua principal missão: a diminuição das diferenças entre as unidades da Federação.

A vocação das instituições federais está em programas como os Mestrados Interinstitucionais, que visam a titulação e estímulo à pesquisa nas universidades periféricas. Em 1997, 55% das bolsas de pós-graduação do CNPq não resultaram em defesas de teses, pois o controle das bolsas não se dava com a necessária proximidade e rigor. Esse desperdício de recursos põe em risco a própria dedicação à pesquisa e a solução, como tudo que se refere à pesquisa, está em tornar prioritário o julgamento de mérito. Fundamento da dedicação é a certeza de que há igualdade de oportunidades e de condições, como lembra Chauí, algo que não ocorre hoje.

Para que isto ocorra, além de fundações estaduais fortes, autônomas e baseadas em critérios de mérito, de instituições federais que, além disso, se voltem para a diminuição das desigualdades regionais, há que incrementar os fundos de apoio à pesquisa em cada universidade. Este apoio não se restringe à infraestrutura, tão precária em toda parte, nem aos projetos específicos, mas deve abranger o universo dos jovens pesquisadores em formação. Embora as pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado tenham aumentado de forma espetacular, em todo o Brasil, ainda haveria que expandir muito a formação de pesquisadores. A maior universidade do país, a USP,

teve 1 276 teses de doutoramento defendidas em 1997, com um total de 8 990 doutorandos, no mesmo ano. Não são números pequenos, mas seria possível expandir muito, se considerarmos que havia 3,9 graduandos por doutorando, enquanto na Unicamp, por exemplo, havia 2,6 graduandos por doutorando; na Unesp havia 7,6 graduandos por doutorando. Se este é o quadro nas universidades que mais pesquisam no país, pode-se supor que alhures a situação seja menos favorável.

Os jovens pesquisadores necessitam de bolsas. Ao contrário do que dizem os que defendem a privatização das universidades públicas, seus alunos não são ricos. Em 1998, constatou-se, após um estudo coordenado por Carlos José de Lima sobre o perfil socioeconômico dos alunos das instituições federais de ensino superior (IFES), que a maioria não poderia arcar com uma mensalidade, por menor que fosse. Nas universidades mais concorridas, como a USP e a Unicamp, o quadro não é muito diferente. Nesta última, com o maior número de candidatos por vaga, em 1999, 52,8% dos ingressantes provinham de famílias com renda até R\$ 2.600,00, sendo que 7,3% viviam em famílias com renda familiar entre R\$ 130,00 e R\$ 650,00. Neste contexto, a viabilização das vocações para a pesquisa passa, necessariamente, pela bolsa de iniciação científica e, depois, de pós-graduação. Neste sentido, a política das agências financiadoras de limitarem o valor das bolsas e, ao mesmo tempo, exigirem dedicação exclusiva tem sido questionada por diversos analistas.

O professor Júlio César Voltarelli (Clínica Médica, USP de Ribeirão Preto) defendia, já em 1997, que houvesse a permissão da concomitância de outras funções remuneradas. A pesquisa, se analisada pelo mérito apenas, não poderia exigir do bolsista dedicação exclusiva, pois os resultados objetivos deveriam bastar para avaliar se a concessão da bolsa está sendo pertinente. Não é à toa que bolsas sem um sistema de avaliação eficaz, mas com exigência de dedicação integral, não resultem em teses, como vimos acima, enquanto muitas teses são defendidas por pesquisadores que recebem remuneração. Isto se explica, justamente, porque é a dedicação do pesquisador que gera resultados e, muitas vezes, as atividades remuneradas contribuem para que o pesquisador adquira conhecimentos mais amplos úteis, ainda que indiretamente, para sua pesquisa.

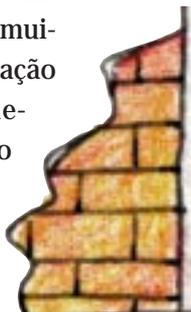
Elói Garcia, da Academia Brasileira de Ciências, ressaltava, há pouco, que países que negligenciam a importância do investimento em pesquisa amargam uma péssima condição periférica. O Brasil já tem sofrido, como outros países em situação semelhante, um *brain drain*, com a perda de grandes pesquisadores que se instalam no exterior. Como já se disse, não são tanto os salários a atrair nossos pesquisadores, mas as condições de trabalho. O futuro da nação depende, também, da existência de uma pesquisa que esteja em condições de integrar-se àquela universal. Tampouco podemos nos con-

Os jovens pesquisadores necessitam de bolsas. Ao contrário do que dizem os defensores da privatização das universidades públicas, seus alunos não são ricos. Neste sentido, a política das agências financiadoras de limitarem o valor das bolsas e, ao mesmo tempo, exigirem dedicação exclusiva tem sido questionada por diversos analistas



tentar com um arremedo de pesquisa, “descobrimo a pólvora”, como se existisse uma pesquisa de ponta que pudesse prescindir da inserção na ciência internacional.

Paroquialismo não se coaduna com pesquisa: se italianos ou japoneses têm que publicar e, até mesmo, apresentar seus projetos de pesquisa, em seus países, em inglês, não há por que ser diferente no Brasil. Os desafios da pesquisa universitária no Brasil são, pois, muitos. A reflexão crítica, a dedicação à ciência, a luta por mais adequadas condições de trabalho são tarefas mais necessárias do que nunca, mas o essencial já possuímos: a paixão. **RA**





O EXEMPLO DE PAVAN, DESCOBRIDOR INCANSÁVEL

Paulo Marques

Pesquisador do Centro de História da Ciência

Oswaldo José dos Santos/Agência USP



Numa época como a atual, em que a universidade pública está sendo colocada literalmente no pelourinho tanto pelos veículos da *mass media* como pelo *lobby* montado para defender o interesse das instituições privadas de ensino superior, nada mais oportuno que promover um simpósio para debater a questão tendo como personagem central o professor Crodowaldo Pa-

van, ferrenho defensor do ensino superior gratuito e do sistema de pesquisas patrocinado pelo poder público. Esta foi a principal motivação encontrada pelo diretor do Centro Interunidade de História da Ciência (CHC), Shozo Motoyama, para liderar o rol das entidades promotoras do simpósio “Universidade, Pesquisa e Globalização — o caso do Brasil em uma perspectiva histórica”, montado em homenagem aos 80 anos do professor Pavan e realizado em dezembro de 1999.

As demais organizações co-promotoras do evento acadêmico foram a Associação dos Docentes (Adusp), a Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp), o Departamento de Jornalismo da ECA-USP, o Instituto de Biociências da USP, a Sociedade Brasileira de Genética (SBG) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Contou, ainda, com o apoio das pró-reitorias de Pesquisa e de Cultura e Extensão, ambas da USP, e, também, da Fundação de Pesquisa Científica de Ribeirão Preto (Funpec).

“Além de o simpósio ter contribuído com o aporte de importantes depoimentos acerca dos temas tratados, o CHC pôde, igualmente, prestar uma homenagem ao professor Pavan, geneticista brilhante e homem público de vida pregressa exemplar, com atuação expressiva nas áreas de política científica e tecnológica do País, sobretudo através de suas atuações como dirigente de alto escalão junto à Fapesp, à SBPC e ao CNPq. O que, aliás, converge com a filosofia de atuação do CHC que tem procurado homenagear cientistas não apenas por suas brilhantes carreiras acadêmicas, mas por seus relevantes trabalhos em prol da divulgação e da difusão do papel social da Ciência, como já fizemos num passado recente com os professores José Leite Lopes, Milton Vargas e Milton Santos”, argumenta Motoyama.

A homenagem expressa a Pavan ocorreu na quarta e última conferência do simpósio, “Crodowaldo Pavan, o homem e o cientista”, presidida pelo presidente da SBG, João Stenghel Morgante e tendo como conferencista o professor emérito da USP, Oswaldo Frota-Pessoa. Ao final dos trabalhos, o próprio homenageado relatou sua vida, de modo apaixonado e bem-humorado.

CRODOWALDO PAVAN SEGUNDO FROTA-PESSOA

“VIDA GRANDIOSA”

Publicamos, a seguir, excertos da primorosa conferência do professor Oswaldo Frota-Pessoa sobre Crodowaldo Pavan, pronunciada no simpósio do CHC.



Nasce um bebê: quem se atreve a prever seu destino? Os augúrios são sempre favoráveis, mas, com frequência, exagerados.



Só na terceira ou quarta idade podemos rever nossa trajetória e assinar em baixo, com orgulho, arrependimento, ou filosófica indiferença. Valeu a pena?



Agora sabemos que a vida do Pavan tem sido grandiosa. Ele a dedicou toda ao desenvolvimento da ciência, no Brasil e no estrangeiro, fazendo excelente pesquisa, ensinando discípulos a fazê-la e propiciando meios para que ainda outros seguissem seu exemplo. Mas tudo isso não surgiu do nada. O sucesso na vida científica é multifatorial: depende dos genes e do ambiente. Quanto aos genes do Pavan, não precisamos recorrer ao estudo do DNA para pronunciá-los como excelentes, pois eles passaram pelo teste da vida e saíram vitoriosos.



Pavan foi sempre leal, sincero, seguro, direto, enfático, polêmico, solidário, otimista. Nunca temeu competição, em parte porque sempre aprendeu a vencer, sem vaidade, mas também porque cultivou espontaneamente o gosto em ajudar colegas e discípulos.

Pavan: como companheiro de caminhada, vim dar-lhe a mão para conduzi-lo ao lado de cá dos oitenta anos. O nicho ecológico dos velhos tem recantos aprazíveis, para aqueles, como você, que vieram, viram e venceram.



Pavan nasceu para a ciência em uma época em que a juventude culta se empolgava com a mística da pesquisa. Isso porque, no começo do século, tinham florescido os estudos brasileiros sobre as endemias infecciosas e parasitárias e as campanhas bem-sucedidas para combatê-las.

Os grandes heróis dessa batalha eram Adolfo Lutz e Emílio Ribas, em São Paulo, e, no Rio, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Eles deixaram grandes discípulos, que beneficiaram o ensino biológico e médico. A opinião corrente no Rio, de que a “Faculdade de Medicina não é feita para pesquisas”, foi revertida quando Carlos Chagas Filho, empossado por concurso na década de 30, fundou, em sua cátedra, o Instituto de Biofísica. Em 1907, o Instituto de Mangueiras (hoje Fundação Oswaldo Cruz) ganhou o primeiro prêmio, entre 123 competidores, no Congresso Internacional de Higiene. Em 1912, Carlos Chagas recebeu o prêmio Schaudinn por ter descoberto o protozoário *Trypanosoma cruzi*, e elucidado seu ciclo evolutivo. Miguel Ozório de Almeida recebeu, na França, o Prêmio Sicard, em 1936. Ele e seu irmão Álvaro tinham inaugurado as pesquisas de Fisiologia experimental no Brasil, à força de entusiasmo, no porão da casa de seus pais. Esse laboratório esteve ativo até 1932 e foi freqüentado

por estudantes e cientistas, inclusive André Dreyfus, o fundador do Departamento de Biologia da USP. Visitaram-no fisiologistas franceses e celebridades de outras ciências, como Mme. Curie e Einstein.

A USP foi fundada em 1934 e a do Distrito Federal (UDF) no ano seguinte. Ambas acolhiam jovens fascinados pela aventura de descobrir. Podemos falar a respeito, Pavan e eu, porque tivemos iniciações paralelas. De minha parte, lembro-me de como Anísio Teixeira, fundador da UDF, fez questão de contratar, para cada cadeira, o melhor pesquisador brasileiro na área, mesmo que nunca tivesse dado uma aula. Nos casos em que o melhor não

era suficientemente bom, ele mandava buscar o catedrático na Europa.

O resultado foi que a maioria dos professores tinha uma noção incomum sobre ensino. Como pesquisa era o que sabiam fazer melhor, eles nos puseram na pesquisa a partir do primeiro dia de aula. Nossa atividade principal era fazer excursões, coletar e estudar material e consultar bibliografia, para desenvolver nossos projetos.

Em 1943, penetrei em uma pequena sala da USP, na Alameda Gleite, a convite de Dreyfus, para passar quinze dias usando chaves de classificação das mos-

quinhas drosófilas. É que seus autores queriam que elas fossem testadas por entomologistas bisonhos, para ver se estavam claras e rigorosas, antes da publicação. Na sala, deparei com os autores, Pavan e Theodosius Dobzhansky, o jovem entusiasta e o pesquisador eminente, que tinha publicado *Genetics and the origin of species*, o livro que Darwin gostaria de assinar, se tivesse vivido mais cem anos.

Deparei com Pavan e Theodosius Dobzhansky, o jovem entusiasta e o pesquisador eminente, que tinha publicado *Genetics and the origin of species*, o livro que Darwin gostaria de assinar, se tivesse vivido mais cem anos.

Os dois, nos seus microscópios binoculares, trocavam idéias sobre as drosófilas, como crianças comentando seu brinquedo favorito

Os dois, nos seus microscópios binoculares, trocavam idéias sobre as drosófilas, como crianças comentando seu brinquedo favorito. A acolhida foi simples e amigável. O que eu não poderia prever é que aquele encontro selaria a trajetória da minha vida: eu tinha sido absorvido pelo redemoinho científico inaugurado por Dreyfus e conduzido até hoje por Pavan.

A liderança que assumiu desde cedo o coloca como o amplificador da obra de André Dreyfus na construção do Departamento de Biologia. Ele se situa no pináculo de um cone, que se amplia com as gerações, como pai, avô ou bisavô cultural de dezenas de docentes aposentados ou ativos do nosso Departa-

mento, além de muitos discípulos vindos de outras plagas. São também seus afilhados centenas de cientistas que puderam formar-se com bolsas do CNPq que ele, como seu presidente, multiplicou e estendeu também a jovens dedicados às ciências humanas. A consolidação econômica da Fapesp muito deveu a ele, como diretor-presidente do seu Conselho Técnico-Administrativo.

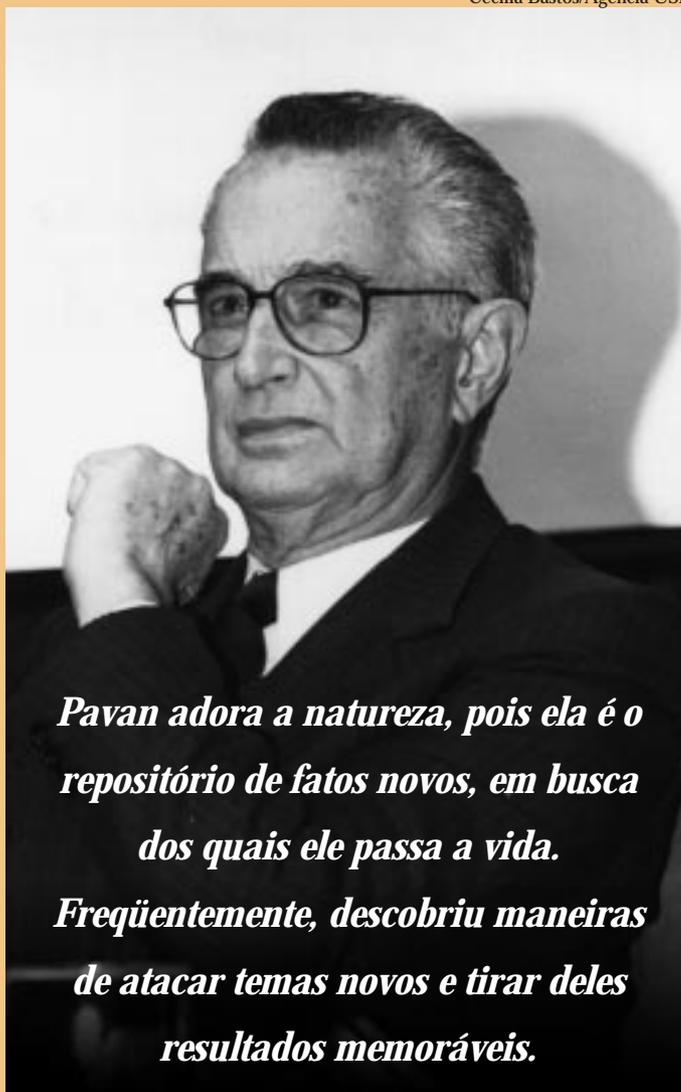
Pavan adora a natureza, pois ela é o repositório de fatos novos, em busca dos quais ele passa a vida. Sua primeira realização científica foi elucidar o caso dos peixes cegos das cavernas de Iporanga. Eles pareciam ilustrar um caso de lamarckismo, mas o caso foi interpretado por Pavan, depois de persistente trabalho experimental, de maneira mais metódica. Essa inauguração sintetiza bem a vida de um pesquisador que sempre buscou métodos originais para elucidar problemas evolutivos, com técnicas de campo e de laboratório, através da genética.

Sua interação com Dobzhansky decorreu do interesse de Dreyfus de tornar o Departamento de Biologia um grande centro de pesquisas. Ele e Harry M. Miller Jr., da Fundação Rockefeller, aproveitaram o interesse de Dobzhansky em comparar as drosófilas tropicais com as dos Estados Unidos, que ele já conhecia bem. Nasceu, assim, um grande projeto internacional, com sede em São Paulo, que foi dirigido principalmente por Pavan, e visa-

va a esclarecer temas evolutivos por meio de estudos experimentais com drosófilas. O que não se previa é que os aprofundamentos que Pavan teria de fazer lhe deram oportunidade para descobertas fundamentais em diversas áreas.

Antes que tudo, era preciso catalogar as numerosas espécies brasileiras do gênero *Drosophila*, a

Cecília Bastos/Agência USP



Pavan adora a natureza, pois ela é o repositório de fatos novos, em busca dos quais ele passa a vida.

Freqüentemente, descobriu maneiras de atacar temas novos e tirar deles resultados memoráveis.

maioria ainda desconhecida para a ciência. Pavan tornou-se, então, um exímio taxonomista e descreveu várias espécies novas.

Muitas espécies de drosófilas se reproduzem no laboratório. Isso permitiu que as detalhadas descrições de Pavan e seu grupo fossem baseadas em muitos indivíduos garantidamente da mesma espécie, por serem oriundos de uma única fêmea colhida na natureza. Por outro lado, coletas abundantes permitiam comparar variantes dentro da mesma espécie ou de espécies próximas que, contudo, não se cruzam.

Com a colaboração de Martha Erps Breuer, Pavan com-

pletava a caracterização das espécies com o desenho da genitália masculina, um excelente traço para distinguir espécies próximas, e o estudo dos cromossomos tanto diplóides como politênicos (cromossomos gigantes das larvas).

O segundo objetivo era o estudo da distribuição geográfica das principais espécies, imbricadamente

Oswaldo José dos Santos/Agência USP

com sua ecologia. Para isso, Pavan fez coletas em todos os ecossistemas brasileiros e registrou dados de comportamento, como tipo de alimento preferido, hora de maior concentração nas iscas e taxa de dispersão, na natureza, de moscas marcadas.

Outro notável aspecto do estudo das drosófilas em que Pavan se envolveu foi a genética de populações. Seu grupo demonstrou uma enorme variação genética dentro de certas espécies de drosófilas e a relacionou com o tamanho das populações. Suas conclusões são extrapo-

láveis para qualquer espécie de reprodução cruzada. O professor emérito Antonio Brito da Cunha, colaborador de Pavan e seu melhor biógrafo, resume magistralmente esta fase do trabalho, no seguinte parágrafo (*Rev. Bras. Genética* 12 (4) 685, 1989):

“A partir de 1957, o Prof. C. Pavan dirigiu e participou na execução de um longo e importante plano de pesquisa sobre o comportamento de genes letais, naturais e induzidos por radiações, em populações naturais e de laboratório [...]. Foi mostrado pela primeira vez nessas experiências que: (a) genes letais naturais e genes letais induzidos por radiação têm comportamentos semelhantes nas populações naturais; (b) os genes letais não são completamente recessivos; (c) a intensidade da seleção contra os genes



***De sua interação com Dobzhansky
nasceu um grande projeto
internacional que visava a esclarecer
temas evolutivos por meio de estudos
experimentais com drosófilas***

letais não é constante, variando com as condições ambientais; (d) a taxa de eliminação de genes letais depende da presença de genes supressores; (e) a taxa de aparecimento de novos

letais é muito superior à taxa de mutação; (f) o fato observado em (e) é devido à taxa muito grande de ocorrência de letais sintéticos, isto é, cromossomos letais produzidos pela recombinação entre cromossomos normais. Muitos desses fatos foram observados pela primeira vez na literatura e são importantíssimos para a compreensão, não só da evolução das populações naturais, mas também dos efeitos das radiações nas populações.”

Freqüentemente, em sua carreira, Pavan descobriu maneiras de atacar temas novos e tirar deles resultados memoráveis. Um dia, andando atrás das drosófilas, ele notou um montinho de fios móveis enovelados: eram larvas do inseto *Rhynchosciara*, que nascem gêmeas e evoluem em conjunto. Pavan

Francisco Emolo/Agência USP



percebeu que, dissecando uma larva a cada poucos dias, era como seguir o mesmo indivíduo até ficar adulto. Aquilo parecia um prêmio. Ele já tra-

balhava com os cromossomos politênicos das larvas de drosófilas brasileiras, como Dobzhansky tinha feito no caso das norte-americanas, mas nada era tão fantástico como os cromossomos politênicos de *Rhynchosciara*.



Com a colaboração de discípulos e colegas, como o professor Francisco J. S. Lara, Pavan estudou

fenômenos bioquímicos correlatos ao funcionamento cromossômico. Com a técnica da autorradiografia, em que, por exemplo, o DNA ou o RNA são marcados com elementos radioativos, explorou a ação das radiações ionizantes no funcionamento dos cromossomos.

Pavan e seus colaboradores, principalmente Antonio Brito da Cunha, investigaram o efeito assombroso de certos microorganismos no tamanho e constituição das células que parasitam. Os cromossomos politênicos se tornam “gigantíssimos” (se chamarmos de gigantes os das células não infectadas), chegando alguns a serem visíveis a olho nu.

As novidades reveladas por Pavan e seu grupo sobre o funcionamento dos cromossomos foram tão fundamentais que Brito da Cunha concluiu: “O conjunto das pesquisas realizadas com *Rhynchosciara* constitui a mais importante contribuição já feita à ciência biológica por um cientista brasileiro”.



Terminada esta festa, quem quiser falar de ciência com o professor Pavan poderá encontrá-lo trabalhando em seu mais recente tema de estimação, as

***bactérias fixadoras de nitrogênio,
no ICB-USP, como professor
visitante voluntário***

bactérias fixadoras de nitrogênio, no Instituto de Ciências Biomédicas da USP, como professor visitante voluntário e pesquisador sênior; ou no Núcleo José Reis, da Escola de Comunicações e Artes da USP, onde promove incentivos à divulgação científica, inclusive colaborando nos boletins e livros publicados pelo Núcleo.

Quanto a mim, estarei às ordens para relatar suas futuras descobertas na festa de seus 90 anos. RA

Que pesquisa queremos?

EMPRESA, U

Namoro à brasileira,

Rita
Jor



A urgência em promover vínculos proveitosos e menor estranhamento entre o sistema produtivo e a universidade, inseridos aí os institutos de pesquisa e organismos de interface, é tida por empresários brasileiros como procedente. Está no elenco de prioridades que eles tentam traçar para enfrentar, de um lado, novos paradigmas de desenvolvimento, que apontam para uma relação complexa entre conhecimento, produção e consumo; e, de outro lado, uma pragmática realidade de mercado que se move em função de vantagens competitivas (associadas geral-

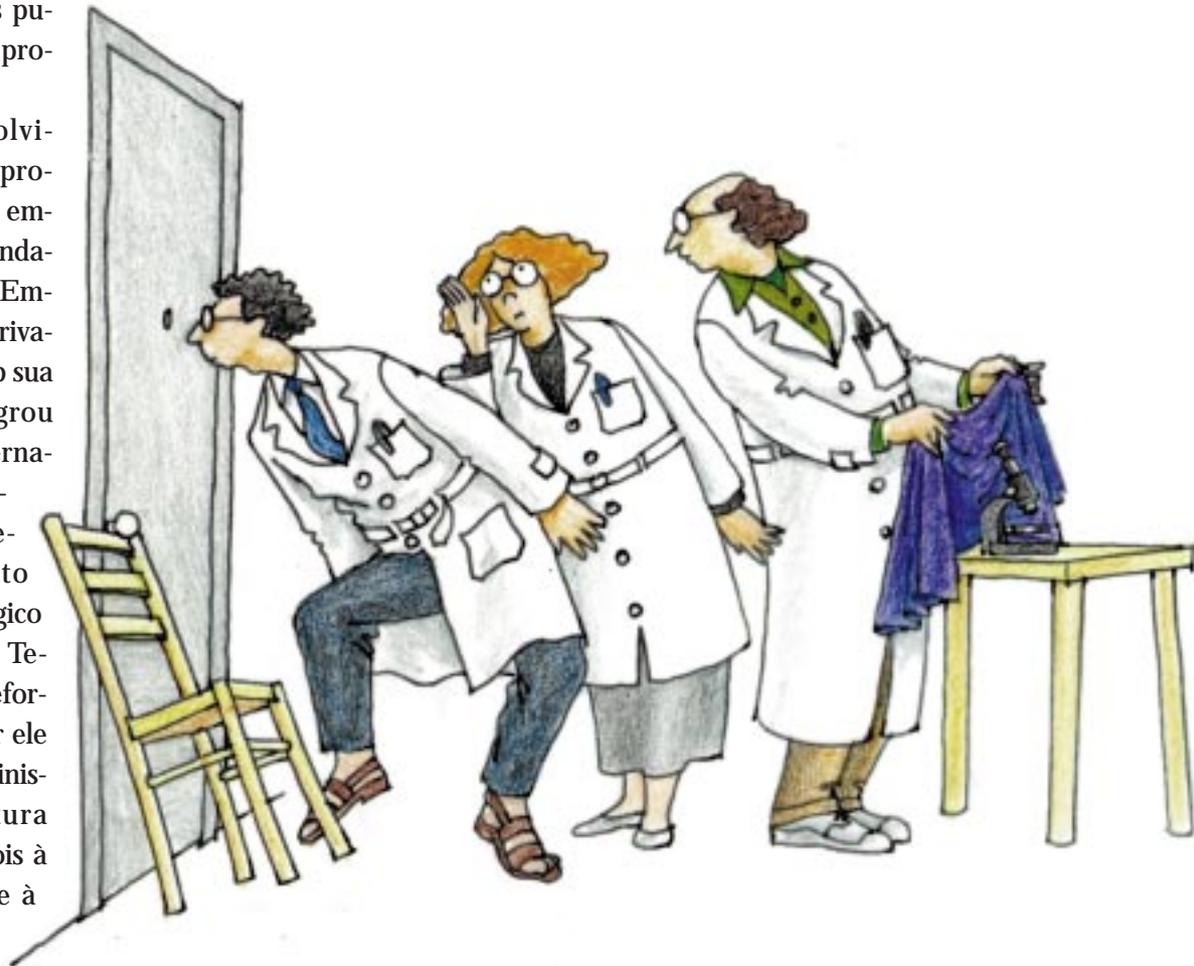
NIVERSIDADE

visto por empresários

Freire
nalista

mente à capacidade de inovação) que as indústrias puderem agregar aos seus processos e produtos.

“Há pouco desenvolvimento tecnológico nos produtos brasileiros”, diz o empresário Ozires Silva, fundador e ex-presidente da Embraer, empresa estatal privatizada em 1994 e que, sob sua gestão (1970-1986), logrou inserir no mercado internacional aeronaves mais leves, com tecnologia desenvolvida em conjunto com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Tenente-coronel aviador reformado, no governo Collor ele dirigiu a Petrobras e o Ministério da Infraestrutura (1990-91), voltando depois à Embraer, dedicando-se à privatização da empresa, e saindo em 1995.



Ozires refere-se ao fato de que, das exportações brasileiras, cerca de 30% são produtos básicos, 15% semi-manufaturados e 55% manufaturados, mas em sua maior parte com baixo valor tecnológico agregado. A saída requer pesquisa e desenvolvimento (P&D), parceria portanto.

Da priorização à prática do namoro, as coisas não são tão claras. “Tudo ainda está por fazer. Imagine o que é possível na área de construção civil com novos materiais, na área de biotecnologia com a nossa riqueza amazônica, na agricultura com o nosso imenso território”, especula o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer, sem esconder um certo otimismo.

“Há uma série de relacionamentos acontecendo. Minha expectativa é a de que cresçam mais rapidamente, inclusive com a terceirização das áreas de pesquisa e desenvolvimento para as universidades, sem contar o espaço para o adensamento de trabalho com estagiários. Acredito que o Brasil tenha possibilidade de construir modelos alternativos extremamente originais”.

São relacionamentos novos, não muito fáceis. “Durante muito tempo, empresários e acadêmicos se comportaram como água e óleo, nunca se misturando”, diz o dirigente da Fiesp. Hoje, observa, agilidade e tecnologia são fundamentais para atuar no chamado mundo globalizado. “Se não estivermos trabalhando juntos, a exemplo dos países desenvolvidos, sempre faltará uma das 'pernas da cadeira' e,

conseqüentemente, não conseguiremos alcançar os níveis de competitividade e qualidade de nossos concorrentes internacionais”.

“É uma interação vital para a sobrevivência de todo o sistema”, garante Sergio Haberfeld, sócio da Dixie Toga e presidente da Associação Brasileira de Embalagens (ABRE), para quem é necessário aproximar o ensino e a intelectualidade das demandas concretas dos meios produtivos, investindo especialmente em talentos e recursos humanos. Um modelo que, para ele, indica caminhos que essa relação deve seguir é adotado pela Fundação Dom Cabral, instituição de interface que investe prioritariamente na inteligência da empresa.

Acusações de cautela excessiva e o debate da divisão de papéis

Que o lugar de criação e desenvolvimento de processos ou produtos seja a empresa, com apoio das instituições de pesquisa, já é quase um consenso, sustenta o professor Guilherme Ary Plonski, coordenador da Ceca-USP e da Rede Ibero-Americana da Gestão de Cooperação Empresa-Universidade.

Uma vez que as diferenças são muitas, é sobre o consenso que as relações podem ser trabalhadas, opina Horácio Lafer Piva: “A pesquisa pura deve ser financiada e ficar nas mãos da academia, a pesquisa aplicada deve ser trabalhada

em conjunto, assim como o desenvolvimento de produtos e a operação dia-a-dia do negócio, é claro, é dos próprios empresários”.

Ozires Silva, por seu turno, entende que a divisão de papéis ainda precisa ficar mais clara. “No Brasil, quando se fa-



Arquivo pessoal

Ozires Silva

“Há pouco desenvolvimento tecnológico nos produtos brasileiros”

“O diálogo não é fácil. Fui a um encontro e senti que falávamos línguas diferentes”

**Sergio
Haberfeld**



Daniel Garcia

la em P&D com a participação da universidade, tem que se falar na empresa. A pesquisa própria da universidade deve relacionar-se com desenvolvimentos mais profundos”, defende.

É voz corrente entre os empresários dedicados ao tema que, nos meios acadêmicos, a busca de parcerias é exageradamente cautelosa. Tentam-se formas de viabilizar pesquisas que não agredam a autonomia da universidade e a proteção do conhecimento. O excesso de cautela estaria afastando pesquisadores do território industrial e explicaria projetos de P&D que não ultrapassam os limites acadêmicos.

“A universidade tem muita gente desenvolvendo pesquisas inter-

nas, mas o resultado depois nem chega à fase de produção, porque não se adequa a uma real necessidade do mercado ou interesses industriais. Este é um conhecimento e um espaço criativo que está na empresa”, assegura Ozires.

No Brasil, que quase não logra patentear inovações, pouco mais de 10% dos cientistas e engenheiros envolvidos em P&D estão atuando dentro das empresas. Em países que assinam novidades no mercado mundial, o índice salta. Beira os 80% nos EUA e 55% na Coréia.

Para correção de rumos, o empresário aponta o modelo posto em prática pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que executa dois programas orientados pelo pressuposto de que a pesquisa de inovação tecnológica tem na empresa seu grande laboratório: o Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) e o Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas (PIPE).

Inserção da empresa no contexto social, um fator de parceria

Um fator de parceria seria o imperativo de inserir a empresa num contexto ético e social cada vez mais exigente de conhecimentos e responsabilidades, por exemplo, frente ao meio ambiente e aos direitos do consumidor. Essa demanda pode ser detectada no exemplo apontado por Haberfeld, de cooperação que interessa a segmentos da indústria de embalagens.

“É a pesquisa de um tipo de plástico capaz de substituir matérias primas agressivas ao ambiente”, explica o empresário. Refere-se ao projeto que reúne a USP, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e a Copersucar, e que estuda uma bactéria capaz de produzir um polímero que dá origem a um plástico biodegradável. Uma usina piloto já em operação tem capacidade de produzir 60 toneladas por ano.

O segmento das embalagens envolve uma cadeia complexa, cujos índices de produção e impacto ambiental são considerados indicadores econômicos dos níveis de consumo e desenvolvimento de qualquer país industrializado. Em outras palavras, inovações neste segmento repercutem muito além de suas fronteiras.

É o caso de pesquisas que apontam para condicionadores de produtos que resultem em menor desperdício de alimentos, problema sério no Brasil. “São interesses que não dependem apenas dos empresários”, diz Haberfeld, apon-

tando para a carência de políticas governamentais que amparem a promoção do binômio P&D.

Riscos da inovação e a incômoda questão dos incentivos fiscais

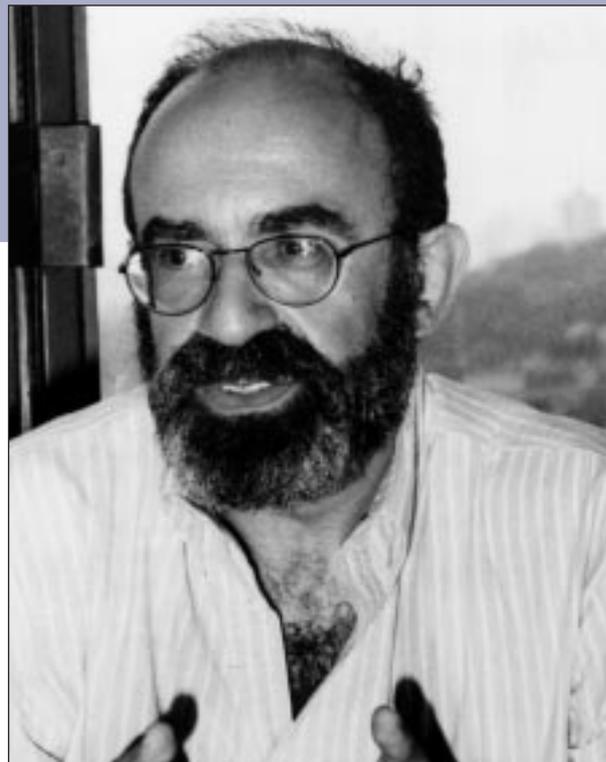
Assusta os empresários a idéia de lidar, sozinhos, com os riscos intrínsecos a uma inovação. “A empresa tem dois caminhos para lançar um produto novo: importar *know-how* ou criar. Quando a empresa importa uma coisa pronta, o dono da marca que vendeu o *know-how* não vai permitir que ela exporte um produto similar, que dispute mercado fora. Mas é mais seguro seguir este caminho do que correr o risco de lançar um produto criado por ela e que depois tenha problemas. Em outros países, que conseguem patentear mais produtos, há mecanismos de apoio prevendo os riscos. Como no Brasil é mais fácil comprar *know-how*, então o empresário não tem por que pensar em aproximar-se da universidade”, analisa Ozires.

Lembrando que nenhuma empresa funciona sob a presidência do diretor financeiro, o ex-presidente da Embraer atribui a falta de uma estratégia adequada para reduzir o fosso que separa o Brasil de países desenvolvidos a uma visão estreita dos governantes: “O país é dirigido apenas pela ótica do Ministério da Fazenda”, alfineta.

Uma particularidade da legislação brasileira que incomoda parcela do empresariado é a relação

“O lugar de criação de processos e produtos é a empresa”

Ary Plonski



Cecília Bastos/Agência USP

quase compulsória com a universidade. “A empresa deveria poder buscar na academia apenas os elementos que ela não tem para melhorar o produto”, reclama Ozires.

É uma crítica à parceria induzida pela Lei 8.349/91, de Informática, que expirou em outubro de 1999, mas vem sendo mantida por medidas provisórias. Juntamente com a Lei 8.661/93, de Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Industrial e Agropecuário, ela explica a política de fomentos do governo à parceria.

“Para gozar de incentivos, principalmente na isenção do IPI, as empresas da área de informática e telecomunicações devem investir 5% em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sendo 2% gastos com instituições de ensino e pesquisa. A lei está sendo mudada e o rateio deve prever uma parte desses 5% para um fundo de pesquisa do governo, mas o vínculo compulsório continua”, diz Ary Plonski.

Os mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico são pouco utilizados pelos empresários. Uma pesquisa feita em São Paulo pela Fiesp, em 1999, indicou que 77% das indústrias desconhecem a legislação em vigor. E pouco mais de 2% beneficiaram-se da lei de incentivo.

Por isso, além de tentar ampliar os mecanismos de fomento, com propostas de aprimoramento, entidades como a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei) e a Associação Nacional das Entidades Promotoras de Tecnologia

Avançada (Anprotec) decidiram divulgar massivamente, numa ação conjunta, os mecanismos que existem, mas poucos usam.

Olhares recíprocos, línguas diferentes e preconceitos a superar

Cada vez com maior frequência, empresários têm sido chamados para conversar com acadêmicos, porque os recursos e as chances de transformar pesquisa em bens tecnológicos seriam igualmente acalentados pela universidade. A forma de tratamento parece ser um problema. “Queremos uma relação igualitária e não professoral com a empresa”, define Ozires.

“O diálogo não é fácil”, relata Habersfeld. “Fui chamado a um desses encontros, mas saí com a sensação de que falávamos línguas diferentes”. Sua queixa não está na falta de interesse na aproximação, mas de conhecimento mútuo. “Também queremos saber o que a universidade precisa, e como financiar pesquisas comuns. Mas os acadêmicos precisam conhecer melhor como funcionamos. Nesse encontro, nada sabiam de como se dá a cadeia produtiva do setor com que iriam se entender. Mas sem isso, como conversar?”

Analisar e opinar sobre “o outro lado”, a universidade, traz o risco de que o empresário seja visto como estranho no ninho, como observa o erudito industrial José Mindlin, ex-proprietário da Metal Leve. Mas ele, em especial, confessa não resistir à tentação. Convidado por aca-

dêmicos, compareceu a um encontro e discorreu sobre as falhas da educação de 1º e 2º grau, seus reflexos no desempenho da universidade, e o reconhecimento que começa a surgir, no meio empresarial, de papéis da universidade que não se restringem à formação de profissionais qualificados. “Onde ficariam as assim chamadas ciências exatas e ciências humanas? Onde ficaria o astrônomo, ou o antropólogo?”

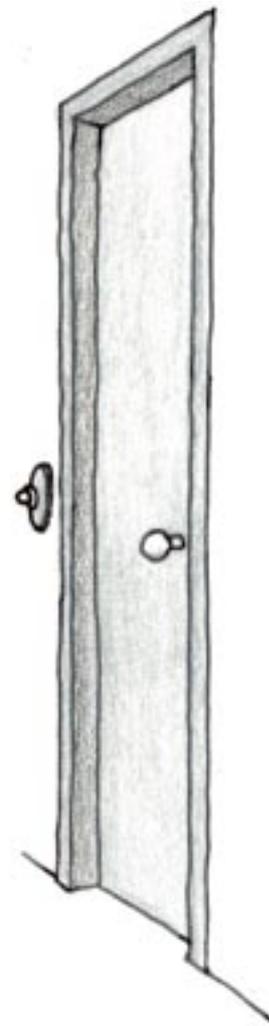
O olhar recíproco, no entender do empresário, passar por enfrentar preconceitos antigos, que ele, com “propositual exagero”, aponta. “Há quem veja no meio empresarial o propósito de se aproveitar da universidade em seu benefício, considerando como função precípua, se não exclusiva da universidade, a formação de mão-de-obra qualificada para a indústria, o comércio, a agricultura ou os serviços”. Boa parte do meio empresarial, por sua vez, vê no acadêmico “um sonhador desligado das realidades do dia a dia, desconhecendo os problemas da produção e do mercado, das relações entre o capital e o trabalho, e mais preocupado com sua carreira e com as abstrações próprias de uma imaginação criativa, do que com os problemas reais do país”.

Mas o empresário enxerga sinais promissores no horizonte. “A aceitação da legitimidade do movimento sindical, a responsabilidade pela preservação do meio ambiente, assim como do patrimônio histórico e cultural, a defesa da necessidade de melhor e mais equitativa distribuição de renda, o respeito aos direitos do consumidor, são todas facetas novas do empre-

sário moderno, a ele estranhas no passado, e que tenho esperança de ver reconhecidas pela comunidade acadêmica”, elenca Mindlin.

O interesse em relacionar-se, acrescenta ele, obriga o empresário a ampliar o olhar para as funções mais amplas da universidade na formação de docentes e pesquisadores envolvidos com o gerar, adquirir, manter ou transmitir conhecimentos de que a sociedade precisa, preservar e enriquecer o patrimônio cultural do país, criar um ambiente que favoreça a crítica e a transformação da própria sociedade.

As premências são para ontem, dizem todos. Mas a conversa, admitem, mal começou. RA





O IMPACTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

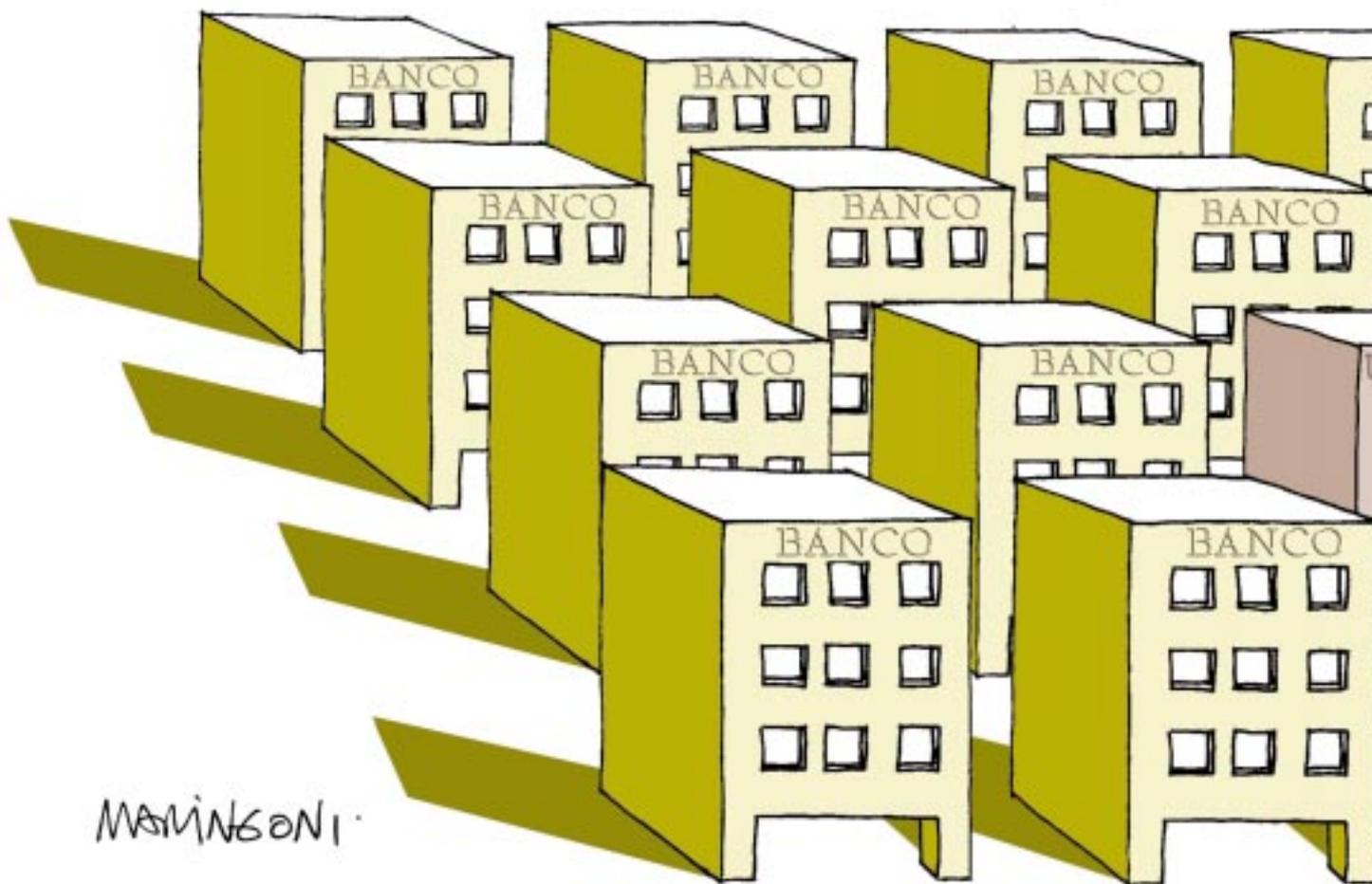
João dos Reis Silva Júnior

Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da PUC-SP

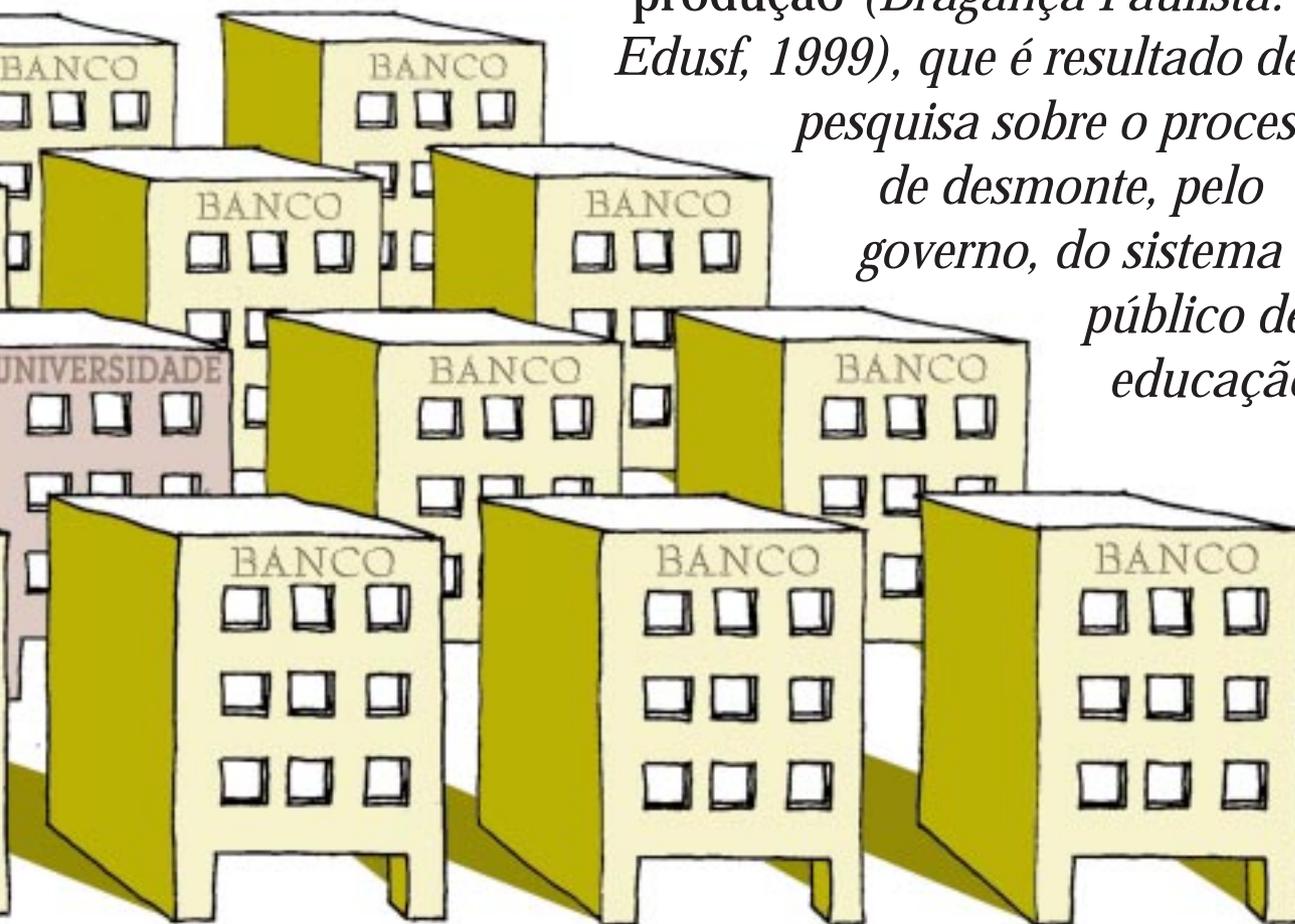
e

Valdemar Sguissardi

Professor da Universidade Metodista de Piracicaba



A reconfiguração da educação superior brasileira é parte de um processo de reformas, no interior de radical movimento de transformações político-econômicas mundiais, reformas as quais, se concretizadas, terão conseqüências inevitáveis para a identidade institucional da universidade. Suas diretrizes, emanadas de organismos como o Banco Mundial (BIRD), são em geral bem traduzidas domesticamente pelos responsáveis oficiais pela reforma do Estado e da Educação Superior em nosso país. Este artigo apresenta os principais argumentos presentes nos três primeiros capítulos do livro Novas Faces da Educação Superior no Brasil — reforma do Estado e mudança na produção (Bragança Paulista: Edusf, 1999), que é resultado de pesquisa sobre o processo de desmonte, pelo governo, do sistema público de educação





crise e reforma do Estado e da educação superior não são fenômenos exclusivos do Brasil, mas uma

realidade comum à maioria dos países de todas as dimensões e graus de desenvolvimento, a partir dos anos 60 e 70. As novas e atuais faces do Estado e dos sistemas de educação superior em cada país decorrem de um conjunto de fatores, entre os quais os avanços sócio-políticos dos direitos de cidadania e, no caso da educação superior, o estágio de desenvolvimento desses sistemas. Os ajustes estruturais e fiscais e as reformas orientadas para o mercado têm ocupado políticos e economistas dos países centrais (e periféricos) e dos organismos multilaterais especialmente a partir dos

anos 80. A preocupação desses organismos em relação aos países do Terceiro Mundo revelava-se em alguns eixos de sua concepção de desenvolvimento, que, nos termos do chamado *Consenso de Washington*, assim se traduziam: 1) equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; 2) abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; 3) liberalização financeira, pela reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangei-

ro; 4) desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado; 5) *privatização* das empresas e *dos serviços públicos* (Soares, 1996: 23, grifos nossos).

Esse processo de liberalização econômica, que se inicia sob os governos Thatcher, Kohl e Reagan, desencadeia-se no Brasil em torno de 1990. Além do incremento à integração com a economia mundial, enfatiza-se o papel do mercado na alocação de recursos e a diminuição do papel do Estado, acenando-se, como horizonte, para um cresci-

gia e as ações oficiais de reforma da educação superior. Suas idéias centrais: a *modernização* ou *aumento de eficiência* da administração pública mediante complexo projeto de reforma, que visa fortalecer a administração pública direta — *núcleo estratégico do Estado* — e promover sua descentralização com a implantação de “agências executivas” e de “organizações sociais” vinculadas a contratos de gestão. A partir da idéia da existência de quatro setores dentro do Estado (núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos

ou competitivos, e produção de bens e serviços para o mercado), as universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa etc. são enquadrados como serviços não exclusivos de Estado, devendo ser transformados em um “*tipo especial de entidade não-es-*

Assumidas pelo MEC, as propostas do BIRD revelam-se até no projeto da Lei de Autonomia das Universidades: constituição de dois tipos de instituições, as de pesquisa e as de ensino; fim da unidade salarial e de carreira; autonomia financeira em lugar de autonomia de gestão financeira

mento rápido e sem os percalços dos modelos anteriores (Baer e Maloney, 1997: 39). As medidas recomendadas: ajuste fiscal, privatização, liberação/ajuste de preços, desregulamentação financeira, liberação do comércio, incentivo ao investimento externo, reforma do sistema de previdência/seguridade social e reforma do mercado de trabalho. No Brasil, em meio ao ajuste estrutural receitado, deu-se ênfase à denominada “reforma do aparelho do Estado”. No âmbito dessa reforma situam-se a estraté-

tatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los, voluntariamente, em 'organizações sociais', ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do Parlamento para participar do orçamento público” (Bresser Pereira, 1996: 286, grifo nosso).

As propostas do BIRD — maior *diferenciação institucional e privatização; diversificação de fontes de financiamento* (inclusive fim da gratuidade) e vinculação do financiamento oficial a resultados; redefini-

ção do papel do governo no ensino superior (BIRD, 1994: 4) — e as orientações da reforma do aparelho de Estado são assumidas pelo Ministério da Educação (MEC) quando de suas propostas de reforma desse nível de ensino. Essas diretrizes revelam-se nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em dezembro de 1996, no contingenciamento de recursos de custeio e capital, no congelamento de salários há cinco anos e até nos projetos de uma Lei de Autonomia das Universidades. Propõem-se uma diferenciação institucional, com a constituição oficial de dois tipos de instituições universitárias, as de pesquisa e as de ensino; o fim da unidade salarial e de carreira; a *autonomia financeira* em lugar de *autonomia de gestão financeira*.

A reforma da educação superior em curso orienta-se pela mesma matriz teórica e política a reger a reforma do Estado brasileiro, que se origina no trânsito do fordismo ao presente do capitalismo, e sua expressão no Brasil. O fordismo pode ser brevemente caracterizado pela sua rigidez produtiva e econômica, legitimado por uma cultura com grande influência da dimensão política, em face da centralidade ocupada pelo Estado de Bem-Estar Social. A esfera pública é uma das principais instituidoras das relações sociais; o

associativismo em sindicatos e partidos políticos é, em termos, um corolário da força do público, disto resultando políticas públicas voltadas para as demandas sociais, particularmente para a esfera educacional. A crise fordista foi uma crise de superprodução de capital, na sua forma financeira, e impôs aos gestores da economia mundial a busca de materialidade na produção de capital produtivo, obrigando a internacionalização do capital na sua forma produtiva, processo denominado por Chesnais (1995) de “mundialização do capital”.

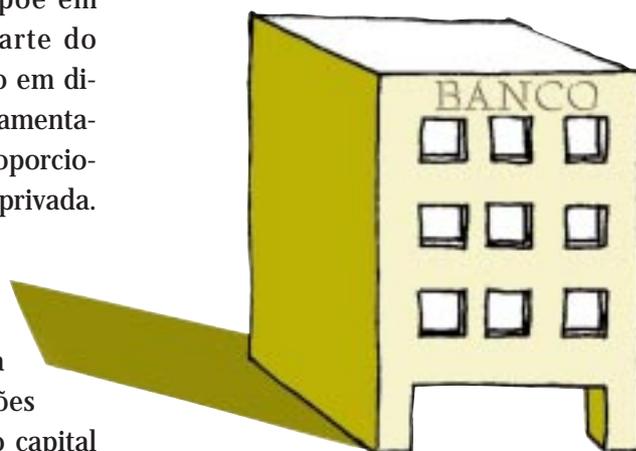
Trata-se de introduzir na educação superior a racionalidade gerencial capitalista e privada, reduzindo-se a esfera pública. Modifica-se a natureza das instituições universitárias, que tendem a responder prioritariamente às demandas do mercado

Tal processo, no final deste século, faz-se necessária e articuladamente com a redefinição da hierarquia política mundial, e põe em movimento em grande parte do planeta reformas do Estado em direção à restrição e desregulamentação da esfera pública e proporcional alargamento da esfera privada. Isto influencia o redesenho dos espaços sociais orientados pela lógica pública, particularmente a educação. Essas redefinições possibilitaram a entrada do capital

em tais espaços sociais, num contexto de Estado reformado, e, com sua entrada, a reorganização segundo a lógica privada, provocando transformações culturais e identitárias nas instituições educacionais, em particular nas de nível superior.

No Brasil, essas mudanças ganham concreticidade a partir de meados dos anos 90, quando, fundado em uma aliança política, o governo de Fernando Henrique Cardoso põe em movimento a tradução brasileira da mundialização do capital, com graves conseqüências para a economia (que se desnacionaliza e se desindustrializa), para a democracia e para as esferas sociais de atividade humana, que passam a se organizar fortemente pela lógica mercantil. No que toca à educação tal processo verificou-se nas reformas de todos os níveis de ensino. O

propósito do então ministro Bresser Pereira torna-se explícito nessa lógica da reforma do Estado em re-



lação à esfera pública: trata-se de introduzir, na educação superior pública, a racionalidade gerencial capitalista e privada, que se traduz na redução da esfera pública ou na expansão do capital e sua racionalidade organizativa.

Ocorre presentemente um processo de tecnificação da política, conduzido por um Poder Executivo de ilimitados poderes. A educação em geral, mas especialmente a educação superior, passa pelo mesmo processo. Por um lado, *mercadoriza-se* ao extremo, e, por outro, na sua especificidade, acentua-se o movimento de redefinição da esfera pública, ao mesmo tempo em que se dissemina a crítica de sua antiga natureza e constroem-se os pilares de um novo espaço, em cujo centro se encontra a racionalidade da produção capitalista. A meta é a reorganização desse espaço social segundo a lógica do mercado: modifica-se a natureza das instituições universitárias, que tendem a responder prioritariamente às demandas do mercado, assemelhando-se, assim, a qualquer empresa, com prejuízos evidentes para sua natureza e identidade tradicionais. Esse reordenamento conduz à redefinição, nesse âmbito, das esferas pública e privada, e possibilita a identificação, de fundo ideológico liberal, de uma suposta existência de outros espaços intermediários entre o público e o privado: o *semipúblico* ou o *semiprivado*. Isso impõe uma adequada reflexão sobre o significado dos conceitos de “público” e de “privado”, para a melhor compreensão de como tais dimensões se movimentam, ambigualmente, criando a ilusão da

emergência de tais espaços, quando, de fato, o que ocorre é uma clara redefinição dessas duas esferas diante da necessidade estrutural de expansão própria do capital.

Apesar do muito que se tem escrito acerca dos conceitos “público” e “privado” e da realidade desses espaços, sua compreensão mostra-se ainda insuficiente. Talvez um bom itinerário de análise seja buscar os pressupostos filosóficos desses conceitos, que estão na origem da ideologia liberal. Tentar compreender como, historicamente, têm contribuído para a instituição desses espaços, legitimando-os ao longo da existência do *modo de produção capitalista*, pode ser uma boa maneira de entendimento das mudanças que se verificam no âmbito do Estado, da sociedade civil e da educação superior brasileira, sem correr o risco de, a partir de uma crítica que vá à raiz, sermos desqualificados como “ideológicos”. Em muitas obras sobre a ideologia liberal pode-se notar a ênfase nos direitos inalienáveis à vida, à igualdade e à propriedade dos indivíduos em sociedade, como instituidores do Estado, para garantia desses direitos, e, portanto, para garantia dos homens. Muitos pensadores combateram o absolutismo e o inatismo das idéias e, obviamente, do poder. No entanto, parecem-nos mais marcantes as idéias de John Locke (1632-1704), presentes em duas obras publicadas em 1690: *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* e o *Se-*

gundo Tratado sobre o Governo Civil. Locke escreve, como um dos princípios do *Segundo Tratado*:

Considero, portanto, poder político o direito de fazer leis com pena de morte e, conseqüentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade, e de empregar a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da comunidade de dano exterior; e tudo tão-só em prol do bem público. (Locke, 1991: 216, grifo nosso)

Para Locke, toda idéia teria sua origem na percepção e nos sentidos, não sendo, portanto, imanente ao homem ou inata. Segundo ele,

Consiste numa opinião estabelecida entre alguns homens que o entendimento comporta certos princípios inatos, certas noções primárias, koinai ênoiai, caracteres, os quais estariam estampados na mente do homem, cuja alma os recebera em seu ser primordial e os transportara consigo para o mundo. Seria suficiente para convencer os leitores sem preconceito da falsidade desta hipótese se pudesse apenas mostrar (...) como os homens, simplesmente pelo



uso de suas faculdades naturais, podem adquirir todo conhecimento que possuem sem a ajuda de quaisquer impressões inatas e podem alcançar a certeza sem quaisquer destas noções ou princípios originais. (Locke, 1991: 13)

O filósofo combaterá a partir dessa tese todos os defensores do inatismo das idéias, e, no âmbito da política, todo poder inato. Todo poder político teria passado a existir a partir de um momento histórico, quando os homens fizeram um pacto para organizar a forma de convivência; desse pacto derivaria o poder político, e suas formas de realização, constituindo-se o Estado em sua estrutura máxima. Com base nesses argumentos, Locke desenvolveu suas idéias liberais.

No estado natural, para Locke, todos nascem iguais, racionais e em liberdade; as leis da natureza encontrar-se-iam igualmente nas

mãos dos indivíduos, não existindo, ainda, o espaço comunal. Os homens estabeleceriam sua identidade por meio da razão, com vistas à preservação da paz e dos direitos dos outros. No entanto, no estado natural, os direitos de igualdade, liberdade e propriedade poderiam ser ameaçados, dado que alguns homens favoreceriam mais a si e a seus amigos, provocando, a partir de então, um estado de guerra. Isto contrariaria o estado natural, bem como esses direitos; disso deduz Locke a necessidade de superação, pelo homem, desse estado natural.

Para Locke, o estatal é derivado do público e a ele submetido. Assim, o público só se faz na conjugação com o Estado, ainda que este último derive do primeiro. Não há sentido em se falar de público na ausência do Estado, e vice-versa

Nesse momento os homens teriam feito um pacto social e criado a sociedade política para a preservação dos direitos naturais (de igualdade, liberdade e propriedade) de qualquer indivíduo, independentemente de suas condições naturais. Não há renúncia dos direitos naturais em favor dos governantes, como o queria, por exemplo, Hobbes: há um pacto para a preservação de tais direitos a todo cidadão. O poder dos governantes, portanto, derivaria da sociedade, da qual o receberiam (Locke, 1991: 225).

As atividades executivas e legislativas do indivíduo em estado natural transferir-se-iam para a sociedade. Esta, portanto, é a base e o limite do poder político dos governantes, isto é, o processo de criação do pacto social e de criação do poder político, como transferência do ato de governar, por outorga da sociedade, constitui-se em espaço comunal construído por esse pacto social.

O público e o estatal põem-se, assim, como realidades distintas para Locke. O estatal é derivado do público e, ao mesmo tempo, a ele submetido, razão pela qual o homem, por meio do pacto social, constituiu-se em sociedade. Assim, o público só se faz na conjugação com o Estado, ainda que este último derive do primeiro e a ele se submeta. Não há, portanto, sentido em se falar

de público na ausência do Estado e vice-versa (Locke, 1991, p. 268).

O privado, portanto, como corolário do exposto acima, estaria circunscrito ao âmbito das possibilidades de ação dos indivíduos singulares ou considerados como coletivo, porém, em conformidade com o poder legislativo, por sua vez derivado do público e a ele submetido. Somente dessa forma o pacto social e a constituição dos poderes estariam garantidos; com eles, os direitos naturais de igualdade, liberdade e propriedade. Po-



de-se concluir que o que não é estatal é necessariamente público, isto é, está no âmbito da sociedade.

Sob tal arrazoado teórico-político, os pressupostos da ideologia liberal ancorar-se-iam na diferenciação entre o público (inerente à sociedade) e o estatal (referente ao governo), que se legitima ou não conforme a natureza de suas ações contrarie ou não o interesse público (sociedade). A diferença entre as instituições do público (sociedade) deve tomar como referência suas próprias especificidades e não suas relações com o Estado (governo), uma vez que, na relação com o Estado, todas as instituições da sociedade são iguais. Isto é, na acepção de

Locke, nenhuma instituição pública pode reivindicar a condição de estatal, pois não faz sentido reivindicá-la. No entanto, na linguagem corrente, por inspiração de autores que hoje refletem sobre as relações entre Estado e sociedade, sociedade política e sociedade civil, o conceito de público é tomado como sinônimo do conceito de estatal, de pertença ao aparelho de Estado, responsável pela administração pública. Em decorrência, o que é privado, ou seja, do âmbito da sociedade civil, jamais poderá ser público, isto é, do âmbito do aparelho do Estado. Não há lugar, conseqüentemente, para um espaço social misto, constituído de elementos públi-

cos e privados. Por outro lado, nenhuma instituição privada pode reivindicar o título de estatal ou de não estatal, pois, tratando-se de instituições da sociedade civil, serão todas iguais perante o Estado.

As transformações na educação superior têm como pano de fundo as mudanças na produção e expansão do capital, onde de fato se efetivam as redefinições das esferas pública e privada. Na reconfiguração

As novas faces da educação superior no Brasil não parecem fadadas a garantir um avanço significativo da educação pública e da inclusão social; ao contrário, tendem a aprofundar a apartação social entre a minoria incluída e a maioria excluída

desse nível de ensino destaca-se a restrição daquela esfera e expansão desta. Mediante uma espécie de *ideologia transitória*, como diria Gramsci, do surgimento de espaços *semipúblicos* e *semiprivados*, e um processo de extremada diferenciação institucional e diversificação de fontes de recursos, verifica-se que a educação superior no Brasil caminha célere para constituir-se de fato e formalmente como um sistema dual: as instituições exclusivamente de ensino e as de pesquisa. Aquelas somariam aproximadamente 90% do total das IES, em sua maioria de natureza privada e não-universitária, e estas somariam aproximadamente 10%, e, em sua maioria, se-

riam universidades de natureza pública ou *semipública* ou *semiprivada*, isto é, organizadas segundo uma racionalidade privada.

As novas faces da educação superior no Brasil não parecem fadadas a garantir um avanço significativo da educação pública e da inclusão social; ao contrário, tendem a aprofundar a apartação social entre a minoria incluída e a maioria dos

cada vez mais excluídos da sociedade da informação. Nesse contexto, as tendências de reconfiguração da educação superior brasileira são fortemente tensionadas na direção de sua efetiva concretização, que traria conseqüências profundas para a esfera educacional, para a própria

identidade institucional universitária, e em especial para a formação do docente universitário no exercício de sua ação docente, de pesquisa ou extensão.

A autonomia universitária estaria subordinada ao setor produtivo (face aos recursos daí advindos a partir da prestação de serviços e assessorias) e ao Estado — face aos contratos de gestão, no caso das IFES, e à legislação, no caso de outros tipos de instituições. Sobre elas restaria pequeno espaço de influência da sociedade em geral e das comunidades com as quais se relacionam. O financiamento da educação superior efetivar-se-ia de diferentes formas, especialmente em função

da extrema diferenciação institucional a que se chegaria como consequência direta das reformas em curso, indutoras potenciais de uma miríade de novas formas de IES. Os recursos para o setor privado originar-se-iam das anuidades e eventualmente do Estado (em função do “mérito” atribuído pelo sistema de avaliação oficial); para o setor comunitário, das anuidades e também do Estado; e para o setor estatal, do Estado, das anuidades e, crescentemente, do mercado. Por outro lado, o movimento docente, importante crítico das políticas oficiais, e responsável, entre outros atores, pelo esforço de democratização (e pela busca da excelência) da educação superior, tenderá a ser substantivamente enfraquecido em decorrência da diferenciação institucional propiciada por distintas estruturas, formas de organização e gestão das instituições, carreira acadêmica e níveis salariais, que marcariam o conjunto das IES brasileiras.

A previsível transformação a médio prazo das IFES em *organizações sociais*, relacionadas com o Estado por meio do *contrato de gestão*, com parte de seu financiamento oriundo do mercado; a acentuação das características das instituições comunitárias (filosofias educacionais proclamadamente públicas, po-

rém com estatuto privado); e a consolidação do setor privado, parecem indicar profundas alterações nas esferas públicas e privadas. As transformações das esferas pública e privada fazem-se com prejuízo do estatuto público estatal, indicando que as instituições públicas tendem ao desaparecimento no médio prazo. A maior consequência de tudo isso: as mudanças que irão incidir sobre a identidade da instituição

ca histórica da universidade. Esse processo assemelharia a instituição universitária a empresas prestadoras de serviços.

Destaque-se igualmente a questão da formação do educador, até o momento uma função da educação superior. As transformações que se impõem, inclusive em relação à própria identidade do conjunto das IES, tendem a retirar tal função desse nível de ensino e, talvez, da

esfera educacional. As IES organizam-se iam mais para o atendimento das demandas do mercado do que para a preparação das futuras gerações de educadores e abririam espaço, no âmbito da sociedade

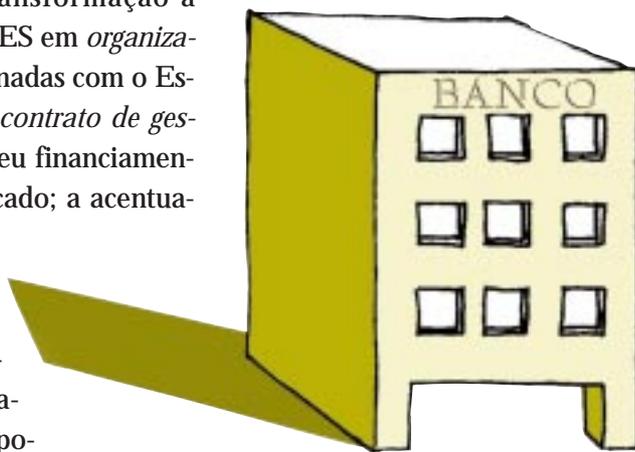
A produção de conhecimento tende a ser substituída pela administração de dados e informações para assessoramento ao mercado, impondo sensível perda da capacidade de reflexão e crítica e assemelhando a universidade a empresas prestadoras de serviços

universitária. A produção de conhecimento tende a ser substituída pela administração de dados e informações em um processo de assessoramento ao mercado, o que impõe sensível perda da capacidade de reflexão e crítica, característi-

civil, a entidades não ligadas diretamente à educação para o exercício desta tarefa, com sérias e bastante óbvias consequências na esfera educacional como um todo. **RA**

Bibliografia

- BAER, V. e MALONEY, W. (1997). Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina. *Revista de Economia Política*. V.17, n.3-67, p. 39-61, jul./set.
- BIRD (1994). *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (El Desarrollo en la práctica). Washington, D.C.: BIRD.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (1996). *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil - para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo : Editora 34.
- CHESNAIS, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã.
- GRAMSCI, A. (1991) *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- SILVA JR, João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 1999.
- SOARES, M. C. C.. Banco Mundial: políticas e reformas. Em: DE TOMASI, L., WARDE, M. J. e HADDAD, S. (Org.). (1996). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo : Cortez Ed.; PUC-SP; Ação Educativa. p. 15-41.





CAMINHOS E DESCAMINHOS DA DOCÊNCIA

César Augusto Minto

Professor EDA-FEUSP

Nobuko Kawashita

Professora (aposentada) DEd-CECH-UFSCar

Rubens Barbosa de Camargo

Professor EDA-FEUSP



A privatização crescente ameaça descaracterizar a formação e o exercício docente, na medida em que o professor tende a tornar-se “privatizado”, por cumplicidade com o modelo privatizante ou pela busca de saídas individualistas. Como explicar a proliferação de “fundações” no interior das universidades públicas? O quadro de desmantelamento do ensino superior público, e incitação do privado, não comprometeria a pesquisa, e, no limite, a própria soberania do país?



Apresentamos neste texto algumas preocupações referentes sobretudo à docência, provocadas seja pelo que está apontado pelas políticas públicas em vigor, seja pelo que consideramos ideal. Faremos uma breve contextualização do tratamento dispensado à formação de professores e ao exercício da docência após a Constituição Federal de 1988 (CF/88), vale dizer, após o novo “contrato social”. O quadro aqui traçado já deve ser bem conhecido, mas é lembrado com o objetivo de pensar alternativas para alguns problemas e identificar aspectos de suas raízes. A tentativa é a de desvelar intenções que encobrem interesses e razões das reformas educacionais implementadas pelos governos brasileiros, por iniciativa própria e ou por orientação direta da United States Agency for International Development (Usaid), nas décadas de 60 e 70, e do Banco Mundial (BIRD), nos dias atuais.

A educação, apesar de oficialmente alardeada como prioritária, nunca deixou de ser tratada como apêndice e a reboque de políticas econômicas que privilegiam interesses das elites. Por estar nessa condição é que, por exemplo, toda vez que se alega a necessidade de contenção de recursos públicos, as

áreas sociais são ainda mais sacrificadas. A própria criação das universidades reflete a concretização de um projeto de parcela das elites; desde o nascedouro, nossa universidade pouco se caracterizou pela preocupação com a sociedade, apesar de sempre ter havido indivíduos ou grupos que se contrapuseram a isso, inclusive nos momentos de autoritarismo mais atroz.

carreiras “nobres” e “populares”, entre outras. Trata-se de naturalizar a idéia de prestígios diferenciados entre atividades, produções acadêmicas, cursos e carreiras, como se esses não devessem ser tratados de forma intrinsecamente complementar, indissociada e socialmente necessária.

Do ponto de vista mais amplo, a decorrência mais direta disso se consubstancia na diferenciação

operacionalizada no ambiente universitário entre o pensar e o fazer, o construir e o reproduzir, o criar e o consumir. Tais concepções, no limite, explicitam a tentativa (deliberada ou não) de fazer prevalecer a subordinação ao invés da soberania, a heteronomia ao invés da autonomia, a dependência ao invés da liberdade, o privilégio ao invés da democracia. Do ponto de vista mais restrito, a consequência mais clara é adotar como eixo da produção acadêmica a racionalidade tecnoburocrática subordinada apenas aos

A obstinação em formar docentes com referência no modelo elitista de universidade vai continuar produzindo profissionais sem compromisso com a função social da educação superior, transmissores e executores acríticos de conteúdos já consignados em manuais e pragmáticos com formação aligeirada, utilitarista



A insistência em manter esse modelo elitista interfere tanto na condução das políticas de governo para a educação superior como no interior de suas instituições. Nestas últimas, alguns reflexos podem ser identificados por dirigentes, docentes, funcionários e estudantes, pela forma como se estabelecem dicotomias e ou hierarquizações entre pesquisa e ensino, teoria e prática, bacharelado e licenciatura,

interesses do mercado, em vez de elucidar o desconhecido na perspectiva de universalizar os direitos civis, políticos e sociais.

A obstinação em formar docentes (e também não-docentes) com referência nesse modelo elitista vai continuar produzindo profissionais: 1) sem compromisso com a função social da educação superior; 2) não formuladores de novos conhecimentos e tecnologias que

contribuam para a solução de velhos e novos problemas; 3) apenas transmissores e ou executores acrílicos de conteúdos já consignados em manuais e 4) pragmáticos com formação aligeirada, utilitarista, em lugar de formação sólida, de boa qualidade, voltada para os interesses sociais.

Tanto as reformas políticas mais amplas como as específicas da área redundam em desvalorização da docência em todos os níveis. Forte indicadora disso é a precarização das condições de vida e trabalho dos profissionais em educação: os baixos salários a que vêm sendo submetidos ao longo de décadas; a ausência sistemática de concursos públicos e de planos de carreira; a inexistência de mecanismos de aperfeiçoamento e atualização; a imputação de jornadas exaustivas e itinerantes para providenciar a sobrevivência. Tal adversidade tem ocasionado crescente deterioração do exercício da docência, dificultando a formulação de projetos político-pedagógicos que, por meio da integração de ações individuais e coletivas, garantam um melhor desempenho de unidades e sistemas escolares.

Nessas condições, a formação e o exercício da docência colocamos o desafio de vislumbrar se as mazelas constatadas serão enfrentadas pelas reformas, sobretudo após a

CF/88, pelas autoridades públicas que deveriam atender aos interesses da população. A resposta parece negativa, na medida em que tais mazelas refletem, mas também não deixam de ser instrumentos de auto-reprodução.

A formação e o exercício docente sofrem os impactos provocados não só pelas políticas da área, mas por todas as ações de governo, sobretudo pela reforma do Estado levada a cabo pela gestão Bresser Pereira no Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). Arrolaremos alguns instrumentos dessas políticas, tentando pensar o cenário educacional que está sendo construído, pois é urgente vislumbrar alternativas que criem chances de um exercício profissional consciencioso, o que pressupõe uma formação de qualidade social que, segundo o Plano Nacional de Educação — Proposta da Sociedade Brasileira, “implica providenciar educação escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população” (ver *Revista da Andes* n° 15, 1998, e o site da Adusp).

Entre os instrumentos de implementação dessas po-

líticas podemos citar: a Emenda Constitucional (EC) n° 14/96, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); a EC n° 19/98, que trata das normas da Administração Pública; a EC n° 20/98, que modifica o sistema de previdência social; a política econômica do governo, que visa em especial à estabilização da moeda e ao corte do déficit público; a Lei n° 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB; o Decreto n° 2.306/97, que regulamenta a organização e o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES); a Lei n° 9.131/95, que institui o Conselho Nacional de Educação, o Exame Nacional de Cursos (“provão”) e as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação; o documento “A Política para as Instituições Federais de Ensino Superior” (MEC, 1995), que anuncia um “novo modelo de financiamento” para uma “verdadeira revolução” na relação entre o poder público e as universidades; o Projeto Organizações Sociais (MARE, 1997), que pretende substituir instituições públicas, fundacionais ou autárquicas, por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; o Decreto n° 2.026/96, que estabelece procedimentos de avaliação dos cursos e



instituições de ensino superior; o Decreto nº 3.276/99, que dispõe sobre a formação de professores para atuar na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental; a Portaria nº 438/98, que institui o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), permitindo uma forma alternativa de seleção para ingresso no ensino superior; a Lei nº 9.678/98, que institui a “Gratificação de Estímulo à Docência” (GED) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); o Plano Nacional de Educação - Proposta do Executivo ao Congresso Nacional (PNE-MEC, 1998).

Assim como não citamos todos os instrumentos da fúria legisladora do governo, não nos detemos na análise de cada um deles, embora consideremos essencial o estabelecimento de nexos entre as políticas neles consolidadas e seus impactos na formação e no exercício da docência.

A LDB e as demais leis sobre a educação superior explicitam o projeto adotado pelos governantes: a privatização, já sinalizada em legislações anteriores, e a negação do modelo de universidade pautado na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Tal projeto traduz e aprofunda diretrizes dos organismos internacionais: desresponsabilização do Estado, privatização generalizada, privilé-

gio da racionalidade técnica, restrição da democracia, exclusão social. Para esse projeto, a formação de professores prescinde da pesquisa. Alega-se que o modelo de formação de profissionais que considera a tríade ensino, pesquisa e extensão (sequer consolidado no país) é muito oneroso. Esse pressuposto, que também interfere no exercício da docência, é utilizado para justificar: 1) o não investimento de re-

com a falta ou deterioração de materiais e equipamentos imprescindíveis ao seu trabalho? Com as precárias condições de salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros recursos? Quantos docentes não têm-se defrontado com a indignação e a desmotivação diante do deliberado e crescente aviltamento salarial? Quantos não estão sendo obrigados a abandonar a profissão ou a aposentar-se, bus-

cando um patamar mais digno de vida? Quem entre nós ainda não se deparou com a sobrecarga de trabalho devido à insuficiência e ou à falta de pessoal, docente ou não? Quem não se viu tolhido da realização de seus projetos, assoberbado, seja pela excessiva burocracia, seja pela redução de verbas para pesquisa, bolsas de iniciação científica, de mestrado, entre outras, que propiciam a construção do conhecimento e sua disponibilização para a sociedade?

Buscar outras fontes de financiamento impõe o

assédio gradual à iniciativa privada, a cobrança de taxas e serviços prestados nas instituições públicas e a extinção progressiva do ensino superior gratuito. Quais seriam as decorrências da delegação crescente desse ensino aos setores particulares? Seu desenvolvimento não se subordinaria apenas aos interesses da iniciativa privada, descaracterizando a natureza, a identidade e as funções sociais das instituições de

A LDB explicita o projeto de privatização e negação do modelo de universidade pautado na indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para esse projeto, a formação de professores prescinde da pesquisa. Alega-se que o modelo de formação que considera a tríade ensino, pesquisa e extensão é muito oneroso



curso público, 2) a necessidade de buscar outras fontes de financiamento e 3) a oferta de formas diferenciadas de educação superior. Daí algumas conseqüências que se desdobram em cascata.

O não investimento na educação superior pública tem implicado o contingenciamento de verbas, o achatamento salarial e a diminuição de docentes e funcionários. Qual docente não tem se deparado

ensino superior? O pagamento de taxas e serviços não significaria reincidência, injustiça e ilegalidade? Não se constituiria em dupla penalização daqueles aos quais o ensino público e gratuito significa oportunidade única de acesso? A privatização crescente não descaracterizaria a formação e o exercício docente, na medida em que o professor — fragilizado pelo fim da dedicação exclusiva, da estabilidade, da autonomia pedagógica — tenderia a tornar-se “privatizado”, seja por cumplicidade com o modelo privatizante, seja pela busca de saídas individualistas? Como explicar a proliferação de “fundações” no interior das universidades públicas? Tal quadro não comprometeria a pesquisa, sobretudo a básica, e, no limite, a própria soberania do país?

A oferta de formas diferenciadas de educação superior — universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores (artigo 8º do Decreto nº 2.306/97) — tenta privilegiar a “flexibilização” da formação, o aligeiramento e a fragmentação dos saberes veiculados, obscurecendo os reais objetivos das reformas educacionais em curso: o barateamento e a subserviência às regras do mercado. Se não, o que significariam tais instituições, hierarquizadas, mas sequer claramente definidas? Suas

funções corresponderiam à oferta de cursos para ricos e treinamento profissional específico e aligeirado para pobres?

A quem beneficiariam, de um lado, o uso indiscriminado da educação à distância com o objetivo de formar docentes e, de outro, o uso intensivo de tecnologias — Internet, vídeos, redes locais (LANs), CD-ROM, tele-conferências, entre

O combate governamental à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão encobre a intenção de dismantelar o ensino superior público. As razões ficam mais claras quando se percebe o potencial desse mercado promissor para investimentos de capital. Afinal, não seria o lucro a vocação peculiar e primeira da empresa-escola?



outras — com objetivo de substituir cursos presenciais? À semelhança das “curtas” licenciaturas, os cursos seqüenciais (autorizam egressos de quaisquer cursos superiores a lecionar após breve complementação pedagógica) não contribuiriam para comprometer ainda mais a educação básica, com reflexos negativos na superior, colaborando para a manutenção de um ciclo vicioso e excludente?

É fundamental perceber que o combate governamental à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (supostamente para racionalizar recursos, melhorar a produtividade acadêmica e ampliar o acesso) encobre a intenção de dismantelar o ensino superior público e incitar o privado. As razões ficam ainda mais claras quando se percebe o potencial desse nível de ensino enquanto mercado promissor para investimentos internos e ou externos de capital. Afinal, não seria o lucro a vocação peculiar e primeira da empresa-escola?

Pois bem, segundo os Censos do Ensino Superior (MEC, 1994 e 1998), entre 1994 e 1998 houve um aumento de 67,7% nas matrículas do ensino superior no setor privado (de 787 801 para 1 321 229), enquanto que, no setor público (federal, estaduais e municipais), observou-se um aumento de 16,6% (de 690 450 para 804 729). O número de universidades particulares saltou de 59 para 76, enquanto que as do setor público passaram de 68 para 76. Tais dados revelam a privatização em curso no país.

Todavia, observe-se que o número de concluintes em 1993 e 1997, no setor privado, foi de 155 387 e 168 302, respectivamente, constituindo um aumento de 8,3%, enquanto que, no público, foi de 84 882 e 106 082, respectiva-

mente, um aumento de 25%. Assim, mesmo sob um olhar mais tecnocrático, portanto sem entrar no mérito da qualidade de ambos, pode-se ignorar uma maior “produtividade” do setor público?

Ademais, ao adotar a prática de avaliação externa exclusivamente por meio do “provão”, o governo permite que instituições privadas sem escrúpulos potencializem lucros, tanto por meio da criação de “cursinhos” para melhorar o desempenho de seus egressos no “provão”, quanto da utilização dos resultados deste como mais um mecanismo de *marketing!* Se tentam desqualificar o ensino público para alavancar o particular, confirma-se o melhor desempenho dos egressos das escolas públicas.

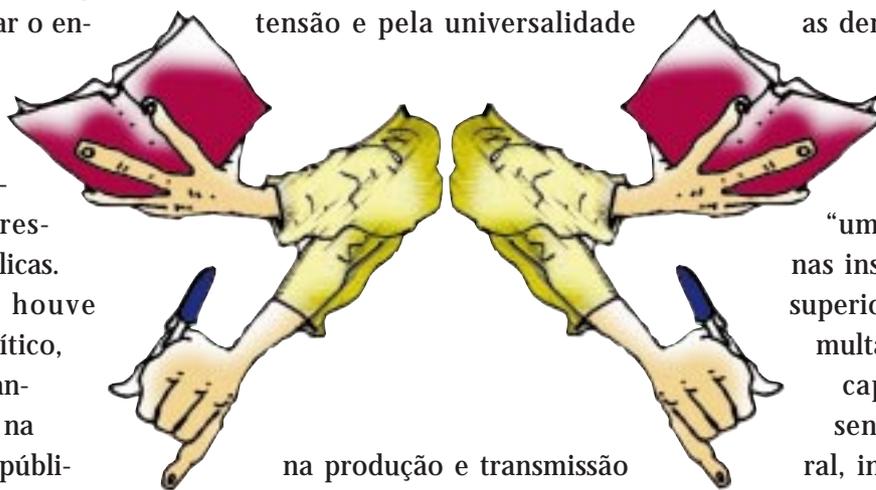
Enfim, nunca houve tanto controle político, administrativo, financeiro e pedagógico na educação superior pública. Isto significa que não há saída? Não necessariamente.

Setores organizados da sociedade civil e parcelas da sociedade política, que defendem a construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária, concebendo a educação como um dos instrumentos de transformação social e de formação para a cidadania, têm um projeto que se contrapõe a esse projeto elitista oficial.

Estamos diante de um embate de projetos que apontam para cenários distintos: o do governo, que representa os interesses dos seto-

res dominantes, expresso no PNE-MEC, já em franco processo de implantação; e o Plano Nacional de Educação — Proposta da Sociedade Brasileira, cujos defensores apostam na construção de uma nova hegemonia, tentando fomentar a adoção do todo ou parte de seu ideário nos Estados e Municípios.

Na perspectiva do Plano Nacional de Educação — Proposta da Sociedade Brasileira (1997:59), as universidades constituem-se num patrimônio social e são caracterizadas por um padrão unitário de qualidade, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela universalidade



na produção e transmissão de conhecimentos e experiências em todas as suas dimensões (artística, científica, cultural, tecnológica etc). Assim concebidas, as universidades serão elementos constitutivos de qualquer processo estratégico e de construção de identidade social.

“Assim entendida, a universidade pode também contribuir para a adequação das estruturas do Estado às aspirações democráticas em curso na vida política nacional e internacional e, em especial, ser elemento ativo de intervenção democrática na vida da sociedade brasileira. Para

realizar tais tarefas, permanecem, ainda atuais, os desafios de democratização e autonomia da estrutura universitária, para garantir o desempenho da universidade enquanto instituição estratégica da sociedade. A ela caberá a clarificação dos diversos projetos e viabilizar soluções para a complexidade dramática de uma sociedade que é caracterizada por elevados índices de concentração de renda, de baixos salários e de fome” (idem, p. 59).

Respeitadas as suas especificidades, todos os pressupostos mencionados com relação às universidades deverão orientar também as demais Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas.

Portanto, há “uma dimensão pública nas instituições de ensino superior que se efetiva simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica. E a condição básica para o desenvolvimento dessa representatividade é a capacidade de assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico, que exige respeito à diversidade e ao pluralismo. Dessa forma, não lhe cabe apenas preencher uma função de reprodução de estruturas, relações e valores, mas acolher os mais diversos elementos que possam constituir questionamentos críticos, indispensáveis para configurá-la como um dos fatores dinâmicos na evolução histórica da sociedade” (ibidem, p. 59).

As IES assim concebidas devem assegurar “o aperfeiçoamento da formação cultural do ser humano, a proposta de capacitá-lo para o exercício de uma profissão e de prepará-lo para a reflexão crítica e a participação na produção, sistematização e superação do saber, cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar o acesso a esse direito social a todos os cidadãos, inclusive de forma gratuita, oferecido pelas Instituições de Ensino Superior públicas” (ibidem, p. 59).

Sobre formação e exercício docente, qualquer prognóstico responsável, do ponto de vista técnico e ou político, revelará o quanto será preciso fazer, se a perspectiva for a de garantir, para todos, uma educação de boa qualidade. Faz-se necessário adotar políticas que aumentem a probabilidade de assegurar formação ampla e sólida, humanista, comprometida com a emancipação da maioria excluída e com a formação de profissionais aptos a contribuir no questionamento de velhos conhecimentos e na produção de saberes novos para solucionar problemas que dificultam o desenvolvimento nacional. Políticas que valorizem a docência, por meio de condições de trabalho adequadas ao desempenho profissional, salários dignos (com piso salarial profissional), planos de carreira, concursos públicos de provas e títulos sistemáti-

cos, aperfeiçoamento contínuo, conforme o artigo 206 da CF/88. Vale dizer: cidadãos-profissionais que atuem para construir um projeto inclusivo e de qualidade social para o país.

Os argumentos alinhavados neste texto permitem antever os rumos antidemocráticos da educação superior — em especial, da formação e do exercício docen-

te — pretendidos pelos setores sociais hoje representados no governo Fernando Henrique Cardoso que, na tentativa de legitimá-los, utiliza-se do jogo de mídia para buscar a adesão de amplos setores sociais, inclusive a de intelectuais outrora insuspeitos, que se mimetizam para servir aos governantes de plantão, evocando a imagem de funcionários-camaleões. Enfrentar

um cenário desses exige organização e perseverança, pois o que está em jogo é a recuperação do papel do Estado como provedor de direitos civis, políticos e sociais, das instituições de ensino superior a serviço da sociedade, e, em especial, da universidade enquanto nicho de produção de conhecimentos e de crítica aos governos e às políticas que não contemplam os interesses da maioria da população.

Para vencer esses desafios é essencial a contribuição de todos os professores universitários! RA

O governo FHC utiliza-se do jogo de mídia para buscar a adesão de amplos setores sociais, inclusive a de intelectuais outrora insuspeitos, que se mimetizam para servir aos governantes de plantão, evocando a imagem de funcionários-camaleões. Enfrentar um cenário desses exige organização e perseverança

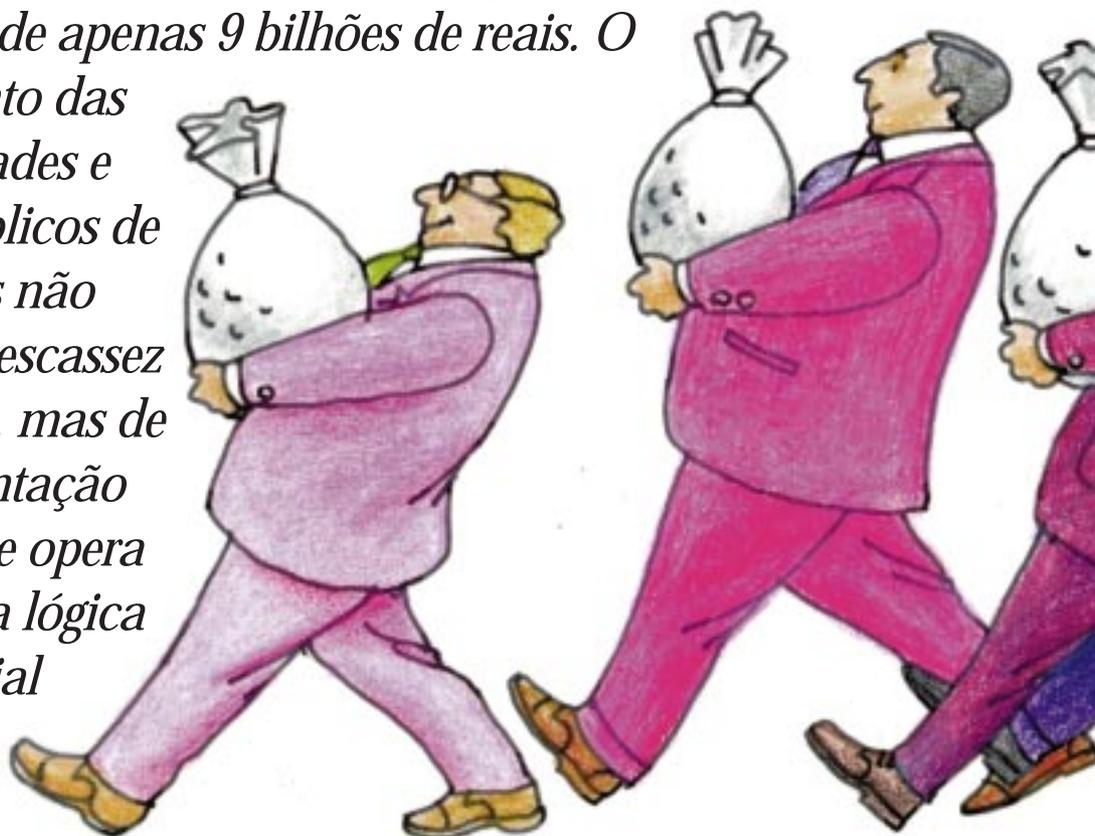


Bibliografia

- BANCO MUNDIAL. La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1995.
- CATANI, A. M. e OLIVEIRA, J. F. de. A Gratificação de Estímulo à Docência (GED): alterações no trabalho acadêmico e no padrão de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). In: DOURADO, L. F. e CATANI, A. M. (orgs.). *Universidade Pública: políticas e identidade institucional*. Campinas/SP: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFC, 1999. p. 65-74.
- CHAUÍ, M. A universidade hoje. In: Revista Praga: estudos marxistas n.º 6, São Paulo: Hucitec, setembro de 1998, p. 23-32.
- MINTO, C. A.. A educação nos tempos do “Dama de Ferro”. In: Revista Universidade e Sociedade n.º 18, março de 1999, Andes/SN, p. 103-107 e In: *Formação de educador e avaliação educacional: conferências, mesas-redondas, v. 1*. Organizadores: Maria Aparecida Viggiani Bicudo e Celestino Alves da Silva Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 1999. (Seminários e Debates). p. 53-66.
- MOREIRA ALVES, Márcio. *Beabá dos MEC/USAID*, Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1968.
- MURANAKA, M. A. S. e MINTO, C. A. O capítulo “Da Educação Superior” na LDB - uma análise. In: Revista Universidade e Sociedade n.º 15, Andes-SN, Brasília, fevereiro de 1998, p. 65-75.
- SILVA JR, J. R. e SGUISSARDI, V. *Novas faces da Educação Superior no Brasil - Reforma do Estado e mudanças na produção*. Bragança Paulista: Edusf, 1999.
- III Congresso Nacional de Educação (III CONED). *Carta de Porto Alegre*, aprovada na plenária final, Porto Alegre, 5 de dezembro de 1999.

OPÇÃO POR UMA

Montou-se uma gigantesca mistificação em torno da idéia de que o sistema educacional brasileiro consome seus míseros recursos para sustentar as caras universidades públicas, quando o conjunto das IFES absorve, na verdade, pouco mais de 10% do gasto público total com educação. É escandalosa a constatação de que o país gastou, em 1999, 130 bilhões de reais para pagar juros da dívida pública (externa e interna), enquanto o orçamento do MEC para o período foi de apenas 9 bilhões de reais. O sucateamento das universidades e centros públicos de pesquisas não decorre da “escassez de recursos”, mas de uma orientação política que opera segundo uma lógica neocolonial



NAÇÃO SOBERANA

Ivan Valente

Ex-Deputado Federal, ex-coordenador da
Frente de C&T no Congresso Nacional





Em particular, durante o governo FHC tem-se discutido bastante em nosso país a questão do financiamento da educação e, em especial, da Universidade pública. O que nem sempre tem ficado claro para a sociedade é que esta é uma discussão que não se circunscreve a buscar identificar como alocar da maneira mais eficaz e justa possível os recursos públicos. É um debate em que as diversas posições e práticas políticas a ele comparecem afirmando, cada uma por seu lado, um determinado projeto de país. Ou dito de outra forma, o debate sobre o financiamento da universidade, do ensino, da pesquisa, da extensão de serviços à comunidade é um espaço que possibilita evidenciar o projeto de nação que cada ator propugna.

O governo federal, por exemplo, através do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, considera, segundo a revista *Exame* (nº 614, 10/07/96), que a ênfase no ensino universitário teria sido uma característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado, desplugado da economia internacional e hoje em estado de agonia terminal. “Para mantê-lo, era necessário criar uma pesquisa e tecnologia próprias. Com a abertura e globalização, a coisa muda de figura”. O acesso ao conhecimento fica

facilitado, as associações *joint-ventures* se encarregariam de prover as empresas de países como o Brasil do *know-how* de que necessitam. “Alguns países, como a Coreia, chegaram mesmo a ‘terceirizar’ a universidade. Seus melhores quadros vão estudar em escolas dos Estados Unidos e Europa. Faz mais sentido do ponto de vista econômico” (todas as aspas são de *Exame*).

Colocadas as coisas nestes termos, torna-se fácil, então, enten-

vida. Segundo essa ótica, qualquer esforço tendente a fazer do Brasil uma comunidade humana histórica, cultural e politicamente determinada, com objetivos próprios, bem como as próprias idéias de autodeterminação e soberania nacional configurariam preocupações de um pensamento “caipira”, “neobobo” ou mesmo “jurássico”. Sob esse ponto de vista, não faz sentido pensar e tratar a universidade e todo o acervo científico e tecnológico construído pelo esforço de gerações e gerações de brasileiros como algo estratégico para o desenvolvimento do país e para a construção do Brasil como nação soberana.

Por outro lado, torna-se mais inteligível a lógica que orienta o regime de “desidratação financeira” que tem garroteado o ensino superior público e as atividades es-

tatais voltadas para a produção de ciência e tecnologia no Brasil.

Ademais, essa problemática vincula-se diretamente a ocorrências como as que, por exemplo, levaram ao desmonte do aparato de pesquisa e desenvolvimento do Sistema Telebrás. Nesse sentido, é possível perceber o nexos que vincula a política que se orienta para a privatização de empresas estatais estratégicas e as medidas que se voltam para o sucateamento e o desmonte do que poderíamos chamar de sistema nacional de ciência e tecnologia.

É dessa compreensão mais global que decorre uma outra tese (muito esgrimida) no tocante ao fi-

Compreende-se a lógica do regime de “desidratação financeira” que tem garroteado o ensino superior público e as atividades voltadas à produção de C&T no Brasil. É possível perceber o nexos que vincula a privatização de empresas estatais estratégicas às medidas de desmonte do chamado sistema nacional de C&T

der, de um lado, a desqualificação sistemática empreendida pelos “formadores de opinião” e o verdadeiro linchamento editorial a que a universidade pública e as instituições de pesquisa têm sido submetidas, particularmente nestes tempos em que o neoliberalismo tem sido a voga dos dirigentes empresariais e políticos do país.

É que para a coligação conservadora no poder, em associação com os organismos como Banco Mundial e FMI, países como o Brasil não são propriamente países, são antes “espaço econômico”, *mercado*, do qual emanam “leis” que devem regular todas as dimensões da

nanciamento da educação: a do “cobertor curto”. Busca-se, mediante estridente repetição, firmar uma espécie de senso comum de que não temos um problema de dispêndio público em educação; teríamos um problema gerencial. Além do fato de sermos um país pobre (digo, “em desenvolvimento”) e, portanto, com recursos limitados, fundamentalmente não teríamos um gasto público pequeno, gastaríamos mal tais recursos: teríamos universidades perdulárias (com gasto aluno/ano acima dos padrões aceitáveis nos países mais desenvolvidos, além de serem elas mesmas algo assim como cidadelas inexpugnáveis às camadas mais empobrecidas da população), não privilegiaríamos o ensino básico (em geral, tratado como as séries iniciais do ensino fundamental), os governos municipais e estaduais desviariam os recursos de educação etc. etc.

Desse ponto de vista, torna-se irrelevante o Brasil vir aparecendo como um dos países de menor gasto público em educação (sempre equivalente a menos de 4% do PIB), significativamente atrás dos países vizinhos ou mesmo de Estados africanos como Argélia e Tunísia. Não, o problema residiria na “irracionalidade” do “sistema” educacional brasileiro, que privilegiaria o gasto na universidade, em detrimento do “ensino elementar”. Desse modo, acacianamente, num quadro de poucos recursos, colocar-

se-ia a necessidade do estabelecimento de uma prioridade: o ensino fundamental. Eis que, nessa linha, tornam-se inúteis os avançados dispositivos da Constituição de 1988 sobre o tema educação. Por isso impõe-se a emenda constitucional 14 (que, entre outras medidas, derroga o dispositivo — o artigo 60 das disposições transitórias — que determinava a expansão das vagas no ensino superior público) e a lei 9.424/96, com o famigerado Fun-

das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com menos de ¼. Em 1997, por exemplo, esta parcela correspondeu a 23,6% (ver, a propósito, o Relatório Nelson Marchesan sobre o Plano Nacional de Educação, pág. 101), no contexto de um dispêndio total calculado em R\$ 40,8 bilhões.

Se estimarmos que o gasto anual total da União com as Instituições Federais de Ensino Superior (aí incluídos os vultosos e crescentes dispêndios com os hospitais universitários) em 50% das suas despesas com educação, teremos, então, a idéia da gigantesca mistificação construída em torno da idéia de que o sistema educacional brasileiro consumiria seus míseros recursos para sustentar as caras universidades públicas. De fato, o

conjunto das IFES consome pouco mais de 10% do gasto público total com educação no Brasil.

Mas a trilha seguida pelo governo está longe de ser o único caminho. Os segmentos e movimentos sociais que, por exemplo, tomaram a si a tarefa de elaborar um Plano Nacional de Educação representativo de um posicionamento da sociedade civil apontam um outro horizonte para o país e, portanto, para o ensino superior.

Aqui, parte-se da reivindicação dos homens e mulheres como construtores da história e do destino deste país, negando à instância *mercado* a condição de juiz supre-

Os segmentos e movimentos sociais que tomaram a si a tarefa de elaborar um Plano Nacional de Educação representativo da sociedade civil apontam outro horizonte para o país e, portanto, para o ensino superior; negando à instância mercado a condição de juiz supremo

def; joga-se pesado na aprovação de uma LDB que, além de funcional à visão dominante, nada tem a dizer sobre o financiamento da pós-graduação; o que quer dizer, sobre ciência e tecnologia.

Ironicamente, nessa teoria, em geral, passa-se ao largo da origem e da efetiva repartição dos recursos públicos em educação. No mais das vezes, abstrai-se o fato de que sobretudo, com o advento da última Carta, do gasto público global com educação, a União — como se sabe o ente federativo que responde pela manutenção e desenvolvimento da maioria das universidades públicas — contribui para o conjunto

mo do justo, racional e eficaz social, política e economicamente.

Considera-se muito baixa a proporção estudantes do ensino superior/população do Brasil, comparativamente, seja aos países vizinhos, seja aos desenvolvidos: segundo o *Statistical Yearbook*, 1995, Unesco, a relação estudantes do ensino superior/100 mil habitantes era, por exemplo, em 1992, Argentina 3.323, Chile 2.369, Canadá, 6.980, EUA 5.611, Brasil 1.080 (ver PL 4.155/98, p. 69).

Constata-se que são as universidades e outros organismos públicos responsáveis pela quase totalidade da produção de ciência e tecnologia no Brasil. Mas, sobretudo, toma-se como possível e justo que os trabalhadores e o povo brasileiros construam o Brasil como uma nação soberana.

Ora, tal ponto de vista requer que se aborde o problema da produção de conhecimento, a pesquisa, o ensino superior fora do quadro imposto pela lógica da centralização e monopolização desse tipo de atividade nos e pelos países desenvolvidos. Quer dizer, toma-se a questão da ciência e tecnologia como um problema estratégico para o país e para seu povo.

Consideramos que, tal como está proposto no PL 4.155/98 (Plano Nacional de Educação elaborado pela sociedade civil), é perfeitamente razoável estabelecermos como meta que o país passe imediatamente a dispender 1,2% do PIB com a manutenção e desenvolvimento das atividades das universidades públicas, fixando

em 2,7% do PIB o nível de gasto a ser atingindo ao final dos próximos dez anos, de tal modo a atingir um patamar de 40% da população na faixa etária de 18 a 24 anos cursando o ensino superior. É igualmente factível retomar o gasto público imediato de, no mínimo, 0,9% do PIB em pesquisa junto aos organismos estatais de fomento, de forma a preservar os núcleos de pesquisa e a continuidade de suas atividades.

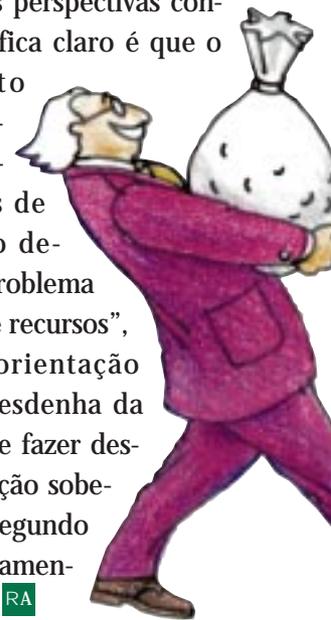
Este ponto nos remete à questão da origem dos recursos. Sobre isso é preciso, em primeiro lugar, não perdermos de vista as perdas que a educação e a pesquisa em nosso país têm sofrido em função dos duros e irresponsáveis cortes e regimes de contingenciamento que a área financeira do executivo tem imposto. Não bastasse isso, temos o famigerado FEF, agora batizado de DRU, que tantos recursos tem desviado de funções fundamentais do Estado em função da lógica hegemônica de priorizar o pagamento dos encargos financeiros da dívida em detrimento dos gastos e necessidades sociais. A tais desvios, agreguem-se aqueles endogenamente alimentados pelos planos de estabilização impostos pelas agências multilaterais.

A despeito disso, há espaço para o crescimento das receitas vinculadas à educação. Em primeiro lugar, é preciso ter claro que na vinculação prevista no artigo 212 da Constituição Federal (18% no plano da União e 25% para estados e municípios) não estão incluídas taxas e contribuições. Lembremos que, por exemplo, a CPMF, que tornou-se um tributo permanente, em nada contribui para edu-

cação e muito menos para a saúde.

Em segundo lugar, além da reforma tributária, que deveria estruturar-se com base nos impostos diretos, não podemos deixar de mencionar a enorme permissividade da legislação e das práticas governamentais para com a sonegação e as diversas formas de evasão fiscal. Sabe-se que o próprio secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, estimou que este fenômeno em nosso país incide sobre a fantástica base de R\$ 280 bilhões, o equivalente a quase um terço do PIB anual. Escandalosa, também, é a constatação de que o país gastou, em 1999, R\$ 130 bilhões para pagar juros da dívida pública (externa e interna), enquanto o orçamento do MEC para o período foi de apenas R\$ 9 bilhões.

Porém, além da afirmação de um caminho factível e necessário para o financiamento do ensino superior público em nosso país, o que resta demonstrado é que este não é um problema financeiro e muito menos esgota-se nos números dispostos segundo variadas perspectivas contábeis. O que fica claro é que o sucateamento das universidades e dos centros públicos de pesquisas não decorre de um problema de "escassez de recursos", mas de uma orientação política que desdenha da possibilidade de fazer deste país uma nação soberana e opera segundo uma lógica claramente neocolonial. RA





SONEGAÇÃO, REFORMA TRIBUTÁRIA E PERDAS

Dernal Santos e Juçara Braga
Jornalistas

A arrecadação, em 1999, de R\$ 26 bilhões oriundos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e o Orçamento total de R\$ 36 bilhões confirmam São Paulo como o Estado mais rico da Federação. Neste mesmo ano, o Estado gerou quase um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, ou seja, a fatia nada desprezível de R\$ 324 bilhões, num “bolo” que chegou a R\$ 1 trilhão, de acordo com o Banco Central.

A performance paulista na arrecadação de impostos é a melhor de todos os estados, segundo os especialistas. Contudo, estima-se que a sonegação fiscal corresponda a algo entre 20% e 24% de sua receita.

Esse prejuízo, que compromete todos os investimentos públicos, atinge diretamente as universidades estaduais, cujas verbas correspondem, por lei, a 9,57% da arrecadação anual do ICMS, após o desconto de 25% para o Fundo de Participação dos Municípios. Daquele percentual, 5,0295% são destinados à USP, 2,3447% à UNESP e 2,1958% à Unicamp. Nesses tempos de verbas escassas, uma melhora na arrecadação do ICMS influiria positivamente nas contas das universidades paulistas.

Ocorre que a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional instituirá mudanças na cobrança do ICMS estadual, com impacto sobre a arrecadação dos estados que não se sabe, ainda, se será positivo ou negativo. O relatório da comissão especial encarregada de analisar a proposta de emenda constitucional (PEC 175/95) está nas mãos do presidente da Câmara dos Deputados, mas duvida-se das chances reais de votação da reforma, pois o governo federal não se mostra interessado nela.



m tese de mestrado concluída em 1996, o pesquisador-visitante Fernando Blanco, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), identificou uma perda de receita com sonegação fiscal no Estado de São Paulo, no ano de 1990, da ordem de 24%. Tomando-se o Brasil como um todo, as estimativas de sonegação variam muito. O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, afirma que a cada real arrecadado corresponde um real sonegado. Já o coordenador de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo, Clóvis Panzarini,

acredita que a sonegação não suporta 20% da receita obtida, podendo até ser bem inferior a essa cifra: “Se pegarmos o PIB tributado do setor industrial e aplicarmos alíquotas médias de arrecadação, o valor obtido não fica muito distante do que se arrecada hoje”.

O pecado dessa fórmula, reconhece Panzarini, está precisamente em que no PIB considerado não aparece a parte sonegada. Sua conclusão: é muito difícil saber-se o grau de sonegação fiscal, simplesmente porque “o que é sonegado não existe no mundo formal, e o que não existe na formalidade não é mensurável”. O presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de

São Paulo (Sinafresp), David Torres, confirma a dificuldade, mas comunga com a opinião de Maciel: “No Brasil, até 50% de todos os tributos são sonegados”. Ele garante que a fiscalização em São Paulo é eficiente.

Outro diretor do Sinafresp, Luiz Antônio Moroni Amorim, observa que São Paulo tem 1 milhão de contribuintes e é o Estado melhor aparelhado em todo o país, no que se refere à fiscalização. Mas pondera que, com o número de fiscais que há hoje, 3 800, a fiscalização só pode ser feita por amostragem. O ideal, segundo ele, seria cobrir todo o universo passível de tributação. Como isso não acontece, utiliza-

PROLETARIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A compressão de verbas e salários vem resultando na precarização do ensino público em todos os níveis. Na USP, esse processo adquiriu proporções preocupantes para um numeroso contingente de professores. “O professor entrou num processo de proletarização nos últimos anos. Aviltar os salários significa, no futuro, ter uma mão-de-obra desqualificada”, fustiga Annateresa Fabris, professora de História da Arte Contemporânea, aposentada em 1996. Para ela, porém, isto não se deve somente à ação do governo. “A mentalidade brasileira não percebe a educação como um valor prioritário. Uma greve de pro-

fessores, por exemplo, não é encarada com o devido impacto pela sociedade”.

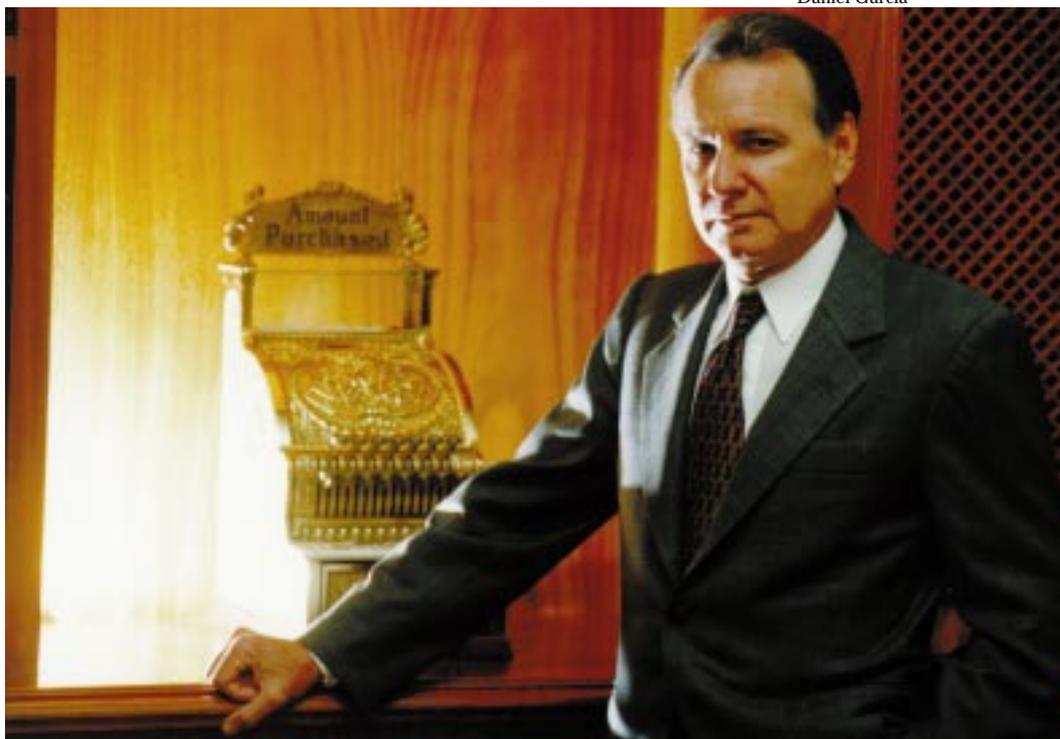
Há, no seu entender, uma campanha sistemática contra a universidade, “inclusive por parte dos governantes que, com isso, encaminham o ensino público para o processo de privatização”. Atualmente colaborando na pós-graduação, Annateresa, na USP desde 1971, só evita uma queda mais acentuada em seu padrão de vida porque recebe uma verba do CNPq. “Dinheiro que deveria ser investido em atualização e qualificação profissional, uso para complementar despesa de casa”. Para ela, o professor, atualmente,

está em pior situação do que na década de 70. “Naquela época consegui montar minha biblioteca. Hoje não consigo, sequer, bancar minhas viagens para estudos e pesquisas”.

Também aposentado, o professor de odontologia Aldo Décio Pancera consegue manter o padrão de vida anterior porque possui a sua própria clínica. “Há uma década recebia o equivalente a três mil dólares por mês na USP. Hoje, ganho menos de dois mil dólares”, cita. Afastado da ativa há três anos, Pancera observa que há um desânimo generalizado. Ele está convencido de que a responsabilidade por esta situação

se o critério da seleção: “A fiscalização é feita em segmentos com alto grau de sonegação já comprovado, como os setores industriais de açúcar e pneus”. São selecionados, assim, os contribuintes “com maior expressão econômica e reconhecida incidência como sonegadores”.

Panzarini, por seu turno, informa que o índice de informatização do sistema já chega a 90%, mas admite que o número de fiscais é insuficiente para atender às necessidades do Estado. E do que se precisa para chegar ao número necessário (4 500, segundo ele) é a realização de um concurso, para o qual falta a aprovação do governador Mário Covas.



Panzarini, visão otimista da arrecadação

Daniel Garcia



Annateresa, salários aviltados

Daniel Garcia

cabe tanto ao governo quanto à própria reitoria.

No corpo docente da USP, resignação e revolta misturam-se. Existem, por certo, casos como o do professor Joel Barbujani Sigolo, da Geologia, que atribui à “politicagem” os protestos contra os baixos salários. Ele acha que a remuneração é das melhores. É uma opinião rara.

“Para quem vive só do salário da USP a situação está muito difícil”, afirma o professor de música Lorenzo Mammi, da Escola de Comunicações e Artes. Na sua avaliação, o problema maior na Universidade é a falta de pessoal e de estrutura para lecionar adequadamente. “Depois que a USP passou a incenti-

var cursos para a comunidade como forma de arrecadar recursos, houve uma dispersão muito grande, ficou difícil preparar as aulas e o aperfeiçoamento profissional tornou-se quase inviável”, observa Lorenzo, que complementa sua renda com artigos que escreve para jornais.

Jesuína Almeida Pacca ratifica a afirmação do colega quanto à carência de recursos humanos e materiais. “Tudo isso, mais os baixos salários, sobretudo para quem está começando, afeta a qualidade de ensino.” Professora de Física, ela observa que a falta de incentivo para trazer novos professores faz com que a USP, hoje, tenha um corpo docente envelhecido, pois além de não pagar bem também não contrata.

Fernando Blanco considera que um forte estímulo à sonegação é o aumento no valor dos tributos. Ele acredita na possibilidade de chegar-se ao índice zero de perda na arrecadação, mas adverte que isso exige um conjunto de medidas que passam necessariamente pelo aperfeiçoamento do sistema fiscalizador e pelo aumento do efetivo de fiscais. Outros problemas precisam ser enfrentados, por exemplo, a chamada “elisão fiscal” — ação de empresas que aproveitam-se da complexidade da legislação ou de lacunas existentes nas leis, contratam bons consultores e advogados e conseguem livrar-se de certos tributos ou pagar muito pouco.

“Não existem estatísticas confiáveis. A sonegação de ICMS certamente é muito mais do que ‘um para um’, é um dos tributos mais sonegados, porque muita coisa é vendida sem nota fiscal”, resume a economista Maria Emília Pureza, assessora da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, comentando a conhecida declaração de Everardo Maciel.

Crise x tributos

De modo geral, a conjuntura econômica brasileira tem oferecido terreno fértil para a perda de receita tributária. O economista Amir Khair, secretário de Finanças do município de São Paulo na gestão de Luiza Erundina, atualmente coordenador do Grupo de

Financiamento Público e Orçamento do Instituto Florestan Fernandes, observa que “a sonegação é constante no Brasil, e é tanto maior quanto pior é a situação do País, pois as empresas, se estão em dificuldades, priorizam o pagamento de salários e de matéria-prima”.

Na esteira dessas dificuldades, as empresas procuram driblar o recolhimento de impostos de todas as formas possíveis. Na avaliação de Panzarini, as isenções fiscais são as mais danosas para o Estado: benefícios que privilegiam, indiscriminadamente, setores da indústria, comércio e inclusive pessoas físicas de diferentes faixas de renda. Panzarini defende a alíquota única e antecipa que esse nó deverá ser desfeito com a aprovação da reforma tributária que tramita no Congresso Nacional. “As pressões políticas são grandes, mas não deve haver exceções, mesmo que sejam meritorias”, opina, destacando a título de exemplo a isenção concedida aos portadores de deficiência física na compra de automóvel. O imposto deve ser “neutro”, na opinião do coordenador de Tributos da Fazenda.

Quanto às perdas geradas pela economia informal, Panzarini considera-as irrelevantes. Ele avalia que, nesse caso, não se pode falar em sonegação, mas sim em *infração formal*, pois, se o informal legalizar-se, transforma-se em microempresa, com direito à isenção de impostos. Ou seja, de qualquer forma não recolheria o tributo. O especialista considera

VIRTUDES E

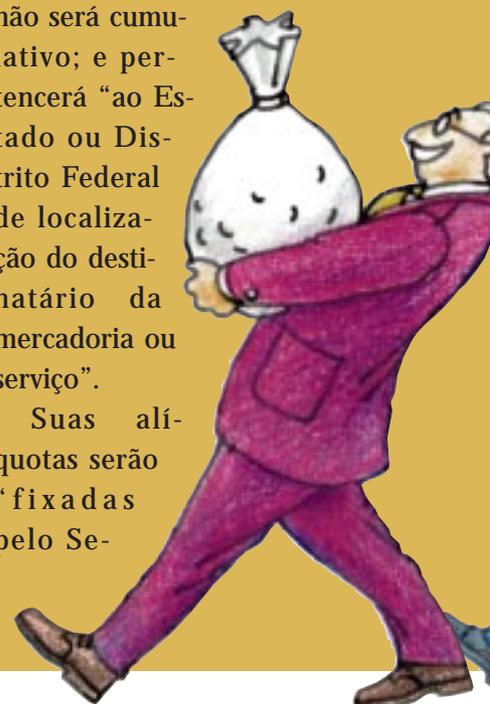
Pe

O ICMS foi mantido no texto substitutivo da PEC 175/95 resultante dos trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que o substituiria, foi descartado. O texto garante autonomia tributária aos Estados e traz alguns avanços em relação à legislação anterior, no tocante à simplificação do sistema e ao combate à guerra fiscal, impondo padronização e uniformidade na cobrança desse imposto pelos diferentes Estados.

De acordo com a proposta, o ICMS será instituído por lei estadual, que ratificará as normas a serem estabelecidas em lei complementar;

não será cumulativo; e pertencerá “ao Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário da mercadoria ou serviço”.

Suas alíquotas serão “fixadas pelo Se-



VÍCIOS DO “NOVO” ICMS

dro Estevam da Rocha Pomar

Editor da Revista Adusp

nado, mediante resolução aprovada por dois terços de seus membros, de iniciativa privativa de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores dos Estados e do Distrito Federal, e uniformes em todo o território nacional por mercadoria ou serviço, vedada a distinção entre operações e prestações internas, interestaduais e de importação”, ressalvados os casos em que a lei estadual poderá aumentar em até 20% as alíquotas aplicáveis às operações e prestações internas e de importação.

A lei complementar determinará as regras de organização do colegiado que administrará o ICMS, composto por um representante de cada unidade da fe-

deração e que terá como atribuição elaborar um “regulamento” com essa finalidade.

O “novo” ICMS, contudo, incorpora antigos vícios, pois o texto cria uma classe de alíquotas especiais, as quais concedem tratamento favorecido (menores percentuais) não apenas aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que é correto, mas também à prestação de serviços de navegação aérea e marítima e de educação. Isso abre chance para que o *lobby* do ensino privado mantenha suas vantagens fiscais, quando da regulamentação desse dispositivo na lei complementar.

Além disso, e mais grave, o texto isenta de cobrança “os serviços de radiodifusão sonora e de transmissão de sons e ima-

gens, de recepção livre e gratuita”, concedendo com isso um odioso privilégio às empresas que monopolizam a comunicação de massa no Brasil, em especial a Rede Globo.

um erro a isenção concedida às microempresas e informa que existem, em São Paulo, 400 mil empresas classificadas como “micros” que, se pagassem impostos, elevariam em 5% a receita tributária do Estado.

A inadimplência, segundo Panzarini, equivale a 7% da receita atual proveniente do ICMS. Já foi maior, mas caiu em função de alguns apertos promovidos pela Fazenda, como o aumento da taxa de juros na hora do acerto e a redução do número de parcelas para quitação do débito.

Guerra fiscal

Outro problema que deverá extinguir-se com a reforma, segundo Panzarini, é a guerra fiscal, uma vez que a tributação passará a ser aplicada no destino e não mais na origem. Ou seja, um carro fabricado em São Paulo e vendido em Pernambuco será tributado lá. Estado mais industrializado do país, São Paulo sai perdendo, mas ganha em outro ponto, com a inclusão dos serviços na base de cálculo do ICMS.

O estabelecimento de uma alíquota interestadual única, ou “ICMS federal”, a ser cobrada no destino, evitaria fugas como as que ocorrem hoje, já que a alíquota é de 18% em São Paulo, enquanto no Paraná, por exemplo, é de 12%. Conforme a reforma proposta, essa alíquota deverá ser fixada em 17%. Os ganhos com a inclusão dos serviços são estimados entre 10% e 12%. Na



diferença, São Paulo perderia entre 6% e 7% da arrecadação obtida hoje com o ICMS.

De qualquer forma, Panzarini lembra que há um período de sete anos de transição previsto para que a reforma seja definitivamente implantada e essa perda, teoricamente, ocorrerá ao longo do tempo; assim mesmo, se forem mantidas as condições econômicas de 1998, ano base dos cálculos feitos por ele. Na verdade, no primeiro ano haveria um ganho para o Estado, diz Panzarini, certo de que a reforma introduzirá um modelo tributário mais eficiente, que eliminará fontes de sonegação. As isenções também serão eliminadas. Ou seja, há uma conjunção de fatores positivos que, segundo o especialista, poderiam anular a perda prevista.

Desinteresse de FHC

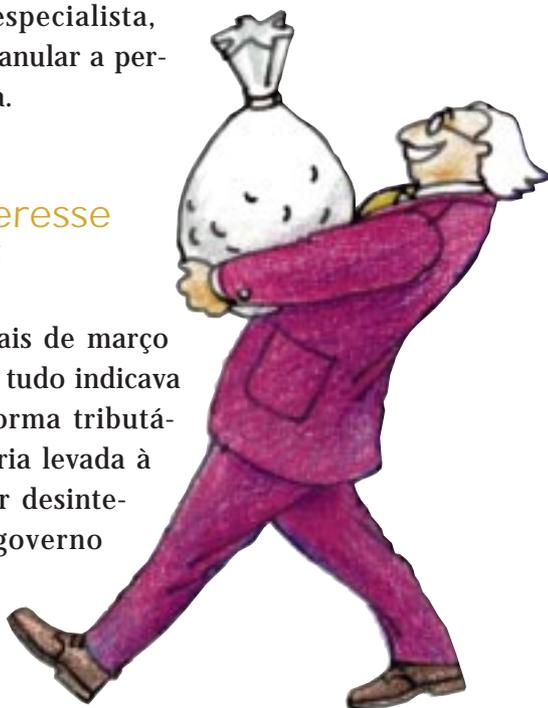
Em finais de março deste ano, tudo indicava que a reforma tributária não seria levada à frente, por desinteresse do governo federal. “O governo opera muito no

curto prazo, e prefere manter as coisas como estão e tocar com a barriga, para não afetar o cumprimento das metas acertadas com o FMI”, analisa Maria Emília Pureza.

De acordo com a economista, ainda que venha a ser aprovada, a reforma, nos moldes em que foi pensada, não trará avanços substanciais na estrutura de tributação, que continuaria privilegiando os impostos indiretos, os quais incidem fortemente sobre os setores médios e pobres da sociedade. A correção de tal distorção exige uma cobrança mais efetiva dos impostos sobre o patrimônio e sobre a renda, e o combate à sonegação.



Callegari, apontando ilegalidades do governo Covas



“É um ledor engano concentrar na emenda constitucional a missão de suprimir as iniquidades do sistema, pelo simples motivo de que a Constituição não desce a detalhes sobre contribuintes, alíquotas, base de cálculo, penalidades aos infratores e forma de atuação da administração tributária, que são os verdadeiros instrumentos para se fazer uma revolução tributária neste país”, argumenta. “Por isso, a idéia de promover políticas distributivas pela via constitucional está fadada ao insucesso”.

Verbas para educação em SP

Na avaliação de técnicos e estudiosos, há como minimizar e até anular as perdas que o Estado

de São Paulo sofre por conta de fatores como evasão, sonegação e até mesmo guerra fiscal entre os estados. Sanados estes problemas, São Paulo passaria a arrecadar mais e, em consequência, a educação contaria com maiores verbas. Será?

A julgar pela política do atual governo, a resposta é “talvez, quem sabe”. Desde o início de seu primeiro mandato, em 1995, o governador Covas insiste em descumprir a Constituição Federal quanto ao repasse de 30% do Orçamento estadual para a educação. Não cumpre, sequer, o percentual de 25% exigido pela Constituição paulista. Na Assembleia Legislativa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito investiga denúncias de ilegalidades na aplicação dos recursos devidos ao setor.

O deputado estadual Cesar Callegari (PSB), presidente da CPI da Educação, alerta que mais de R\$ 200 milhões

foram

sonegados pelo governo estadual às universidades públicas nos últimos anos. Segundo o parlamentar, R\$ 75 milhões deixarão de ser destinados neste ano à USP, Unesp e Unicamp. Em franco desrespeito ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o governo resolveu descontar toda a parcela do ICMS destinada à habitação antes de aplicar o percentual devido às Universidades. “É uma atitude flagrantemente ilegal”, denuncia o deputado.

Ilegal na LDO, o governo Covas também afronta a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), a qual determina que as despesas com servidores inativos não podem ser incluídas entre as despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. O próprio governador homologou decisão do Conselho Estadual de Educação nesse sentido. Contraditoriamente, porém, vem debitando tais despesas na conta da educação e no orçamento das universidades. “Tudo isso”, declara Callegari, “para construir os percentuais obrigatórios, que na verdade nunca foram atingidos”.

O relator da CPI afirma que somente 23% do Orçamento estadual têm sido aplicados na educação. “Até despesas com a alimentação de animais do Jardim Zoológico são trazidas para o setor, na tentativa de justificar o injustificável”. Com isso, em cinco anos mais de R\$ 5 bilhões teriam sido desviados da educação pública paulista, considerados todos os níveis de ensino. RA



Entrevista
Jacques Marcovitch

“NÃO ACEITO O PESSIMISMO PARALISANTE”

por Pedro Estevam da Rocha Pomar



*O reitor da USP
critica o diagnóstico
de uma universidade
em ruínas, defende o
atual modelo de
gestão e proclama os
princípios da
“escassez com
responsabilidade” e
da “participação e
responsabilidade”*

Fotos: Daniel Garcia

A questão não é nova, mas é mais pertinente do que nunca: a universidade saberá desembaraçar-se dos rituais burocráticos, dos controles formais baseados em critérios freqüentemente arbitrários, e que criam obstáculos e exigências kafkianas para a imensa maioria dos docentes, mas propiciam a existência de privilégios? Ela será capaz de repensar e transformar seus colegiados e comissões, que reproduzem estruturas de poder tão infensas à democracia?

Essa questão foi recolocada na ordem do dia pela publicação de notícias envolvendo alguns pesquisadores da USP em casos de desvio ou malversação de verbas públicas destinadas à pesquisa. Problema semelhante ocorreu na Unicamp, que vem de organizar uma comissão sindicante especial para apurar as atividades do notório legista Badan Palhares.

Há quem amplifique esses episódios, usando-os para reforçar a campanha de depreciação da universidade pública. Mas, para aqueles que estão na linha de frente da defesa do ensino superior público, o que ocorreu é que os controles atuais destinam-se a restringir a democracia e não a detectar problemas e abusos reais. Por isso, falharam.



Sobre tais casos e tudo mais que diga respeito à gestão da USP, consideramos importante, para nossos leitores, ouvir a opinião do reitor, professor Jacques Marcovitch, que também exerceu, anteriormente, o cargo de pró-reitor de Cultura e Extensão, sendo, assim, um conhecedor dos meandros da estrutura universitária.

No dia 21 de dezembro de 1999, o reitor concedeu longa entrevista à Revista Adusp, cujos principais trechos publicamos nas páginas seguintes. Marcovitch considera pontuais e sem maior relevância no contexto da USP os casos trazidos à tona pela imprensa, afirmando, além disso, que a instituição tomou todas as providências cabíveis. Revela, contudo, que estão sendo reexaminados todos os processos e sindicâncias instaurados nos últimos três anos.

Em relação à escolha dos dirigentes universitários, ele defende o modelo adotado pelo Estatuto de 1988, que subordina as consultas amplas ao aval dos colegiados. Sobre estes últimos, entende que é hora de se repensar o modelo departamental, onde “muitas vezes acaba prevalecendo a lógica do poder”, sem estender essa crítica aos demais colegiados.

Marcovitch dá ênfase, quase sempre, às conquistas da USP e ao imenso potencial da universidade, que na sua opinião nem o neoliberalismo é capaz de abalar. Por isso, repele o “pessimismo paralisante”, o “diagnóstico de uma universidade em ruínas”.

Revista Adusp- No último período tem surgido uma série de denúncias sobre aplicação inadequada, irregular ou até criminosa de verbas para pesquisa. E ainda que eventualmente essas denúncias possam se prestar a uma campanha que de fato existe, contra a universidade pública, elas revelam um problema que tem fundo real. Ou seja, há muitos indícios de que há uma aplicação indevida dessas verbas. A USP não estaria minimizando esses fatos? A USP, nesse sentido, consegue pensar a si mesma para que possa detectar esses problemas e corrigi-los, eventualmente?

Marcovitch- Penso que para tratar de um aspecto tão pontual como esse, porque foram três casos que surgiram este ano, devemos ter uma perspectiva um pouco mais ampla do momento que estamos atravessando, da nossa evolução e dos desafios que estamos enfrentando. E como estes três casos foram enfrentados pelas suas unidades e como está sendo tratada toda a questão da ética e dos conflitos de interesses dentro da universidade. Vale a pena entender o entorno no qual estamos vivendo, especialmente a expansão que tivemos na universidade e na sociedade ao longo dessas últimas décadas. Nós tendemos a subestimar a evolução demográfica que tivemos no Estado de São Paulo e no Brasil. Convém sempre lembrar que nós começamos com 17 milhões de habitantes no Brasil, estamos terminando o século com 170 milhões de habitantes. Nunca estivemos vivendo uma dualidade tão grande

entre os extremos de renda que nós temos no Brasil. Nunca a evolução tecnológica foi tão rápida como está ocorrendo neste final de século, com seus desdobramentos sobre as atividades da universidade. E finalmente vejo que existe sim, dentro e fora da universidade, uma consciência de responsabilidade social crescente. Tudo isso mostra um entorno que exige da universidade uma enorme preocupação em preservar tradições e ao mesmo tempo construir o seu futuro. A perenidade da instituição universitária passa a ser uma prioridade. Essa perenidade, a meu ver, decorre de alguns fatores. Em primeiro lugar, a capacidade de ter uma sensibilidade muito grande em relação ao entorno, e como nós sabemos que na universidade convivem muitas áreas de conhecimento, desde a física até a filosofia, desde a antropologia até a comunicação, isso significa que em cada área do conhecimento nós temos tempos próprios e culturas próprias, a serem respeitados. O segundo fator são os princípios e valores que, respeitados esses vários entornos das áreas do conhecimento, são valores de universalismo, de solidariedade, de humanismo que permeiam toda a instituição universitária. Esses valores de busca de excelência constituem o tecido que une uma universidade, que tem uma extraordinária diversidade de áreas de conhecimento. Em terceiro lugar, a descentralização, fundamental em qualquer instituição universitária, para evitar uma burocratização ou um centralismo sufocante, que acabaria por

inibir exatamente a sensibilidade do entorno, e ao mesmo tempo inibiria a aplicação de princípios e valores, que em cada uma das áreas deve ter a sua aplicação. Essa descentralização é muito valorizada e defendida na USP. Finalmente, uma preocupação que assegura a perenidade é o equilíbrio econômico-financeiro. Em outras palavras, nenhuma instituição se torna peregrina se não preserva esse seu equilíbrio. Temos portanto um entorno em rápida transformação, nunca fomos tantos do ponto de vista de uma sociedade em desenvolvimento, nunca estivemos tão distantes entre os extremos, e temos uma universidade que tem como vocação defender sua perenidade porque ela se entende como instituição multissecular.

Quando ocorrem então casos como aqueles que ocorreram, eles devem ser tratados dentro desta ótica. Nos três casos que foram citados as unidades já haviam tomado as providências, o Jurídico está — estava e continua — apurando as responsabilidades, em um dos casos o professor já tinha se demitido por decisão dele, e o Jurídico está cuidando da aplicação das penas. Discordo até da própria forma como a pergunta é formulada, que é uma tentativa de desqualificar muito mais do que os casos específicos que ocorreram, desqualificando a instituição como um todo, o que não me parece que é o caso. E não são só esses três, nós fizemos um levantamento e estamos estudando todas as sindicâncias e processos administrativos feitos nos últimos três anos. Se esses casos tive-

ram uma visibilidade externa, é porque exatamente a universidade tinha cuidado, nos autos, em tratar com todo detalhe os problemas que já tinham sido apurados. E a mídia externa acaba tendo acesso a esses documentos, mas por conflitos entre pessoas que acabaram fazendo com que esses documentos fossem levados para fora. Penso que devemos lidar com esses casos com a máxima seriedade, lidar também com os outros casos de sindicâncias e processos administrativos, retirar deles todas as lições, mas de nenhuma forma nós podemos generalizar esses casos para o coletivo universitário.

Revista Adusp- O sr. publicou um artigo no dia 10 de dezembro, na Folha de S. Paulo, sobre os dez anos de autonomia da USP, fazendo referência à fiscalização e ao acompanhamento exercidos pelo Conselho Universitário (CO) sobre o orçamento da universidade. Peço que o sr. explique como se dá o controle sobre as verbas de pesquisa nas diferentes unidades.

Marcovitch- Em primeiro lugar, há várias formas de ver uma organização humana. Eu prefiro partir da premissa de que uma organização universitária é constituída por professores, alunos e funcionários imbuídos de propósitos elevados, imbuídos dos valores universitários que nós citamos, e dispostos a enfrentar os desafios das adversida-

des, da escassez com responsabilidade. Feita essa introdução, isso não significa que a universidade, por se utilizar de recursos públicos, não deve continuamente, planejar, como ela faz todo ano, quando da aprovação das diretrizes orçamentárias — e todo ano essa discussão está se tornando cada vez mais intensa. No ano passado nós tivemos uma discussão com quatro cenários possíveis para o ano de 1999, neste ano nós discutimos o orça-

unidades. Temos o controle desses recursos, em grande parte determinado pelos próprios procedimentos do Estado: o Tribunal de Contas desempenha um papel contínuo de auditoria e nós temos que encaminhar anualmente as nossas contas. E a partir daí temos também uma auditoria interna, que responde às solicitações feitas pelos diretores. Essa auditoria, no ano de 1999, foi reestruturada e aquinhoadada com mais recursos hu-

manos, tanto através de funcionários aposentados que voltaram a desempenhar sua função na condição de voluntários, como também novos funcionários que foram selecionados. Com relação aos recursos externos, parte-se de duas premissas: em primeiro lugar, que o professor tem uma responsabilidade sobre esses recursos; em segundo lugar, que o órgão financiador — refiro-me à Fapesp, à Finep, ao CNPq — na

hora em que aloca esses recursos, aloca dentro de critérios e procedimentos de fiscalização que são aplicados pelas agências. Então, temos dois sistemas de recursos: um, proveniente de recursos orçamentários, e o outro proveniente de recursos de pesquisa. Os recursos de pesquisa que são canalizados pelas entidades externas sofrem não só um acompanhamento dos colegiados, que vão aprovar esses convênios, como também a fiscalização externa pelos órgãos financiadores.

CASOS DE MAU USO DE VERBAS

“Nos três casos citados as unidades já haviam tomado providências, o Jurídico continua apurando as responsabilidades e cuidando da aplicação das penas, e em um dos casos o professor já tinha se demitido por decisão dele. Discordo até da forma como a pergunta é formulada, que é uma tentativa de desqualificar a instituição”



mento da universidade com base em três alternativas, das quais o CO escolheu uma — a partir daí, nós temos o nosso planejamento de distribuição de recursos. Esse planejamento de distribuição de recursos orçamentários, recursos que recebemos do Estado, passa a ser executado por cada uma das unidades, unidades estas que se encarregam da gestão da cota-parce que lhes é alocada, dentro de certos critérios propostos pela COP e depois executados pelas

Revista Adusp- Falando de todas as atividades, todos os atos da vida acadêmica, e não somente de verbas para pesquisa, o sr. não considera que esse mecanismo de conselhos departamentais, congregações, tem-se mostrado como algo muito mais ritual do que verdadeiramente um controle eficiente e inteligente dos atos da vida acadêmica? Esses organismos não são muito vulneráveis ao espírito de corpo e à prática da troca de favores?

Marcovitch- Numa instituição do tamanho de uma universidade como esta, a divisão em células menores é fundamental para a descentralização. Eu reconheço, sim, que os departamentos têm, ao mesmo tempo, resolvido questões relativas à gestão das áreas de

conhecimento na sua menor unidade, mas ao mesmo tempo imbuíram-se de rituais burocráticos que acabaram sufocando a reflexão crítica e a discussão de temas que têm mais a ver com o conhecimento, com a lógica das atividades-fim, do que aquilo que acaba sendo mais discutido no âmbito dos colegiados, que são os rituais burocráticos. E muitas vezes acaba prevalecendo a lógica do poder. A questão departamental tem que ser repensada na universidade. Por enquanto, não temos outro modelo. Temos universidades que, mesmo aqui no Brasil, estão

experimentando a estrutura de uma unidade sem departamentos. Ela teria uma coordenação de atividades-fins em termos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, sem necessariamente distribuir os professores por departamentos estanques. Os núcleos são tão criticados, mas muitos núcleos acabaram se tornando espaços de transdisciplinaridade e de atividades inovadoras que os departa-

Revista Adusp- Em artigo publicado na *Revista da USP* (nº 39), o sr. chamou atenção para o desequilíbrio que existe entre a docência e a pesquisa, dado que se atribuiu a essa última maior importância, na prática, ou pelo menos muitos professores acreditam nisso e, segundo o sr. afirma, passam a descuidar das atividades de docência propriamente dita. O sr. também mencionou, numa conversa

com os membros do Conselho de Representantes da Adusp, que os departamentos não têm desempenhado a contento a função de avaliação docente, e defendeu a existência da CERT. Que modelo de avaliação o sr. defende?

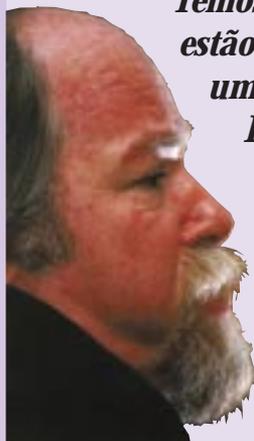
Marcovitch- A CERT foi criada pelo Estatuto de 1988, que avaliou as experi-

ências anteriores e propôs a existência de uma comissão que definiu uma política de avaliação docente que procuraria assegurar um balanceamento entre as três atividades da universidade: ensino, pesquisa e extensão. O que ocorreu nos departamentos é que, na medida em que eles são constituídos por professores de uma mesma área — e que a avaliação pode significar ao mesmo tempo premiação, mas também a punição dos professores que não têm cumprido a atividade mínima — tem sido difícil realizar a avaliação docente no âmbito do departamento. No en-

A QUESTÃO DOS DEPARTAMENTOS

“Por enquanto, não temos outro modelo. Temos universidades no Brasil que estão experimentando a estrutura de uma unidade sem departamentos.

Ela teria uma coordenação de atividades-fins em termos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, sem necessariamente distribuir os professores por departamentos estanques”



tanto, algumas unidades têm criado sua comissão de acompanhamento da atividade docente no âmbito respectivo. A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto é uma delas. Tudo indica que esse é um modelo descentralizador que pode prosperar. O que observamos é que são mais exceções do que regra. Se pudessemos ver mais unidades assumindo a atividade da avaliação docente, nós estaríamos

aproximando essa atividade da atividade realizada pelo docente. O modelo está em contínuo aprimoramento, ele inclui outros segmentos: a avaliação departamental, feita pela CPA, e na qual terminamos um ciclo para começar o outro, levou cinco anos para ser concluída; a avaliação da universidade co-

mo um todo, que é feita anualmente pelo anuário estatístico, e as duas folhas que resumem os indicadores de evolução da universidade, constituem também outro elemento de avaliação. Portanto, acho que seria incorreto imaginar que a universidade se utiliza da avaliação do docente como o único instrumento de avaliação. A avaliação deve ser sempre vista como uma aferição do cumprimento de metas que devem ser continuamente revistas pela universidade, e ela se dá nessas três dimensões: o professor, o departamento e a universidade como um todo.

Revista Adusp- Estou com seu artigo publicado recentemente na Folha, e queria questionar algumas coisas que o sr. menciona. Depois de se referir a uma série de avanços, especialmente na qualificação do corpo docente, o sr. afirma: “Tais avanços não incharam as despesas com o pessoal na USP. Seu corpo docente, de 5.609 professores quando foi decretada a autonomia, hoje é de

dedicação à universidade. Veremos que o número de professores em dedicação exclusiva, no RDIDP, aumentou para 77%, e o número de professores com título de doutor aumentou para quase 89%, o que significa que, ao longo desses dez anos de autonomia, a USP procurou, elevando a qualidade do seu corpo docente, elevando a dedicação dos seus professores, tornar-se mais sensível a demandas

externas. A prova é que a pós-graduação cresceu em mais de 100%, e mesmo a graduação cresceu, embora de forma mais modesta. As atividades de pesquisa também podem ser mensuradas, a própria presença da USP nos indicadores da Fapesp e do CNPq mostra. O que não considero um oti-

AVANÇOS DESIGUAIS NA USP (I)

“As humanidades exigem de nós atenção toda especial daqui para a frente. As áreas tecnológicas, as biológicas e as básicas bem ou mal conseguiram, ao longo dos anos, o tipo de apoio necessário. Carecemos de uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento em escala mundial. A opção que está-se fazendo pela tecnologia como fim exige a mobilização das humanidades”



4.752, e o de funcionários caiu de 17.379 para 14.846. As contas estão em ordem. Não há déficits nem desperdícios, com as restrições orçamentárias habituais nos órgãos públicos”. Queria perguntar: primeiro, se o sr. considera que havia inchaço no pessoal, tanto em relação aos docentes como aos demais servidores; e segundo, se o cenário que descreve não é muito otimista.

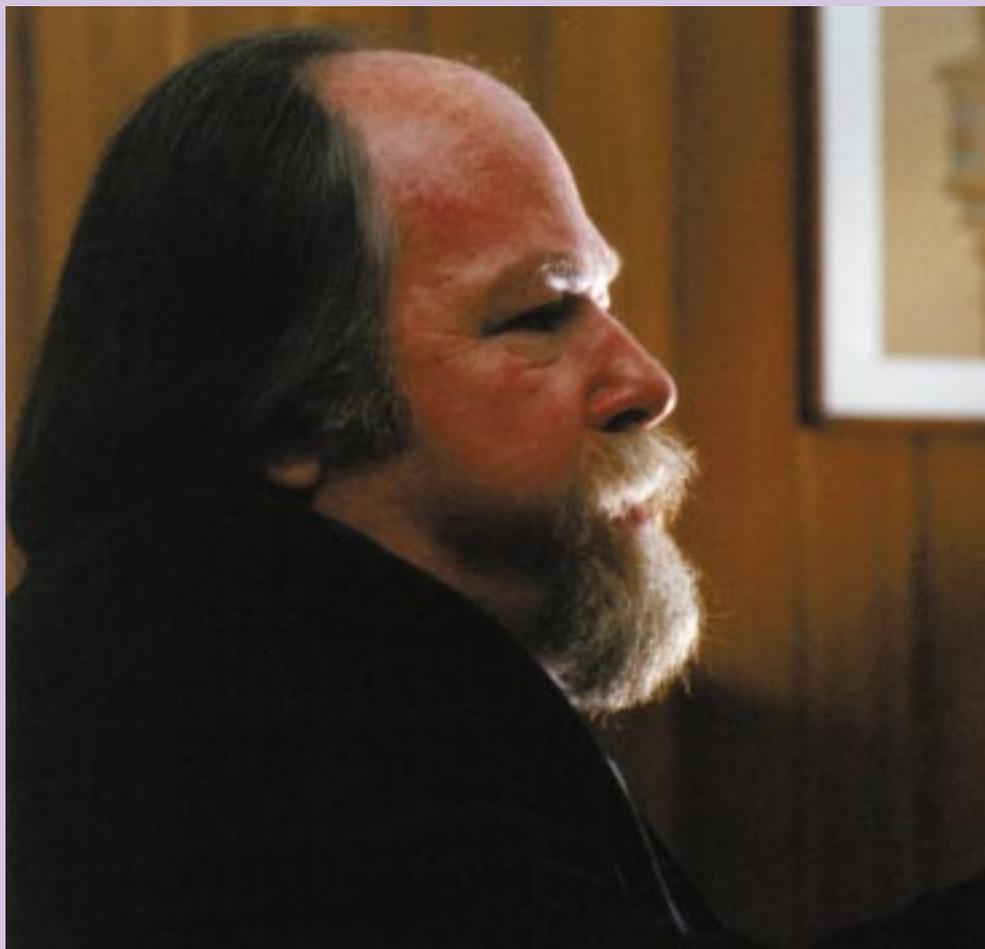
Marcovitch- Estou me baseando em números. Os números que temos e que são apresentados no nosso Anuário revelam que a USP acabou promovendo uma maior

mismo, longe disso, mas entendo que do outro lado o pessimismo paralisante, muitas vezes propalado, é apresentado como o diagnóstico definitivo de uma universidade em ruínas. Procuro mostrar que esta universidade tem seu dinamismo, seus indicadores, seus resultados. Ela alcança no final deste século, depois de dez anos de autonomia, um patamar que mostra vitalidade e dinamismo. Isso não significa que ela está numa condição de perfeição ou de estabilidade. Ela tem que continuamente questionar-se e procurar novos patamares. Se, por exemplo, formos abrir

esses números, veremos que, em função das áreas (biológicas, exatas, humanidades), as humanidades exigem de nós atenção toda especial daqui para a frente. As tecnológicas, as biológicas, as básicas bem ou mal conseguiram, ao longo desses anos, o apoio e o tipo de apoio necessário para seu desenvolvimento. Nós estamos hoje carecendo de uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento não só do Brasil, mas em escala mundial: a opção que está-se fazendo pela tecnologia como fim exige hoje uma mobilização das humanidades.

Revista Adusp- O sr. não considera que a redução no número de professores, e também a redução de verbas que tem ocorrido, podem vir a ameaçar isso que chamou de “cenário promissor” no seu artigo?

Marcovitch- Quem assume uma função de direção — eu incluo os chefes de departamento, diretores de unidades e os próprios ocupantes da Reitoria — deve analisar, de forma cada vez mais apurada, a evolução dos recursos. Mas, de outro lado, as adversidades na área de recursos (e 1999 foi um ano muito difícil), a falta de recursos, não legitima uma atitude de passividade ou de conformismo, deixando então a instituição quase que aguardando essa volta de recursos mais adequados às suas necessidades. Até porque, desde o nascimento da universidade, não conheço nenhuma época em que todos os recursos necessários tenham sido colocados à disposição da universidade. Nun-



ca podemos esquecer que uma universidade é um projeto de ciclo longo. Sendo projeto de ciclo longo, cujos resultados só se sentem a longo prazo — e a sociedade sempre confrontando demandas imediatas na área de saúde, de transporte, mesmo na área de educação a preocupação com o ensino fundamental, o ensino de nível médio —, tudo isso acaba criando para a universidade uma posição de isolamento na defesa dos seus recursos. Mais do que isso, esta universidade está muito engajada na pós-graduação e na pesquisa, e os resultados da pós-graduação e da pesquisa são ainda a mais longo prazo. Tudo isso nos leva a uma situação em que é preciso defender os recursos da

universidade, mas sem em nenhum momento entender que a escassez é desculpa para a paralisia e o derrotismo. O artigo que você citou procura exatamente dizer isso. Se nós temos dificuldades, elas ocorrerem em todas as universidades do mundo, não só na USP, porque as demandas sociais estão se tornando cada vez mais explicitadas, e os retornos que uma universidade pode oferecer são sempre de médio e longo prazo. Esse problema se torna ainda mais agudo nas democracias, por mais relativa que seja a democracia. Porque obviamente as pressões sociais acabam se fazendo sentir pela via do legislativo. Quero nesse momento lembrar que o legislativo de São Paulo sempre foi

UNIVERSIDADE E NEOLIBERALISMO

“O papel da universidade pública é estar a serviço da sociedade como um todo, num horizonte de médio e longo prazo, formando as gerações vindouras para se tornarem lideranças no processo de transformação. Apesar das adversidades, a universidade superou momentos muito mais difíceis do que o atual, que é qualificado de modelo neoliberal”



bem mais sensível à questão da pesquisa e do ensino superior do que outros legislativos, tanto no Brasil como no exterior.

Revista Adusp- O sr. não considera que o chamado modelo neoliberal ameaça a universidade pública?

Marcovitch- Uma universidade pública deverá prevalecer em qualquer modelo escolhido pelos partidos políticos que, no embate periódico, fazem prevalecer uma corrente de pensamento na dimensão da política econômica. Penso que a universidade, que deve ser crítica em relação aos impasses que a sociedade enfrenta, não pode sentir-se ameaçada por um ou outro mo-

delo. Ela deve ter o seu projeto, a sua missão. Deve ter a sua visão de futuro, olhando sempre para a formação de jovens que devem ser imbuídos de um pensamento crítico. Jovens que devem, durante seu período universitário, ter pelo menos um convívio com várias correntes de pensamento, para que eles possam se tornar os agentes de mudança, na medida em que passam a amadurecer como cidadãos e também como profissionais. O papel da universidade pública é estar a serviço da sociedade como um todo, num horizonte de médio e longo prazo, formando as gerações vindouras para se tornarem lideranças nesse processo de transformação. Apesar das adversidades, a universidade superou momentos muito mais difíceis do que o atual, que é qualificado de modelo neoliberal.

Revista Adusp- Queria falar um pouco sobre a parceria possível entre a universidade e as empresas privadas. Como o sr. concebe essa possibilidade e o que já existe em andamento hoje?

Marcovitch- Sempre prefiro entender a relação da universidade com os vários segmentos da socie-

dade, onde as empresas nada mais são do que uma célula dentro de uma sociedade extremamente complexa, juntamente com sindicatos, entidades não-governamentais, associações que acabam reunindo populações excluídas, e tudo isso constitui um entorno externo. Refiro-me ao Movimento Sem Terra (MST) por exemplo, com o qual a Faculdade de Filosofia acaba de assinar um convênio, pela via da chamada Fundação para o Estudo da Terra do Estado de São Paulo, portanto é uma fundação que pertence à Secretaria da Justiça e da Cidadania. Existe um universo externo, constituído por vários agentes sociais, e as empresas fazem parte desse universo externo. Cada área de conhecimento tem uma vocação própria de relacionamento externo. Obviamente, as escolas de engenharia, refiro-me tanto à Poli quanto à Escola de Engenharia de São Carlos, evidentemente têm uma vocação maior para o relacionamento com o setor empresarial. Agora, quando vamos para áreas como a psicologia, como a educação, como a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, encontramos outras vocações de relacionamento, que podem ser com as empresas ou com outras instituições. Cabe à universidade assegurar essa relação entre a conexão externa, o pensamento crítico e o ensino e a pesquisa que se alimentam dessa relação externa. E aí se coloca a grande diferença entre uma instituição de prestação de serviços e a universidade. Os serviços que serão oferecidos para a empresa ou para a comuni-

dade do Butantã, os extremos, são serviços que devem alimentar a pesquisa e o ensino. Recentemente, a nossa Faculdade de Saúde Pública fez um estudo sobre a incidência, por exemplo, de cáries na população de 133 municípios, com a participação das nossas faculdades de Odontologia, colocando esse estudo a serviço das autoridades na área de saúde, e mais, a serviço da Organização Mundial da Saúde.

Revista Adusp- Voltando à questão dos controles e dos organismos da universidade. Hoje já há eleição para cargos de direção em vários níveis. Queria saber se é possível, na sua opinião, aprofundar essa experiência, e que avaliação o sr. faz dessa participação dos segmentos que compõem a comunidade universitária na escolha dos seus responsáveis.

Marcovitch- Esse é, talvez, o tema central da questão do poder na universidade. Existe um binômio que sempre deve ser lembrado, que é o binômio da participação e depois da responsabilidade. Certamente o Estatuto de 1988 é muito mais participativo do que os anteriores, e, ao longo dos anos, abriu a universidade para uma mais ampla participação, entendendo no entanto que deveria haver uma relação entre participação e responsabilidade. Numa universidade tão grande como a nossa, existe uma

preocupação, sim, em abrir uma participação sem responsabilidade — isto é, uma chamada participação universal, onde todos podem votar e definir qual é o eleito, quer seja no departamento, numa faculdade ou na Reitoria. As consultas são feitas no âmbito informal, mas depois os seus resultados são levados aos colegiados, e os colegiados decidem, dentro desse binômio de

des já o fazem, as consultas à comunidade, mas transfere o processo de escolha dos dirigentes para os colegiados, que são colegiados amplos. Agora, tudo isso está sujeito a uma contínua análise crítica e uma contínua revisão. Nós encaminhamos a todos os diretores, por decisão do CO, uma consulta para o ano 2.000, solicitando que eles nos dêem uma orientação sobre os temas prioritários

no próximo biênio, não só na questão da escolha dos dirigentes, mas sobre todos os temas da universidade. Uma prioridade que muito provavelmente deverá surgir é a valorização dos recursos humanos. O que determina o êxito de uma instituição é a qualidade dos recursos humanos que ela é capaz de reter. Mas as questões de poder, como essa que foi citada agora, a forma da escolha dos dirigentes, também poderão surgir como temas

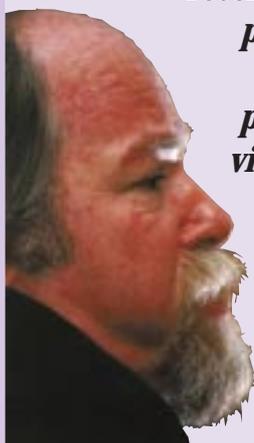
a serem tratados no âmbito do CO.

Revista Adusp- Então, na opinião do sr., os colegiados são imunes a essa partidarização?

Marcovitch- Não, ninguém é imune a uma incidência externa, ela é até saudável como provocação, como reflexão. Mas na medida em que temos colegiados que têm a responsabilidade da escolha final do dirigente — e que vão assumir depois, junto com esse dirigente, como mecanismo de contrapoder, a

PODER E DEMOCRACIA NA USP

“As consultas são feitas no âmbito informal, mas depois os seus resultados são levados aos colegiados, e os colegiados decidem. Por quê? Pelo receio da partidarização do processo de escolha dos dirigentes. Há uma preocupação, sim, de ver a via partidária determinando o processo sucessório dentro de um departamento, de uma unidade, ou mesmo no âmbito da universidade”



gestão do departamento, da faculdade e da universidade — nós temos aí uma corresponsabilidade. A vantagem de se ter um colegiado que ao mesmo tempo é um mecanismo de contrapoder ao próprio dirigente escolhido, que tem uma responsabilidade grande na escolha do dirigente, é que a gestão da universidade se torna mais responsável, olhando-se para o longo prazo.

A idéia de uma escolha feita por pessoas que depois não vão ter uma corresponsabilidade na gestão pode criar uma conjuntura que talvez faça sentido numa determinada hora, mas que na hora da execução da passagem dos dois ou quatro anos pode implicar um fosso de responsabilidade, que no caso de uma universidade pode ser fatal.

Revista Adusp- Para encerrar, volto a fazer a pergunta inicial, na forma de provocação: a USP consegue pensar a si mesma?

Marcovitch- Uma boa universidade é aquela que consegue sonhar o seu futuro e concretizá-lo. Não tenho dúvida de que no âmbito da USP nós temos em todos os departamentos, todas as unidades, e também no âmbito dos colegiados superiores, talentos que estão permanentemente sonhando esse futuro. Sonhar esse futuro significa a perenidade da instituição, a sensibilidade ao entorno externo, estar conti-

nuamente conectado com esse mundo externo (e não só numa escala regional, mas mundial), pausar-se por princípios e valores, confiar no outro, como célula que tem condições de realizar projetos e assegurar sempre o que nós chamaríamos de um equilíbrio dinâmico. A USP tem todas essas condições de sonhar o seu futuro. Agora cabe a segunda parte: é concretizar esse

por exemplo, que acaba de receber o Prêmio México de Ciência e Tecnologia, é evidente que esta qualidade, esta excelência, não está homoganeamente distribuída. Podemos aprender com estas unidades, estas células, que conseguem concretizar os seus sonhos. Na medida em que multiplicamos as células que concretizam esses sonhos, a universidade sai consolidada. Uma

universidade não é uma pirâmide, constituída numa hierarquia vertical de departamentos, unidades, Reitoria. Uma universidade pauta-se pela frase da Praça do Relógio: “No mundo da cultura, o centro está em toda parte”. Onde a Reitoria, a direção da unidade, o próprio departamento constituam células distribuídas horizontalmente, e que se alimentam mutuamente para que as células das atividades-fim possam viabilizar os seus proje-

tos, seus sonhos em construção. Cabe à Reitoria apoiar estas células, não só as mais dinâmicas, como aquelas que por limitações estruturais estão tendo mais dificuldade de sonhar e de construir o seu futuro. Na medida em que cada uma das células assume sua posição dinâmica, a universidade se consolida. Ela depende exclusivamente dos seus professores, alunos e funcionários, e muito menos de uma administração central que pode assegurar o seu futuro. RA

AVANÇOS DESIGUAIS NA USP (II)

“Não temos uma universidade homogênea do ponto de vista da capacidade de concretizar os seus sonhos. Mesmo quando somos externamente reconhecidos, e vários dos nossos professores são premiados, é evidente que esta qualidade, esta excelência, não está homoganeamente distribuída. Podemos aprender com estas unidades, estas células, que conseguem concretizar seus sonhos”



futuro. Isto está nas mãos de cada um dos professores e de cada uma das células — e aí não me refiro somente a departamentos, mas aos nossos museus, nossos institutos, nossas unidades. Em muitas áreas, isso já está ocorrendo. E não temos, devemos reconhecê-lo, uma universidade homogênea do ponto de vista da capacidade de concretizar os seus sonhos. Mesmo quando nós somos externamente reconhecidos, e vários dos nossos professores são premiados, como Sérgio Ferreira,

A UNIVERSIDADE, O POSSÍVEL FUTURO E UM CERTO PASSADO

Roberto Romano
Professor da Unicamp



Martins

Do Renascimento até o período romântico, a crônica dos campi mostra a perpétua oscilação entre o desejo de autonomia e a busca de recursos externos, fornecidos pela Igreja ou pelos governos. Para manter a autonomia, regras foram produzidas, todas esbarrando na necessária manutenção material, que limita qualquer independência. Imposto no século 19, o modelo napoleônico de universidade atenuou o papel dos Conselhos em proveito da iniciativa do Reitor. Este paradigma, assumido pela maioria dos campi modernos, causou desequilíbrios na condução dos assuntos científicos e acadêmicos



oda análise da universidade futura precisa se precaver contra as marcas do passado. A instituição universitária surgiu com a vida urbana, no século 12, como reação ao mundo feudal, fruto de uma lenta quebra de valores espirituais gregos e latinos. A Igreja, única instituição que manteve a língua, as normas jurídicas, as formas societárias romanas, durante a primeira Idade Média, não possuía um meio amplo de se reproduzir, em termos noéticos e funcionais. As escolas dos bispados e os mosteiros, geraram as bases das futuras universidades.

No fim do feudalismo, e com a gênese dos Estados nacionais e do poder absoluto dos reis, a nascente universidade foi disputada pelas instituições religiosas e políticas, delas recebendo marcas indelé-

veis. A crônica dos *campi*, de Gerson (Renascimento) até Humboldt (no período romântico), mostra a perpétua oscilação entre o desejo de autonomia e a busca de recursos externos, fornecidos pela Igreja ou pelos governos.

A própria complexidade dos problemas, a cada instante mais árduos, exigiu maior número de partícipes: pesquisadores, técnicos, alunos, funcionários, fornecedores de matérias-primas, editores etc. Maior número de implicados e superconcentração em organismos dirigentes: nisto reside o nó górdio que ameaça estrangular as universidades

Para manter a autonomia, regras foram produzidas, mas todas esbarrando na necessária manutenção material, que limita qualquer independência.

As maneiras de administrar o complexo universitário variaram relativamente pouco durante séculos. Conselhos definiam a *ratio studiorum* enquanto executivos acadêmicos, em certo prazo, administravam os negócios urgentes. Os mandatos dos reitores se caracterizaram por longos anos ou períodos reduzidos. Em certas universidades, o mandato reitoral chegou a se definir em termos de meses apenas.

O modelo napoleônico de universidade, imposto no século 19, atenuou o papel dos Conselhos em proveito da iniciativa que reside no Reitor. Este paradigma foi assumido pela maioria dos *campi* modernos. Isto causou desequilíbrios na condução dos assuntos científicos e acadêmicos.

A própria complexidade dos problemas, a cada instante mais árduos, exigiu maior número de partícipes. Refiro-me aos pesquisadores, técnicos, alunos, funcionários, fornecedores de matérias-primas, editores, instrumentos de pesquisa e de análise, poderes e opinião públicos etc. Maior número de implicados e superconcentração em organismos dirigentes: nisto reside o nó górdio que ameaça estrangular as universidades de todos os países.

Administrar um *campus*, hoje, não raro, é tarefa mais difícil do que reger países inteiros, dadas as múltiplas implicações políticas, ideológicas, financeiras, científicas e até mesmo religiosas da tarefa. Na verdade, os desafios universitários são a outra face dos óbices que impedem nações inteiras de se erguerem, autônomas, frente às demais.

Povos sem democracia dificilmente terão universidades dignas deste nome. Universidades presas ao modelo napoleônico, onde a decisão do executivo é primordial, estão se tornando enormes corpos paralíticos, acorrentados por burocracias que se afastam, céleres, das tarefas essenciais do plano intelectual. Deste modo, os governos dos *campi* estão travados, com seus Conselhos e demais órgãos legislativos impotentes e com sua administração submersa nos detalhes mais insignificantes e nos assuntos mais estratégicos, sem possível escolha e triagem prudente.

Todos estes entraves (parca democracia, modelo fundamentado no Executivo universitário, pequena legitimidade dos instrumentos de consulta) fazem das nossas universidades instituições que se afastam do alvo alegado (o ensino, a pesquisa, a extensão comunitária), em proveito de uma luta sem quartel pelas posições de mando e de projeção política. Todos estes itens foram herdados do pretérito político e social, ao longo de praticamente mil anos.

É difícil corrigir semelhantes desvios. Uma radiografia dos *campi* brasileiros (os públicos, porque, no Brasil, salvo algumas universidades confessionais, pouquíssimas instituições privadas de ensino superior têm perfil universitário, não contando com organismos de representação reais, como Congregação, Comissões, Conselhos) mostra que hoje, dado o estrangulamento financeiro, as tarefas primordiais de produção científica e docência têm sido muito prejudicadas.

Na busca de se livrar de várias despesas, os governos (estaduais, municipais, federal) encontraram um

ardil que se torna cada vez mais importante na captação de recursos para os docentes e pesquisadores, e para as próprias reitorias. Trata-se das chamadas “consultorias” e seus convênios, através da extensão universitária. Até data recente, as pró-reitorias de extensão ostentavam pequeno prestígio nos *campi*. Hoje, elas são as mais importantes. Diminuindo as verbas, aumentando as tarefas do corpo de professores e de cientistas, os recursos para um pagamento digno do fim universitário (quadros, compra de instrumental, livros, arquivos, etc) mostram-se insuficientes de modo absoluto.

Os governos encontraram um ardil que se torna cada vez mais importante na captação de recursos para docentes, pesquisadores e as próprias reitorias. Trata-se das chamadas “consultorias” e seus convênios, através da extensão universitária. Até data recente, as pró-reitorias de extensão ostentavam pequeno prestígio nos campi. Hoje, elas são as mais importantes

Assim, os professores só vislumbram, como salvação, deixar que os fundos públicos financiem a estrutura mais onerosa da universidade (prédios, salário ruim para os funcionários e manutenção de “base” para os pesquisadores), procurando aumentar os salários e os meios de trabalho nos referidos convênios, efetuados com firmas particulares ou com governos e demais instituições civis.

Em certos departamentos, tudo isso é piorado pela criação de serviços “remunerados” de forma miserável. Alguns docentes, iniciantes ou não, aceitam receber pouco mais de cem dólares por suas aulas. Isto, com cumplicidade dos pares que podem recorrer à “extensão”. No prisma ético, isto gera professores de classes distintas: os de “primeira”, que podem obter excelentes (em termos financeiros) convênios, os que atingem tratos menos lucrativos, e um proletariado professoral, sem direitos ou esperanças, que tende a crescer em termos numéricos. Os alunos, supostos fins do ensino, recebem, deste modo, lições de explorados do espírito, sem maiores meios de ampliar seu universo especulativo e sem horizontes práticos dignos da vida moral saudável.

Será esse um caminho irreversível? Talvez. Mas tudo indica que os avanços tecnológicos, como a informática, possibilitando agilizar procedimentos (do ensino à pesquisa, passando pela administração), e demais instrumentos de comunicação e gerenciamento coletivo, podem trazer alguma forma de autonomia para a comunidade acadêmica. Por outro lado, os mesmos instrumentos podem ajudar na democratização real das decisões universitárias, interna e extra corporis.

Hoje, os Conselhos “empíricos” atingiram um limite a partir do qual não podem mais se ampliar. Um Conselho “virtual” pode abarcar a universidade no seu todo. Pontos a serem debatidos e votados, podem sê-lo na própria rede virtual, recolhendo as contribuições de todos os segmentos. Os votos também podem ser ampliados numericamente. As correções de rota serão facilitadas. Os problemas, note-se, continuarão difíceis e sempre mais complexos. Mas será possível discuti-los de modo amplo e profundo.

Ampliando-se o corpo deliberativo, é possível diminuir as funções executivas, dando-se aos docentes que hoje se empenham nas administrações a oportuna recuperação da pesquisa e docência. O tempo dos mandatos pode ser abreviado, possibilitando-se maior democracia nas decisões. Claro, todos estes elementos positivos podem-se transformar em pesado, com uma superconcentração de poderes universitários, e o conseqüente exílio dos ideais democráticos no interior dos *campi*.

Os novos meios de comunicação podem ser dirigidos para ambos os lados, a democracia ou o autoritarismo. A herança napoleônica das nossas universidades, que é a mais forte no imaginário, nos pensamentos e na prática, pode se tornar a grande vencedora, em detrimento do espírito científico e do ensino real. Mas ela pode, pela primeira vez, ser atenuada ao máximo. E isto depende não tanto de elementos especulativos, mas de vontade política, e de grande dignidade. Sem estes elementos, os integrantes éticos da vida acadêmica já estão derrotados pelas tendências burocráticas que levaram as instituições universitárias às apórias de nossos tempos. RA

Tudo indica que os avanços tecnológicos, como a informática e demais instrumentos de comunicação e gerenciamento coletivo, podem trazer alguma forma de autonomia para a comunidade acadêmica. Por outro lado, os mesmos instrumentos podem ajudar na democratização real das decisões universitárias. Um Conselho “virtual” pode abarcar a universidade no seu todo

NOVOS ATORES EM CENA

Denise Casatti

Assistente de Redação

Pedro Estevam da Rocha Pomar

Editor da Revista Adusp

Em tempos de profunda crise social, cabe indagar sobre os papéis da extensão universitária e sobre a atenção efetiva que as universidades vêm dedicando a essa atividade. Nos últimos anos, se é verdade que a extensão tem sido relegada a um plano secundário, não é menos verdadeiro que surgiram novos atores neste cenário: os movimentos sociais organizados, a demandar uma intensa interação.

Inúmeros projetos, aproximando esses grupos sociais das universidades públicas estaduais e federais, buscam a construção coletiva de um novo conhecimento, ou a democratização do acesso a saberes antes inacessíveis para amplos contingentes de brasileiros da cidade e do campo.

Abrem-se, desse modo, amplas perspectivas para a extensão, rejuvenescida por essa imersão na realidade social e no mundo do trabalho.

Na Faculdade de Saúde Pública da USP, uma parceria iniciada há cinco anos com a Secretaria Estadual de Saúde, o Sindicato dos Bancários de Campinas e região e a Federação dos Sindicatos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul resultou na publicação de um livro sobre LER, sigla que designa as lesões por esforço repetitivo, doença que atinge pelo menos 40 000 bancários no Brasil.

A pesquisa de campo sobre LER compreendeu 5 464 trabalhadores de cinco bancos estatais,

quatro de Campinas e um de São Paulo, com recursos que totalizaram 245 mil reais, dos quais 90% vieram da Secretaria do Estado da Saúde e o restante do sindicato e da federação. A Faculdade de Saúde Pública forneceu recursos materiais, humanos e infraestrutura.

O sindicato financiou a publicação do livro *LER - detecção precoce e suas relações com gênero, idade e função*, com tiragem de 3 000 exemplares. Socializando-se o conhecimento produzido, quer-se alertar a categoria contra essa doença ocupacional.

“Em 1995, percebemos que o número de casos de LER vinha

crescendo assustadoramente. Algo tinha de ser feito em termos de prevenção. Organizamos um debate com a participação dos trabalhadores adoecidos, e todos os grupos de trabalho apontaram a necessidade de uma atividade de detecção e diagnóstico precoce”, explica Waldney José Biz, diretor de saúde do Sindicato dos Bancários de Campinas. “Na mesa de negociação, precisávamos de dados científicos, e nada melhor do que a USP para nos dar esses dados”.

De acordo com Biz, os resultados superaram as expectativas. “Conseguimos dados que eram desconhecidos. Por exemplo: por

que as mulheres adoeciam em maior número? Descobrimos que a LER ataca mais o pessoal de baixo escalão, escriturários e caixas, onde as mulheres são maioria. As mulheres são discriminadas e não ocupam cargos de chefia. Nas cerca de 260 agências bancárias da região, nenhuma mulher é gerente”.

A extensão universitária é uma atividade prioritária para o professor Herval Pina Ribeiro, coordenador da pesquisa. Autor de dois projetos em andamento envolvendo convênios com sindicatos, e outros dois em fase de discussão, ele ressalta que o importante, em trabalhos desse tipo, é montar as parcerias resguardando a independência e a missão de cada uma das diferentes instituições envolvidas.

Outro projeto interinstitucional desenvolvido pelo professor tem como objetivo realizar o censo domiciliar de saúde na região de Osasco. A idéia é disponibilizar os dados para que os municípios possam administrar as questões de saúde baseando-se nas necessidades da população: “Prendemos fazer todo o levantamento de dados em tempo real. A cada mil domicílios faremos a primeira apreciação e já tentaremos viabilizar uma discussão com as partes envolvidas”. O projeto envolve a Secretaria Estadual de Saúde, a Prefeitura de Osasco, a Escola Paulista de Medicina (Universidade Federal de São Paulo) e dezenas de entidades sindicais e populares.

Entre obter as informações e executar uma política social existe uma distância. “Políticas públicas



Herval Ribeiro: é preciso valorizar a extensão

precisam ter continuidade e para isso é necessário existir movimento social organizado. A comunidade precisa atuar para que os dirigentes façam o que seja de interesse público”, esclarece Ribeiro.

Embora projetos dessa natureza sejam importantes, o professor diz que não são prioritários na universidade e nos órgãos de financiamento, pois falta identificação entre essas instituições e a sociedade. “Pesquisas abertas, que não têm metodologia e resultados dentro do escopo acadêmico tradicional, não recebem financiamento”, revela.

No seu entender, as atividades extensionistas serão valorizadas à medida que os trabalhos, que são de longo prazo, se tornem mais visíveis, que se mostre sua factibilidade e que se compreenda que ciência não se faz esperando resultados imediatos. “A ciência se faz por tentativas. Devem-se premiar as tentativas porque elas em si mesmas são descobertas.”

Saúde no campo

Em Araraquara, na Faculdade de Odontologia da Unesp, os docentes da disciplina de Odontopediatria, dois estagiários da área e os quartanistas do curso de graduação têm um contato direto com as crianças do assentamento Bela Vista, do MST. O atendimento clínico é realizado no posto de saúde do local durante oito horas semanais. Há também o trabalho educativo. Numa escola situada no próprio assentamento, os alunos do ensino fundamental recebem informações sobre saúde bucal. Fora da sala de aula, atividades lúdicas como gincanas, jogos, brincadeiras e peças teatrais buscam conscientizar as crianças da importância de cuidar dos dentes.

O projeto é resultado de uma parceria entre a Prefeitura de Araraquara, que fornece o material de consumo e o transporte, e a Faculdade de Odontologia. Segundo a

professora Angela Cilense Zuanon, coordenadora do trabalho, após cinco anos de atendimento observou-se que as doenças bucais estão sendo controladas e que as crianças estão mais informadas. Em 1999, foram realizados 394 atendimentos em 73 crianças.

Além desse projeto, Angela coordena, juntamente com o professor Cyneu Aguiar Pansani, o trabalho "Promoção de Saúde e Atendimento Precoce", em que casas e lotes do assentamento são visitados com o objetivo de examinar crianças de zero a quatro anos de idade. Esclarecer as famílias sobre a importância do atendimento odonto-

lógico precoce faz parte do trabalho, que é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A vez dos sem-terra

Mil jovens de todo o país chegaram à Unicamp no dia 19 de fevereiro. Não eram calouros: foram selecionados nos assentamentos do Movimento dos Sem-Terra (MST) para participar do 2º Curso sobre Realidade Brasileira. Durante dez dias assistiram a aulas e palestras. Foi a segunda vez que a Unicamp cedeu suas instalações para o MST.

Em julho do ano passado aconteceu o primeiro curso, e o próximo está marcado para fevereiro de 2001. Cursos semelhantes foram ministrados na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A USP também aproxima-se dos sem-terra, não diretamente, mas por intermédio de convênio, assinado em novembro de 1999, entre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O convênio, com duração de cinco anos, prevê "ações conjuntas nos campos da educação, pesquisa e exten-

MST "OCUPA" OS CAMPI

Em 1986, quando Bernardo Mançano era aluno do curso de Geografia da USP e fazia a disciplina Geografia Agrária, o professor Ariovaldo de Oliveira sugeriu a ele que procurasse estudar o MST, que dava início, então, às primeiras ocupações de latifúndios. Desse contato surgiu, posteriormente, o convite feito a Mançano por lideranças dos sem-terra, para que ele escrevesse a história do MST, e ele fez disso sua tese de doutorado, que acaba de concluir na USP.

Hoje, pode-se dizer que Mançano engajou-se inteiramente no intercâmbio da universidade com o movimento social. Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente, ele é também o responsável pelo Setor de Educação do MST, o qual procura garantir a existência de escolas para crianças e jovens em todos os acampamentos e assentamentos dos sem-terra, bem como cursos de alfabetização de jovens e adultos.

Uma das principais frentes de atuação do Setor de Educação do MST é a formação de professores. "Temos viabilizado convênios para criar cursos de

Pedagogia da Terra: em 1998 com a Universidade de Ijuí (Unijui), em 1999 com a Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat) e agora com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Neste ano estaremos formando em Ijuí, no Rio Grande do Sul, a primeira turma: 60 alunos oriundos do MST, professores de acampamentos e assentamentos de todo o Brasil, e que tinham apenas o segundo grau", informa Mançano. Trata-se de cursos de dois anos e meio de duração, de nível superior, e que concedem, portanto, diploma universitário. "Nosso objetivo, depois, é batalhar a pós-graduação".

Todos esses cursos são em parte presenciais, e em parte à distância, com textos didáticos e relatórios trocados pelo correio.

Documentação

Outro fruto das iniciativas do professor é o Centro de Documentação do MST, que funcionará no Centro de Memória da Unesp, e deverá ser aberto aos interessados, para consulta, em agosto deste ano. "A idéia surgiu do projeto de escrever a história do MST. Visitei 22 estados onde o movimento está

Antoninho Perri/Unicamp



No ginásio da Unicamp, música para os sem-terra

são”, por meio da “ampliação de conhecimentos dos técnicos, docentes, alunos e populações rurais atendidas pelo Itesp”, isto é, fundamentalmente serão beneficiados os

contingentes humanos organizados pelo MST no estado de São Paulo.

Prevê-se, ainda, “intercâmbio das políticas, programas e metodologias desenvolvidas pelas respecti-

vas instituições, dentre as quais mediação de conflitos fundiários, regularização fundiária, geoprocessamento, cartografia, estratégia de pesquisa e elaboração de laudos antropológicos”, este último item concernente às comunidades quilombolas. De acordo com a diretora de formação e promoção institucional do Itesp, Márcia Regina Andrade, é um privilégio fazer um convênio com uma instituição universitária desse porte: “A sociedade tem que saber que a USP de fato está voltada às questões sociais”. Na sua opinião, essa preocupação não é comum nas universidades. **RA**

organizado, recolhi nessa pesquisa teses, livros e monografias, entrevistei 156 pessoas no Brasil inteiro. Então, nasceu a idéia de criarmos o Centro de Documentação”, relata Mançano.

O convênio de criação do Centro de Documentação foi assinado em setembro de 1999 pelo reitor da Unesp, Antonio Manuel dos Santos, e por José Trevisol, presidente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, representante legal do MST.

“É extremamente coerente que USP, Unesp, Unicamp realizem convênios com o MST, porque elas são espaços geradores de conhecimentos da história e da realidade brasileiras, e o MST é um dos principais movimentos de ressocialização da população pobre do Brasil”, sustenta o professor. “Sozinho o movimento não consegue atuar com mais competência nesse trabalho, porque na luta pela terra ele vai fundo, mas quando chega na parte do desenvolvimento econômico do assentamento é fundamental o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a Universidade tem tudo para contribuir”, explica.

Um convênio com a Universidade de Brasília (UnB), envolvendo professores desta instituição e da Unesp, Unicamp, Universidade Federal Rural do



Arquivo pessoal

O professor Mançano e João Pedro Stédile, um dos líderes do MST

Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), tornou viável a realização de um curso de administração de cooperativas, destinado a agrônomos, técnicos agrícolas e administradores de cooperativas do MST.

Mançano usa uma frase de efeito para definir o que está acontecendo: “O MST está ocupando a universidade”.

Memória

DÉCIO, ANTES DE TUDO UM CRÍTICO TEATRAL

Clovis Garcia

Professor Emérito (aposentado) da Escola de Comunicações e Artes da USP

Fotos: Agliberto Lima/AE





Com a morte de Décio de Almeida Prado — ocorrida a 3 de fevereiro deste ano — desaparece aquele que entre nós, os críticos, era denominado “o Papa da Crítica Teatral”, com certa dose de brincadeira mas com grande fundamento na realidade. De fato, foi Décio quem estabeleceu na imprensa brasileira o conceito antigo de que a crítica de Arte, na qual se insere a teatral, é uma obra literária, com princípios próprios, que exige conhecimentos e preparação específicos. Por esse conceito, a crítica teatral passou a ser respeitada nos jornais e revistas nacionais, com um espaço adequado. O seu falecimento se dá no momento em que a nossa imprensa confunde crítica de Arte com reportagem, improvisa críticos teatrais e reduz o espaço destinado à crítica.

Décio de Almeida Prado foi um espírito polivalente: formado em Filosofia e em Direito pela USP, foi professor, cronista, ensaísta, historiador e, antes de tudo, um crítico teatral que, além do mais, tinha a experiência de ator e diretor de teatro. Aliás, a Faculdade de Direito, na época, exercia a função que hoje cabe às escolas de comunicação, dando abertura para várias atividades culturais, especialmente artísticas. Não foi por mero acaso que o Departamento de Artes Cênicas da ECA tinha, no seu início, sete professores bacharéis em Direito.

Dos quatro estilos de crítica teatral, numa classificação que nos

parece operacional dentro de tantas outras, a crítica filosófica, que acentua a discussão estética da obra de Arte; a crítica literária, que se aproxima da crônica; a crítica didática, de caráter pedagógico e linha humanística; a crítica jornalística, que tem como principal objetivo a informação, Décio adotou um estilo eclético, que participava de todos os quatro tipos. Com sua formação filosófica não deixava de analisar esteticamente os espetáculos, especialmente os textos dramáticos; como ensaísta e cronista, suas críticas tinham uma excepcional qualidade literária. Como atuante na imprensa, não deixava de exercer a função informativa e como professor, suas críticas não deixavam de ter caráter didático. Por essas características, suas críticas, felizmente publicadas em três livros, o que as salvou da temporariedade do jornal, até hoje servem de modelo e objeto de estudo, além de fonte histórica.

A crítica tem pelo menos cinco funções importantes, pelo menos no Brasil. Em primeiro lugar, a crítica deve traduzir, para o público, os significados do espetáculo, esclarecendo e objetivando sua temática, suas qualidades artísticas, o que foi realizado de suas intenções. Em segundo lugar, num movimento inverso, a crítica vai informar aos realizadores o que eles conseguiram transmitir ao público. Neste caso, o crítico é um espectador privilegiado, que conhece o assunto e pode dar um excelente *feed-back*. Em terceiro, a crítica exerce a função de registro histórico, função hoje quase inexistente

pelo reduzido número de espetáculos criticados. Em quarto, e esta é uma função característica do Brasil, os críticos podem e devem participar de comissões julgadoras de concursos, prêmios, festivais, do planejamento e do incentivo à distribuição de incentivos. De fato, o crítico é ao mesmo tempo desinteressado porque não produz espetáculos teatrais e profundamente preocupado com o desenvolvimento do teatro, objeto de sua atividade artística. Finalmente, uma quinta função é a de, com seu conhecimento e experiência, tornar-se um teorizador da arte teatral e um divulgador cultural, publicando artigos, ensaios e livros.

Décio de Almeida Prado bem compreendeu essas funções da crítica teatral e as exerceu até ao extremo de suas possibilidades. Suas críticas tinham não somente a qualidade de informar, esclarecer, instruir o público mas também, dentro de um critério objetivo, fundamentado, respeitoso mas sem concessões, esclarecer os criadores do espetáculo. Quanto ao registro histórico, seus três livros de crítica “Apresentação do Teatro Brasileiro Moderno”, “Teatro em Progresso” e “Exercício Findo” são uma fonte preciosa de pesquisas históricas do nosso teatro, não só o paulista mas também o brasileiro e até estrangeiro. Com relação à teorização e difusão cultural, seus outros livros de história, de ensaios e de crônicas cumpriram essa função dentro de um nível de alta qualidade.

Mas uma função da crítica, que não tem sido suficientemente considerada, é a da participação em

Décio bem compreendeu as funções da crítica teatral e as exerceu ao extremo de suas possibilidades. Suas críticas não só instruíam o público mas também, dentro de critério respeitoso mas sem concessões, esclareciam os criadores do espetáculo



comissões e outros órgãos culturais e que foi amplamente exercida por Décio. Podemos destacar duas, que testemunhamos pois tivemos a oportunidade de trabalhar junto com Décio: a primeira foi a organização e a integração dos críticos teatrais de São Paulo, com a transformação da Associação Brasileira de Críticos Teatrais, Seção de São Paulo, entidade caudatária do Rio de Janeiro, em Associação Paulista de Críticos Teatrais, a famosa e atuante APCT, de saudosa memória, que teve importante ação cultural e política, agindo em prol do desenvolvimento do teatro brasileiro, enquanto existiu até se diluir na atual APCA. A primeira diretoria da então nova entidade tinha como presidente Décio (éramos primeiro secretário) e imediatamente passou a atuar em todos os setores do nosso teatro.

A outra atuação de Décio de Almeida Prado foi na criação da Comissão Estadual de Teatro que

teve uma grande, importante e fundamental ação na criação, organização, planejamento e distribuição dos incentivos estaduais — obrigação do Estado e para isso pagamos impostos — e que foi responsável pelo enorme desenvolvimento do teatro em São Paulo e pela sua defesa, bastando lembrar o período de Nagib Elchmer, caracterizado pela atenção dada ao Teatro Amador, celeiro de todo o teatro, e o de Cacilda Becker, no período negro da ditadura militar, por se tornar no centro de resistência e de defesa da classe teatral. Em 1956, verificando que o Estado distribuía verbas, sem nenhum critério, a APCT, da qual faziam parte Décio (no momento éramos presidente), Miroel Silveira, Mattos Pacheco, Hermilo Borba Filho, Sábato Magaldi, Delmiro Gonçalves, Mariajosé Carvalho, decidiu solicitar ao então governador Jânio Quadros a criação da Comissão Estadual de Teatro, pa-

ra planejar a atuação do Estado nessa área artística. Aproveitamos, também, para pedir o uso dos teatros existentes nos edifícios de estabelecimentos de ensino estaduais e a criação de uma carteira de financiamento ao teatro no Banco do Estado. Obtivemos a aprovação dos pedidos e ficamos encarregados de redigir os decretos referentes às duas primeiras solicitações, o que foi feito. A Comissão Estadual de Teatro, hoje infelizmente numa situação apagada, foi criada pelo Decreto Estadual 26.348 de 31 de agosto de 1956, fazendo parte da primeira Comissão Décio de Almeida Prado que seria, posteriormente, seu presidente, realizando grandes ações a favor do teatro, bastando lembrar a extensão do prêmio Governador do Estado e a democratização das subvenções.

Como se vê, Décio de Almeida Prado foi um grande homem de Teatro! RA

Memória

CARLOS CHAGAS FILHO, UM HOMEM À FRENTE DE SEU TEMPO

Rosa Leal
Jornalista

Foto: Otávio Magalhães/AE





Quando, em 1983, o papa João Paulo II reconheceu que a Igreja errara, três séculos antes, ao perseguir e condenar Galileu Galilei por suas idéias, um cientista brasileiro estava por trás desse processo de *mea culpa*: Carlos Chagas Filho.

Chagas Filho, falecido em fevereiro, no Rio de Janeiro, aos 89 anos de idade, foi um cientista inovador, católico fervoroso, humanista com uma aguçada percepção de futuro, e que fez da autenticidade, da simplicidade e de um profundo respeito à ética suas marcas registradas. Poderia ter-se recolhido à sombra da herança paterna, mas preferiu escrever a sua própria história, que não merece a do descobridor do *Trypanosoma cruzi*.

Membro da Academia Pontifícia do Vaticano de 1972 a 1988, dois anos dos quais como presidente, Chagas Filho provocou mudanças radicais na relação da Igreja com a comunidade científica, até porque, para ele, não havia qualquer contradição entre religião e ciência. Foi sob sua liderança que um grupo de especialistas pôde estudar e datar o Santo Sudário, a mais venerada relíquia dos católicos. Foi ele, ainda, quem inovou ao convidar cientistas do mundo inteiro, sem qualquer discriminação ideológica, racial ou de gênero (sim, as mulheres estavam presentes) para a reunião que culminou no documento da Igreja pregando o desarmamento nuclear.

Idéias arrojadas e ousadia sempre foram o seu forte. Professor da cadeira de Biofísica do curso de Medicina da então Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele recrutava já na graduação os alunos que viriam a formar a primeira geração de chefes de laboratórios do Instituto de Biofísica da instituição. O método continua sendo usado ainda hoje, com sucesso. Todos os atuais coordenadores foram recrutados ainda na iniciação científica.

Mas em 1945, quando foi criado o Instituto que desde 1983 chama-

ro uma revoada de renomados cientistas estrangeiros para ministrar aulas na Universidade.

Ao longo dos anos 50, o Instituto recebeu equipamentos completos, caros e inexistentes no país, doados pela Fundação Rockefeller, a pedido de Chagas Filho. Que, a propósito, batia em todas as portas onde houvesse possibilidade de conseguir verbas para a Universidade, fossem embaixadas ou empresários brasileiros, como Guilherme Guinle. Toda sua ação baseava-se na convicção de que o ensino e a pesquisa são indissociáveis, e de que era preciso criar uma ciência nacional de padrão internacional.

Do ponto de vista científico, era um visionário. Especialista em bioeletrogênese, trabalhava com o peixe elétrico e foi quem trouxe para o Brasil, em 1947, as novas técnicas introduzidas na bioquímica durante a 2ª Guerra Mundial, por ingleses e suecos:

a cromatografia, a eletroforese e a ultracentrifugação.

A convite do Jockey Club do Rio de Janeiro, a equipe de Chagas Filho utilizou pioneiramente o método da cromatografia na análise de doping em cavalos, o que levou à França uma das pesquisadoras, Aída Hasson-Voloch, para explicar na Escola de Farmácia, a convite dos anfitriões, a técnica empregada.

Chagas Filho foi o primeiro a trabalhar, no Brasil, com a microscopia eletrônica, e organizou o primeiro curso de aplicação médica de radioisótopos. No final da década

Na década de 40, para compensar a inexistência de agências financiadoras, ele usava seu prestígio pessoal para conseguir bolsas de estudo no exterior para seus alunos e equipamentos para os laboratórios

se Carlos Chagas Filho, a realidade acadêmica brasileira era muito diferente. Não havia pós-graduação, CNPq, Capes ou Finep. Para compensar a falta de órgãos oficiais que financiassem a pesquisa, Chagas Filho usava seu prestígio pessoal para conseguir bolsas de estudo no exterior para seus alunos e equipamentos para os laboratórios. Aproveitava suas constantes viagens aos Estados Unidos e Europa para convidar especialistas nas diversas áreas a virem ao Brasil. Assim, todo ano, entre julho e setembro, baixava no Rio de Janeiro

da de 50, buscando formas de tratamento da miastenia gravis e do mal de Parkinson, ele tentou isolar o receptor da acetilcolina, proteína existente no sistema neuromuscular do peixe elétrico, semelhante à dos mamíferos. Não conseguiu porque, na época, não havia ainda uma substância especial que permitisse que a proteína fosse isolada. Mais de 10 anos depois, o cientista francês Jean Pierre Changeux alcançou esse objetivo.

Esse espírito inovador acompanhou Chagas Filho em todas as atividades que exerceu ao longo da vida. Em 1966, assumiu o cargo de embaixador brasileiro junto à Unesco e provocou verdadeira “revolução” na embaixada. Bombardeava o diretor-geral da Unesco com projetos e propostas e batallava para colocá-las em prática. Integrou a Comissão de Salvaguarda de Veneza. Foi um dos fundadores da Academia de Ciências do Terceiro Mundo e da Academia Latino-Americana de Ciências.

Extremamente educado e afável, jamais perdia a paciência, ouvia a todos atentamente. Mesmo quando já não ocupava funções administrativas no Instituto de Biofísica, era chamado a opinar e, em geral, sua solução era acatada. Colocava a instituição acima de tudo, inclusive dos seus próprios interesses.

Na juventude foi jogador de basquete do Fluminense, time que era a sua paixão. Leitor voraz, apreciava a literatura francesa. Integrou o Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, a convite de Antônio Houaiss. Era amigo de poetas, como Manuel Bandeira

O APRENDIZ E A UNIVERSIDADE ABERTA

Em dezembro de 1980, quando completou 70 anos e recebeu o título de Professor Emérito da UFRJ, Carlos Chagas Filho, mais uma vez, reafirmou sua visão de Universidade.

“A Universidade com que sonho é a Universidade aberta. Se é só no recolhimento de seus laboratórios, bibliotecas, salas de aula e seminários em condições propícias da relação docente/aluno que a Universidade amearhará conhecimento, este não deve ser atestado somente pelos pergaminhos, nem porejar lentamente através de suas paredes, mas deve se estender por meios propícios de difusão e comunicação a todas as classes sociais. Universidade aberta, onde não se firmem os bastiões do clanismo e do protecionismo, auto-hibridizantes, seja esterilizadores, mas que aceite a fecundação que vem de fora, pelas idéias e pelos docentes, que souber absorver, voltada, ao mesmo tempo, para a sociedade em que vive. Universidade sem complexo faustiano certa de que se é grande a sua parte na edificação da sociedade, outros de seus construtores dela não surgiram e vêm de todos os horizontes, dos mais afastados e dos mais próximos, pois daqueles fazem parte até mesmo os iletrados. (...)”

Penso que a Universidade e o Brasil sofrerão grave queda de sua produção científica e terrível migração de talentos, se melhorias das condições de trabalho não forem asseguradas aos nossos cientistas. É que nos estão faltando recursos materiais para manter em atividade os recursos humanos que possuímos. Falta-nos estímulo. Faltam-nos mais recursos, muitas vezes mínimos. Faltam-nos melhores perspectivas de trabalho e, até mesmo, mercado que possa absorver nossos pós-graduandos. (...)”

Se não forem tomadas a tempo, com os esforços que sejam necessários, medidas de recuperação e reestruturação de nossa infra-estrutura científica, seremos presas da frustração de que nos fala Cecília Meireles:

*Minhas mãos por águas perdidas,
Foram pura inutilidade.”*

e Vinícius de Moraes, de escritores como Pedro Nava, e de cantores e compositores como Paulinho da Viola, Olívia e Francis Hime.

Nos últimos sete anos, mesmo com a saúde bastante debilitada, ia pelo menos duas vezes por semana ao Instituto de Biofísica, na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro. Anualmente dava um curso de Filosofia

da Ciência para alunos da pós-graduação. Sua última contribuição ao país foi a autobiografia que escreveu com o auxílio dos amigos Paulo Gadelha e Darci Almeida. O livro, intitulado *Um Aprendiz de Ciência*, é uma edição conjunta da Fundação Oswaldo Cruz e Editora Nova Fronteira e será lançado ainda neste semestre. RA

USP LANÇA

A USP lançou, em fevereiro último, dossiê intitulado *A Presença da Universidade Pública*, fruto do trabalho da Comissão de Defesa da Universidade Pública, instituída no Instituto de Estudos Avançados (IEA) por solicitação do reitor.

O dossiê, na forma de revista e destinado ao público extra-universitário, com tiragem de 7 000 exemplares, condensa uma série de dados de grande importância na luta em defesa da universidade pública, “responsável pelos melhores cursos de graduação e pós-graduação e pela quase totalidade da pesquisa científica e tecnológica no Brasil”.

Sem a universidade pública, o Brasil “seria um outro país, infinitamente mais atrasado e certamente pior para se viver”.

Trazendo muitas estatísticas, gráficos e fotografias, o dossiê enumera uma série de argumentos que desmontam as afirmações levianas que prosperaram nos últimos anos:

- “Muitos dos que defendem a superioridade da iniciativa privada co-



mo princípio absoluto tornam-se incapazes de distinguir entre uma siderúrgica e uma universidade”.

- “A vasta maioria dos universitários brasileiros pertence à classe média. Mas há quem insista em dizer que só os ricos têm acesso às universidades públicas.”

- “Os que defendem a cobrança de mensalidades nas universidades públicas não se dão conta de que não existe ensino superior gratuito. Ele é financiado através dos impostos pagos por toda a sociedade.”

- “É a política fiscal de cada país que determina os critérios de distribuição dos custos da educação pelas classes sociais”.

Cartas

“Grata surpresa”

Sr. Editor,

Tive a grata surpresa de receber uma cópia do n. 18; 99 da Revista Adusp, que, por sugestão do professor Oswaldo Coggiola, contém a tradução do meu artigo publicado na revista *Contradição*, dirigida por Gianfranco Pala.

Sinto-me honrado em colaborar com os objetivos perseguidos pela vossa revista, e agradeço por essa grande consideração. Aproveito para declarar minha disposição de contribuir, especialmente, para o aprofundamento dos problemas teóricos relativos à democracia e ao direito, preocupação que também é compartilhada pelo professor Coggiola.

É preciso esclarecer aos leitores que não sou docente na Universidade de Roma, conforme publicado, mas na Universidade de Pisa. Espero manter o contato e gostaria de saber se, a partir de agora, poderia receber regularmente os próximos números da Revista Adusp.

Salvatore d’Albergo

Titular do Instituto de Direito Público e docente de Direito Público da Economia da Universidade de Pisa, Itália

Fica registrada a correção e o nosso compromisso de enviar as revistas para o professor d’Albergo.

•••

“Excelente trabalho”

Recebo os informativos e revistas da Adusp.

Mudei de endereço e gostaria de continuar recebendo a Revista Adusp.

Parabéns pelo excelente trabalho de imprensa e conteúdo jornalístico.

Mário Bernardino Rosa Filho

Santos